



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO AMAZÔNICO DE AGRICULTURAS FAMILIARES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURAS AMAZÔNICAS
DOUTORADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

ANDRÉ CARLOS DE OLIVEIRA ROCHA

O projeto coletivo de cooperativas camponesas no nordeste paraense:
princípios e graus de cooperativismo camponês.

BELÉM-PARÁ
2026

ANDRÉ CARLOS DE OLIVEIRA ROCHA

O projeto coletivo de cooperativas camponesas no nordeste paraense:
princípios e graus de cooperativismo camponês.

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas.

Orientação: Prof. Dr. William Santos de Assis.

Coorientação: Prof. Dr. Philippe Jean Louis Sablayrolles.

BELÉM-PARÁ
2026

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

- R672p Rocha, André Carlos de Oliveira.
 O projeto coletivo de cooperativas camponesas no
 nordeste paraense : princípios e graus de cooperativismo
 camponês / André Carlos de Oliveira Rocha. — 2026.
 147 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. William Santos de Assis
 Coorientador(a): Prof. Dr. Philippe Jean Louis
 Sablayrolles
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
 Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Doutorado
 em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável,
 Belém, 2026.
1. Associativismo. 2. Governança. 3. Mercado. 4.
 Campesinato. 5. Amazônia. I. Título.

CDD 338.1

André Carlos de Oliveira Rocha

**O projeto coletivo de cooperativas camponesas no nordeste paraense:
princípios e graus de cooperativismo camponês.**

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas.

Orientação: Prof. Dr. William Santos de Assis.

Coorientação: Prof. Dr. Philippe Jean Louis Sablayrolles.

Data de aprovação 31 de março de 2026.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **WILLIAM SANTOS DE ASSIS**
Data: 04/05/2026 18:46:54-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>
Prof. Dr. William Santos de Assis (Orientador) (Ineaf/UFGA)

Documento assinado digitalmente
 **PHILIPPE JEAN LOUIS SABLAYROLLES**
Data: 05/05/2026 10:59:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Philippe Jean Louis Sablayrolles (Coorientador)
(Ineaf/UFGA)

Documento assinado digitalmente
 **LUIS MAURO SANTOS SILVA**
Data: 05/05/2026 19:20:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luís Mauro Santos Silva (Examinador interno)
(INEAF/UFGA)

Documento assinado digitalmente
 **ROMIER DA PAIXAO SOUSA**
Data: 05/05/2026 15:38:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Romier da Paixão Sousa (Examinador externo)
(IFPA/Castanhal)

Documento assinado digitalmente
 **ROBERTO MARINHO ALVES DA SILVA**
Data: 05/05/2026 18:36:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Roberto Marinho Alves da Silva (Examinador externo)
(UFRN)

Documento assinado digitalmente
 **ANA MARIA DUBEUX GERVAIS**
Data: 06/05/2026 08:29:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Ana Maria Dubeux Gervais (Examinadora externa)
(UFRPE)

Documento assinado digitalmente
 **MONIQUE MEDEIROS**
Data: 05/05/2026 16:00:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Monique Medeiros (Examinadora suplente)
(INEAF/UFGA)

"A oficina não é minha, é nossa.

[...] Aqui não há patrões nem empregados; somos todas sócias. O que uma faz, faz para si e para as outras.

[...] O trabalho coletivo é incomparavelmente mais produtivo do que o trabalho isolado. Juntas, vocês economizarão tempo, forças e materiais.

[...] O futuro é luminoso e belo. Amem-no, trabalhem por ele, aproximem-no, transfiram dele para o presente tudo o que puderem transferir.

[...] Quero viver do meu trabalho e não ser um peso para ninguém, mas sozinha, não posso; juntas, podemos tudo."

(Trechos do livro *O Que Fazer?*, de Nikolai Chernichesk)

DEDICATÓRIA

Aos camponeses e camponesas, que com
seu trabalho, criam e recriam suas
organizações sociais, formam e
transformam o mundo e mantêm viva a
esperança de futuro e de justiça social,
dedico esta tese.

AGRADECIMENTOS

Às cooperativas camponesas, todas as famílias cooperadas, que abriram a porta da sua organização e de suas casas, me cedendo entrevistas, oferecendo café e comida, permitindo que atasse minha rede para um descanso e, principalmente, trocaram experiência de vida em conversas informais.

Ao camarada orientador, prof. Dr. William Santos de Assis, pela caminhada de longas datas, na agroecologia e apoio aos(às) camponeses (as), com quem compartilho mais que uma tese, uma visão de um mundo justo, pelo qual se precisa lutar.

Ao “chefe” coorientador, prof. Dr. Philippe Jean Louis Sablayrolles, por todo apoio, desde o mestrado, sempre ao lado das cooperativas e organizações camponesas, que por isso também chamo de companheiro.

À família, em especial minha mãe, pelo apoio e, principalmente, pela compreensão das ausências.

Aos amigos e às amigas, igualmente pelo apoio e compreensão dos momentos que não estive junto.

À namorada, Adriana Reis, pelo amor, por estar junto e presente nessa jornada.

Aos colegas e amigos do INEAF, FACDES e PPGAA, pelo apoio, troca de ideais, cafezinhos e resenhas.

Aos projetos do CNPQ e FAPESP, *Desenvolvimento organizacional das cooperativas da agricultura familiar no Pará*, sob coordenação do prof. Dr. Philippe Jean Louis Sablayrolles, que viabilizou financeiramente diversas idas a campo.

... meus sinceros e profundos agradecimentos.

RESUMO

Define-se cooperação como processo social de ajuda mútua que, ao ser formalizada por estatuto e amparo legal, constitui-se em cooperativa. Esta pesquisa enfrentou o desafio teórico de compreender como organizações cooperativas, não inerentes ao campesinato, desenvolvem-se quando formadas por base social camponesa. Considerando a luta por autonomia e a centralidade da unidade familiar, questiona-se: como cooperativas camponesas no Pará materializam e mantêm o caráter camponês de seu projeto coletivo? O objetivo geral foi analisar como cooperativas do nordeste paraense, por meio de governança, estratégias comerciais e sociais, contribuem para essa materialização. Com abordagem qualitativa e natureza aplicada, realizou-se estudo exploratório seguido de estudos de caso com três cooperativas. A pesquisa-ação coletou dados por meio de entrevistas semiestruturadas com sócios, dirigentes e famílias, observação participante e pesquisa documental. A análise fundamentou-se na técnica de conteúdo de Bardin (1977). Os resultados indicam que o cooperativismo camponês apresenta especificidades em relação ao cooperativismo empresarial. As cooperativas diferenciam-se por produtos comercializados, manejo dos agroecossistemas e preocupação com agroecologia. Estratégias comerciais, sociais e estrutura de governança revelaram-se elementos fundamentais para análise. A D'IRITUIA mantém o caráter camponês por meio de reuniões mensais participativas, comercialização diversificada (mercados convencional, institucional e feiras) e estratégias sociais como grupos de certificação orgânica participativa, que fortalecem práticas agroecológicas e sistemas agroflorestais, além da participação em conselhos municipais. A CART materializa o projeto coletivo mesmo com governança centralizada, atendendo sócios via mercados institucionais (terra firme) e convencionais (cadeias de oleaginosas e açaí, para várzea). Realiza assembleias com quase 90% de presença e diretores com forte espírito comunitário. Estratégias sociais incluem mecanização agrícola, doação de sementes, construção de casas de farinha comunitárias e participação em conselhos municipais, mantendo relação com o sindicato rural. A COOMAR destaca-se pela governança participativa com três assembleias anuais e reuniões mensais do conselho administrativo. Sua "cantina solidária" comercializa produtos dos sócios e oferece insumos a preços acessíveis. Inova com compra obrigatória de sete produtos agrícolas dos associados, independentemente de estoque. Na cadeia do murumuru, reparte parte do valor com

forneecedores e mantém máquinas nas comunidades. Estratégias sociais incluem fundos solidários e trabalhistas, inserção de jovens, divisão de sobras e participação na Rede Bragantina e na Escola ECRAMA. A manutenção do projeto coletivo depende essencialmente da governança, que deve garantir a representação dos interesses camponeses. Os princípios orientadores são: base social camponesa; governança adaptada à realidade local; estratégias comerciais diversificadas para autonomia relativa; estratégias sociais para sócios e comunidade; e caráter camponês do projeto coletivo. A pesquisa propõe o conceito de "graus de cooperativismo camponês" para analisar organizações a partir dessas dimensões. Conclui-se que as cooperativas camponesas evoluem respondendo às pressões do mercado capitalista, mas constroem estratégias alinhadas às necessidades de sua base. O caráter camponês viabiliza-se por governança que gera estabilidade e autonomia. As estratégias comerciais abarcam múltiplos mercados, exigindo cuidado com dependência de canais específicos. As estratégias sociais incluem participação política em conselhos. Diferenciar cooperativas camponesas é fundamental para assessoria técnica, políticas públicas específicas e revisão do marco regulatório, considerando que a lógica camponesa se opõe à lógica empresarial do agronegócio.

Palavras-chave: associativismo; governança; mercado; campesinato; Amazônia

ABSTRACT

Cooperation is defined as a social process of mutual aid that, when formalized through bylaws and legal protection, constitutes a cooperative. This research addressed the theoretical challenge of understanding how cooperative organizations, not inherent to the peasantry, develop when formed by a peasant social base. Considering the struggle for autonomy and the centrality of the family unit, the question arises: how do peasant cooperatives in Pará materialize and maintain the peasant character of their collective project? The general objective was to analyze how cooperatives in northeastern Pará, through governance, commercial and social strategies, contribute to this materialization. With a qualitative approach and applied nature, an exploratory study was carried out, followed by case studies with three cooperatives. Action research collected data through semi-structured interviews with members, directors, and families, participant observation, and documentary research. The analysis was based on Bardin's content analysis technique (1977). The results indicate that peasant cooperativism presents specificities compared to business cooperativism. The cooperatives differ in terms of products commercialized, management of agroecosystems, and concern for agroecology. Commercial and social strategies, as well as governance structure, proved to be fundamental elements for analysis. D'IRITUIA maintains its peasant character through participatory monthly meetings, diversified commercialization (conventional, institutional markets, and fairs), and social strategies such as participatory organic certification groups, which strengthen agroecological practices and agroforestry systems, in addition to participation in municipal councils. CART materializes the collective project even with centralized governance, serving members via institutional markets (for upland areas) and conventional markets (oilseed and açaí chains, for floodplains). It holds assemblies with almost 90% attendance and directors with a strong community spirit. Social strategies include agricultural mechanization, seed donation, construction of community flour houses, and participation in municipal councils, maintaining a relationship with the rural workers' union. COOMAR stands out for its participatory governance with three annual general assemblies and monthly administrative council meetings. Its "solidarity grocery store" commercializes members' products and offers inputs at affordable prices. It innovates with the mandatory purchase of seven agricultural products from members, regardless of stock. In the murumuru production

chain, it shares part of the cooperative's value with suppliers and maintains processing machines in the communities. Social strategies include solidarity and labor funds, inclusion of young people, surplus distribution, and participation in the Rede Bragantina network and the ECRAMA School. The maintenance of the collective project essentially depends on governance, which must ensure the representation of peasant interests. The guiding principles are: peasant social base; governance adapted to local reality; diversified commercial strategies for relative autonomy; social strategies for members and the community; and the peasant character of the collective project. The research proposes the concept of "degrees of peasant cooperativism" to analyze organizations based on these dimensions. It is concluded that peasant cooperatives evolve in response to pressures from the capitalist market but build strategies aligned with the material needs of their base. The peasant character is made viable through governance that generates stability and autonomy. Commercial strategies encompass multiple markets, requiring caution regarding dependence on specific channels. Social strategies include political participation in councils. Differentiating peasant cooperatives is fundamental for technical advisory services, specific public policies, and revision of the regulatory framework, considering that the peasant logic opposes the business logic of agribusiness.

Keywords: associativism; governance; market; peasantry; Amazon

LISTA DE FIGURAS

- Figura 01 – Gráfico relacionando número de publicação sobre a temática cooperativismo, em relação ao ano.....p. 20
- Figura 02 – Nuvem de palavras gerada em pesquisa bibliométrica nas bases de dados Web of Science e Scopus, a partir das palavras-chaves “cooperativism” e “cooperativismo and peasant”p. 21
- Figura 03 – Número de cooperativas, cooperados e empregados no ramo agropecuário, pelo anuário do cooperativismo brasileiro de 2023.p. 23
- Figura 04 – Quadrilátero cooperativo de Desroche, com a estrutura-tipo e suas possíveis rupturas da democracia interna.....p. 39
- Figura 05 – Triângulo cooperativo camponês, com estrutura-tipo e possíveis conflitos de governança, adaptado dos achados de Rocha (2020)p. 40
- Figura 06 – Mapa de localização dos municípios sede das cooperativas a serem pesquisadas, no nordeste do Pará.....p. 56
- Figura 07 – Modelo de análise.....p. 62
- Figura 08 – Indicadores de uma cooperativa camponesa.....p. 63
- Figura 09 – Relação sócio-cooperativa-mercado.....p. 117

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01 – Sede da cooperativa D'IRITUIA.....	p. 74
Fotografia 02 – Reunião mensal, com participação da parceiros externos, o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF/UFGA).....	p.75
Fotografia 03 – Visita de pares no estabelecimento de um dos integrantes do grupo Itabocal do SPG/OPAC.....	p. 77
Fotografia 04 – Matriz FOFA, elaborada em reunião de planejamento.....	p. 78
Fotografia 05 – Fardos de algodão orgânico sendo preparados na central de produção da cooperativa D'IRITUIA.....	p. 80
Fotografia 06 – Central de produção da cooperativa D'IRITUIA.....	p. 81
Fotografia 07 – Primeiro certificado entregue pela OPAC D'IRITUIA.....	p. 83
Fotografia 08 – Fachada da agroindústria da CART, Cametá-PA.....	p. 86
Fotografia 09 – Assembleia Geral Ordinária (AGO) no galpão da agroindústria da CART, com 87% de participação dos sócios.....	p. 87
Fotografia 10 – Socialização do trabalho em grupo durante o planejamento estratégico da CART.....	p. 89
Fotografia 11 – Polpa de fruta e farinha de mandioca, agroindustrializadas, com selo de produto vegetal artesanal ADEPARÁ.....	p. 92
Fotografia 12 – Mosaico da agroindústria da CART.....	p. 93
Fotografia 13 – Trator, entregue em AGO, adquirido via emenda parlamentar.....	p. 96
Fotografia 14 – Banner em homenagem aos sócios fundadores, em frente à sede da cooperativa, ainda na década de 1990.....	p. 99
Fotografia 15 – AGO de julho de 2024, na sede do STTR de Santa Luzia do Pará, em que ocorreu eleição da diretoria e conselho fiscal.....	p. 100
Fotografia 16 – Produtos do mercado convencional, tipo commodities.....	p. 102
Fotografia 17 – Cantina solidária da COOMAR.....	p. 103
Fotografia 18 – Murumuru, beneficiamento coletivo e rastreabilidade.....	p. 104

Fotografia 19 – Produtos oriundos dos cooperados no armazém da COOMAR.p. 105

Fotografia 20 – Carnê do microcrédito solidário, destinado aos cooperados da
COOMAR.....p. 108

Fotografia 21 – Visita de sócios e diretores da COOMAR em solidariedade a um
acampamento do MST, década de 2000.....p. 109

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Descrição de dados sobre as cooperativas que serão estudadas.....p.	57
Quadro 02 – Número de entrevistas por cooperativa com perfil/foco das entrevistas.....p.	59
Quadro 03 – Atividades de campo de observação participante e datas, por cooperativa e extra cooperativa.....p.	60
Quadro 04 – Síntese da metodologia.....p.	62
Quadro 05 – Caracterização das cooperativas do MST-PA na região sudeste do Pará, 2020.....p.	70

LISTA DE SIGLAS

ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ADEPARÁ	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará
AGE	Assembleia Geral Extraordinária
AGO	Assembleia Geral Ordinária
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BASA	Banco da Amazônia S. A.
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAMP	Cooperativa Agrícola Mista de Produtores
CAMTA	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CART	Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá
CAT	Centro Agroambiental do Tocantins
CBT	Consórcio do Baixo Tocantins
CEB	Comunidade Eclesiais de Base
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Abastecimento
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COARA	Cooperativa de Produção Agropecuária e Serviços
COCAT	Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins
COFRUTA	Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba
COMAG	Cooperativa Mista Agropecuária do Alto Guamá
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOMAR	Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares entre os Rios Caeté e Gurupi
COOPA	Cooperativa de Produção de Alimentos
COOPAEXPA	Cooperativa de Produção Agroextrativista Familiar do Pará
COOPAGRI	Cooperativa de Produção Agroindustrial
COOPER D'AMAZÔNIA	Cooperativa Ecológica Mista de Trabalhadoras e Trabalhadores Camponeses da Amazônia
COOPERFRUTI	Cooperativa de Produção Agropecuária, Comercialização e Prestação de Serviços
COTERP	Cooperativa de Trabalho e Empreendedores Rurais de Palmares II
CPA	Cooperativas de Produção Agropecuárias
CTC	Companhia Textil de Castanhal
CUIA	Central das Cooperativas de Produção Familiar da Região Amazônica
CUT	Central Única dos Trabalhadores
D'IRITUIA	Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses
ECRAMA	Escola de Formação Para Jovens Agricultores de Comunidades Rurais Amazônicas

EMATER-PARÁ	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ESG	<i>Environmental, Social and Governance</i>
FATA	Fundação Agrária do Tocantins Araguaia
FATES	Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social
FECAT	Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará
FENCOOP	Feira de Negócios do Cooperativismo
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FR	Fundo de Reserva
GIZ-BRASIL	<i>Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit</i> no Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEAF	Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
JUCEPA	Junta Comercial do Estado do Pará
MAPA	Ministério da Agricultura e Pecuária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCS	Organização de Controle Social
ONG	Organização Não Governamental
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAF	Sistema Agroflorestal
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SPCMA	Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente
SPG	Sistema Participativo de Garantia
STTR	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNICAFES	União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária

Sumário

1 INTRODUÇÃO	18
2 REFERENCIAL TEÓRICO	28
2.1 Campesinato.....	28
2.1.1 Campesinato amazônico.....	33
2.2 Cooperativismo e Diferentes Abordagens	36
2.2.1 Cooperativismo agropecuário	40
2.2.2 Cooperativismo camponês	43
2.3 Governança	46
2.3.1 Governança cooperativa	47
2.4 Estratégias comerciais e de mercados	49
2.5 Estratégias sociais	51
2.6 Projeto coletivo	52
3 PERCURSO METODOLÓGICO	54
4 EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS COOPERATIVISTAS DO CAMPESINATO PARAENSE: OS CASOS DA COCAT, DA NOVA AMAFRUTAS E DO MST-PA	65
4.1 Experiências Cooperativistas Camponesas no Sul-Sudeste do Pará.....	65
4.2 Experiências no Nordeste Paraense.....	67
4.3 Experiências do Cooperativismo do MST	69
4.4 Síntese das experiências históricas.....	71
5 MATERIALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO COLETIVO EM COOPERATIVAS CAMPONESAS: ESTUDOS DE CASO.....	73
5.1 Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses (D'IRITUIA) 74	
5.1.1 Governança.....	75
5.1.2 Estratégias comerciais/mercado	79
5.1.3 Estratégias sociais e serviços.	83
5.1.4 Síntese	85
5.2 Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá (CART)	86
5.2.1 Governança.....	86
5.2.2 Estratégias comerciais/mercado	90
5.2.3 Estratégias sociais e serviços.	95

5.2.4 Síntese	97
5.3 Cooperativa Mistas dos Agricultores e Agricultoras Familiares entre os Rios Caeté e Gurupi (COOMAR)	98
5.3.1 Governança.....	99
5.3.2 Estratégias comerciais/mercado	101
5.3.3 Estratégias sociais e serviços.	107
5.3.4 Síntese	111
6 CINCO PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO CAMPONÊS	113
6.1 Princípio I – Uma base social camponesa	113
6.2 Princípio II – A governança adaptada a realidade	114
6.3 Princípio III – Estratégias comerciais e de mercado diversificadas	116
6.4 Princípio IV – Estratégias sociais para sócios e comunidade	121
6.5 Princípio V – O caráter camponês do projeto coletivo da cooperativa.....	122
6.6 Síntese: cooperativas agrícolas e graus de cooperativismo camponês.	124
7 CONCLUSÃO.....	128
REFERÊNCIAS.....	131
APÊNDICES.....	141
ANEXOS	149

1 INTRODUÇÃO

O ato de cooperar, ou a cooperação, não é sinônimo de cooperativa, por mais que esta não se sustente sem aquela. Cooperação é o processo social pelo qual ocorre ajuda mútua entre as pessoas, que quando organizado, regido por estatuto e legislações, pode tomar forma de uma entidade jurídica com fins econômicos e coletivos, que é a cooperativa (Pinho, 2004). Considerando-se que existe uma doutrina que objetiva mudanças e comportamentos da sociedade via cooperativas, a mesma é denominada de cooperativismo (Pinho, 2004).

Sabourin (2011) propõe uma teoria da reciprocidade, com níveis, formas e estruturas de reciprocidade, na qual se encaixam as ajudas mútuas e a cooperação realizada pelos camponeses. O autor alerta para o fato que “a ajuda mútua é também uma forma de solidariedade necessária à reprodução de bens materiais e, nesse sentido ela é essencial para a sobrevivência de várias comunidades” (Sabourin, 2011, p. 121). É um desafio teórico entender como as organizações cooperativas, uma forma específica de cooperação ou reciprocidade, se desenvolvem quando são constituídas por uma base social camponesa. Vale ressaltar que as cooperativas foram criação proletárias, não inerentes ao campesinato.

No Pará, o cooperativismo agropecuário, incluindo cooperativas camponesas e de grandes e ou médios proprietários de terra, é representado por 63 cooperativas, conforme diagnóstico realizado pela Organização das Cooperativas do Brasil (OCB) no Pará (OCB, 2019). No nordeste paraense, Rocha (2020) identificou 27 cooperativas camponesas. Vale a ressalva de que o conceito de cooperativas camponesas praticamente não aparece na literatura científica, porém pretende-se trabalhar com ele, que será justificado e problematizado mais adiante.

A escolha do tema cooperativismo reflete a opção do autor em dar continuidade e aprofundamento no estudo com cooperativas camponesas, realizado durante o Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA), entre 2018 e 2020.

A trajetória pessoal do autor que, como militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), permitiu uma primeira aproximação empírica com o cooperativismo no MST, que entende essa doutrina como orientação a construir uma forma de produção alternativa ao modo de produção capitalista, como valores

para organização econômica da sociedade, e que tem nas cooperativas uma ferramenta de luta dos trabalhadores (CONCRAB, 1998).

Associando a experiência empírica à acadêmica, buscou-se um problema de pesquisa relacionado ao tema cooperativismo camponês, que não se restringisse às abordagens meramente administrativas e contábeis, de tomadas de decisão e democracia interna, mas que circunscrevesse na perspectiva de um projeto coletivo de caráter camponês, de modo a contribuir com esses sujeitos sociais.

Quiçá, construir um conceito de cooperativas camponesas, tendo como base A. Chayanov (2017), o qual motivou as escolhas e inspirou reflexões da dissertação de mestrado. Além de Chayanov, alguns outros autores que buscam essa aproximação conceitual, como Staatz (1987), com *farmer cooperatives*, Bijman e Wijers (2019), com *producer cooperatives*, e Metereau (2020), com *peasant cooperativism*. Fazendo o diálogo entre a teoria e a prática, o empirismo na região amazônica, mas especificamente no Pará.

A práxis desta pesquisa passou a se inserir, em 2023, em um projeto mais abrangente, apoiado pelo edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), Chamada CNPq / SESCOOP Nº 11/2022 – Pesquisa em Cooperativismo, e coordenado pelo professor doutor Philippe Jean Louis Sablayrolles, que também coorienta esta tese de doutorado. O objetivo geral do projeto maior, denominado *Desenvolvimento organizacional das cooperativas da agricultura familiar no Pará* é “melhorar o desempenho organizacional e a governança das cooperativas da agricultura familiar do Estado do Pará em função do seu projeto coletivo, e mediante uma assistência técnica compatível com suas prioridades” (UFPA, 2022, p. 22).

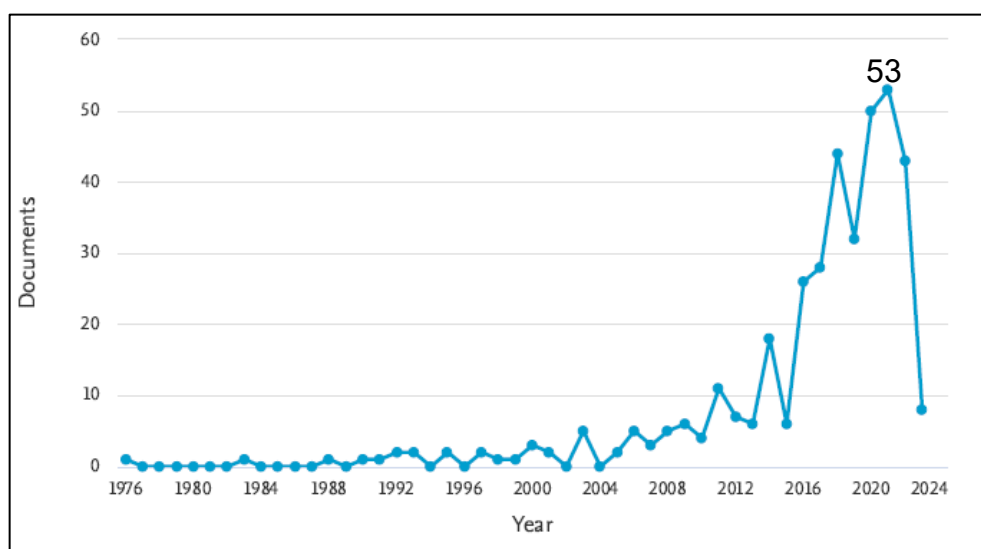
A participação no projeto maior possibilitou diversas idas a campo, contribuindo na delimitação da problemática de pesquisa, bem como na definição dos sujeitos, ou seja, as cooperativas camponesas a serem estudadas.

O que se espera dessa tese, é que possa dialogar com autores clássicos e contemporâneos, avançando em um modelo analítico que fuja de visões estanques, e possa problematizar a doutrina cooperativista, a fim de contribuir para fortalecimento da agricultura camponesa, através de suas cooperativas, e com a construção do conhecimento sobre o tema. Compreendendo melhor a realidade da agricultura camponesa, no sentido do que fala Caldart (2014), que é possibilitar formulações de

novas questões científicas, e construir um projeto de campo para o Brasil, que coloque o campesinato no centro do debate (Carvalho, 2014).

No contexto da tese, foi realizada pelo autor uma pesquisa bibliométrica, na base de dados *Scopus*, com a palavra-chave *cooperativism*, que mostrou um aumento exponencial das publicações sobre a temática a partir da última década (FIGURA 01).

Figura 01 – Gráfico relacionando número de publicação sobre a temática cooperativismo, em relação ao ano.



Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa bibliométrica na base *Scopus*, 2023.

Apesar do aumento do interesse científico sobre o tema do cooperativismo, refletido no crescimento do número de publicações, quando se trata de cooperativismo camponês, as publicações tendem a zero. Em busca realizada nas bases de dados *Web of Science* e *Scopus*, a partir das palavras-chaves “*cooperativism*” e “*cooperativism and peasant*”, seguida de análise bibliométrica feita no programa R, gerou-se uma nuvem de palavras (FIGURA 02). Chama a atenção, o fato de a palavra *peasant* (camponês) ter sido inserida na busca, porém ela não aparece na nuvem de palavras.

Figura 02 – Nuvem de palavras gerada em pesquisa bibliométrica nas bases de dados Web of Science e Scopus, a partir das palavras-chaves “cooperativism” e “cooperativism and peasant”.



Fonte: Elaborado pelo autor, pesquisa bibliométrica utilizando o programa R.

A literatura científica não utiliza o termo cooperativa camponesa, apesar da obra clássica, já citada, de Chayanov (2017), originalmente publicada em 1919. A análise de Chayanov, em *A Teoria das Cooperativas Camponesas*, se dá, portanto, no contexto da revolução russa, estudando um campesinato em um país que estava posicionado em um capitalismo periférico, e que vivenciava um processo de revolução que tentava construir um modo de produção socialista. Considerando isso, o cooperativismo camponês exige uma melhor definição, atualizando e contextualizando à realidade brasileira e amazônica.

Metereau (2020) discute as motivações e estratégias das cooperativas camponesas na Nicarágua, enquanto movimento cooperativista e frente a uma economia global neoliberal. Apesar do autor utilizar o termo cooperativismo camponês, não o conceitua. Na mesma linha, a dissertação de mestrado de Rocha (2020) sobre as concepções e trajetórias das cooperativas camponesas no nordeste paraense, bem como o artigo de Rocha, Assis e Sablayrolles (2023) sobre os desafios dessas cooperativas, citam o termo cooperativismo camponês, sem discutir, porém, o conceito.

Em diferentes partes do mundo, autores utilizam outros termos. Nos EUA, Staatz (1987) utiliza *farmer cooperatives*, que traduzido seria algo como "cooperativas de fazendeiros". Na Holanda, Bijman e Wijers (2019), utilizam *producer cooperatives*, que literalmente seria traduzido com "cooperativas de produtores".

Staatz (1987) discute a tomada de decisão em cooperativas agrícolas, e para tanto, as diferencia de outros tipos de negócios. Pois naquela os agricultores são donos e usuários dos serviços, utilizando sistema de cota-parte e não de ações. As três características típicas de uma cooperativa agrícola, para Staatz (1987) são que os agricultores são os principais beneficiários dos serviços, o retorno se dá principalmente conforme a participação econômica dos membros com a cooperativa, e, em terceiro, uma governança democrática, com um voto por sócio e limitação de não sócios no conselho de administração.

Já Bijman e Wijers (2019), ao discutirem as cooperativas de produtores, como um negócio inclusivo, abordam três características organizacionais que tem a ver com orientação de mercado *versus* comunitária, com a admissão de membros e governança. Uma cooperativa tende a ser mais inclusiva quando é aberta, quando cria condições para a participação dos pequenos agricultores na tomada de decisão e quando tem uma orientação comunitária (Bijman; Wijers, 2019).

No Brasil, esse cooperativismo agrícola (camponês ou não) transita entre uma lógica empresarial e uma lógica solidária-popular (Chiariello, 2008; Rocha, 2020). Autores como Souza (2009), Serra (2013), Locatelli & Lima (2018) retratam que esse cooperativismo teve sua evolução empresarial por quase todo o século 1900, devido a aristocracia rural do início do século, passando por controle/tutela estatal e das entidades de representação. Esse processo é criticado pelo movimento de economia solidária, a partir dos anos 1980, imprimindo outra lógica, principalmente nas cooperativas da agricultura familiar, e criando outras entidades de representação e outras formas de relação com o mercado.

Portanto, uma lacuna identificada é a escassez de estudo sobre as especificidades das cooperativas camponesas, pois essa classe social tem a particularidade de deter certos meios de produção, além de utilizar, via de regra, força de trabalho familiar. Isso implica em condição diferenciadas quando comparadas com cooperativas empresariais, que possuem força de trabalho assalariada, ou então com cooperativas de trabalho, geralmente desprovidos de meios de produção individuais.

Com isso, expõe-se a necessidade de uma conceituação do que venha a ser cooperativismo camponês, possibilitando melhor análise científica, mas também atuação da assistência técnica junto a essas organizações cooperativas no âmbito do campesinato.

Os dados quantitativos também não permitem diferenciar as cooperativas camponesas das de grandes ou médios proprietários rurais, por exemplo, os diagnósticos realizados pela OCB/Pará nos anos 2016 e 2018 englobam todas no ramo agropecuário. A divisão do cooperativismo em ramos, é feita pela OCB (2024), que atualmente separa em sete: 1) saúde, 2) crédito, 3) consumo, 4) infraestrutura, 5) trabalho, produção de bens e serviços, 6) transporte e 7) agropecuário. Neste último são englobadas todas as cooperativas agrícolas e pecuárias, sejam de do agronegócio ou da agricultura familiar, além de cooperativas de produção de alunos de escolas técnicas rurais. No diagnóstico de 2018, registrou-se 62 cooperativas do ramo agropecuário no Pará, porém, não se pode distinguir quais dessas estão ligadas ao campesinato, quais estão ligadas ao agronegócio patronal, ou mesmo qualquer outra diferenciação. A mesma reflexão vale para os dados do anuário do cooperativismo brasileiro da OCB (2023), com 1.185 cooperativas, sem diferenciação (FIGURA 03).

Figura 03 – Número de cooperativas, cooperados e empregados no ramo agropecuário, pelo anuário do cooperativismo brasileiro de 2023.



Fonte: OCB, 2023.

Não há dados quantitativos que identifiquem diretamente as cooperativas camponesas, o que, se por um lado pode ser explicado pelo fato de não se ter uma definição teórica, por outro, dificulta a produção de análises sobre o objeto.

Dados que se aproximam das cooperativas camponesas estão sistematizados no relatório de pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, que tem como fonte o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária. Os dados mostram que dos empreendimentos de economia solidária da região Norte, 15,7% são cooperativas, o que se aproxima da média nacional, que é de 15,9%, sendo que esse grupo (cooperativas) tem em sua maioria homens, 68,1% (IPEA, 2016).

Diferenciar cooperativas camponesas, de cooperativas patronais, é fundamental para orientar as ações de assistência técnica nessas organizações, bem como as políticas públicas para o setor (ramo). Se o projeto coletivo de uma cooperativa representa uma resposta positiva a problemas concretos (Namorado, 2001), o caráter camponês do projeto coletivo, é baseado nos projetos das famílias, e precisa ser realizado respondendo às necessidades desses camponeses, inseridos na sociedade capitalista. A realização desse projeto implica estrutura de governança, estratégias comerciais e estratégias sociais coerente, e não podem ser tratadas da mesma forma que em uma cooperativa do agronegócio. A compreensão aqui é de que isso não é possível e se faz necessária uma nova conceituação a partir de critérios e indicadores mais coerentes com o contexto socioeconômico e cultural das cooperativas camponesas.

Parafraseando Andrade (1986), pode-se dizer que uma abordagem mais ampla sobre o campesinato, entendendo o camponês como aquele que vive do trabalho no campo, pode possibilitar a abstração para entender as lutas e organizações camponesas, além de fortalecer essa classe na disputa pela apropriação do fruto do trabalho. Portanto, designadas dessa forma, as cooperativas camponesas marcam posição e contradição em relação as cooperativas do agronegócio.

Shanin (2005) defende a utilização do conceito de camponês para compreensão da realidade, pois possibilita definir dimensões de opressão e direções de luta de resistência a essa opressão. Seguindo esse raciocínio, assume-se aqui utilidade de um conceito de cooperativa camponesa que, entendidos o contexto histórico e social, permita olhar essas organizações como mediadoras de um projeto coletivo do campesinato. Ou, o que pode também ser denominado, caráter camponês do projeto coletivo.

Parafraseando Shanin (2005), há razões para definir “cooperativa camponesa” e há razões para deixar indefinido o termo, qualquer opção tem consequências e reflete interesse político e de análise teórica. Elaborar essa definição pode permitir esclarecer e representar melhor a realidade social que, exatamente por estar inserida em contextos sociais específico e diversos, não se tem pretensão de uma dedução homogeneizadora, senão uma problematização que tenha respaldo em um empirismo marcado pelas especificidades do campesinato na região estudada.

Por hora, será utilizado o termo cooperativa camponesa, considerando a importância da classe social campesinato, para a interpretação, análise e

compreensão da realidade. Conceito esse que será objeto de discussão teórica e embasado pelo empirismo, ao longo deste trabalho.

Quando se está falando de caráter camponês do projeto coletivo da cooperativa, não está se somando os projetos imediatos de cada família camponesa que possui um(a) sócio(a). Está se querendo definir caráter camponês como as aspirações e lutas mais gerais do campesinato, ou por assim dizer, objetivos de vida e a longo prazo das famílias camponesas, de autonomia, reprodução social e qualidade de vida.

Cooperativa camponesa é, portanto, uma organização social e comercial que, como demonstrou Rocha (2020), surge para resolver um problema econômico, que mantém o caráter camponês em seu projeto coletivo, visando a reprodução social, entendida como o desenvolvimento (aumento da renda e qualidade de vida) das unidades familiares (Chayanov, 2017; Wanderley, 2004; 2009) e autonomia (relativa) em relação ao mercado (Ploeg, 2008; 2009). A governança, as estratégias comerciais/de mercado e estratégias sociais, assumidas pela cooperativa podem contribuir para estruturar, ou para desestruturar, o caráter camponês.

O esforço da tese será discutir a noção de cooperativa camponesa, considerando o caráter camponês do seu projeto coletivo, influenciado pela governança (participação, informações e tomada de decisão) da cooperativa, sua relação com o mercado e ações sociais junto a sócios e comunidades. Entendendo que a cooperativa está sob tensionamento, de um lado as famílias camponesas sócias, em sua luta por autonomia, de outro o mercado capitalista em que a organização está inserida. Uma das saídas é a inserção em mercados econômicos solidários.

Com a pretensão de que sejam discutidos bons exemplos de cooperativas camponesas, e de que se realize um debate teórico a partir do empirismo, a escolha foi de se fazer um estudo com organizações que reunissem características típicas, em contextos socioculturais diferentes, a demarcação das especificidades. Sendo possível descrever, analisar e comparar os resultados observados (Quivy; Campenhoudt, 1998), permitindo explicar fatos e coisas, nesse caso o funcionamento de cooperativas camponesas, a partir de suas semelhanças e diferenças, analisando dados concretos e extraíndo elementos constantes, abstratos e gerais (Fachin, 2006).

Considerando a questão da luta por autonomia e a centralidade da unidade familiar como condição para o campesinato, e entendendo a cooperativa como uma

organização desses camponeses, a pergunta de pesquisa que se impõe é: como as cooperativas camponesas, na especificidade do Pará, têm materializado e mantido o caráter camponês do seu projeto coletivo?

Em qualquer estudo com maior profundidade, as hipóteses, como afirma Heath (1981), servem para orientar a observação e os registros, para ajudar a ver algo. No caso desse estudo, a hipótese é:

- a. As cooperativas camponesas resistem e se desenvolvem em uma ambiência adversa de degeneração, marcada pela subordinação e subalternidade decorrentes da constante pressão da lógica e das estratégias do mercado capitalista, o que exige a construção de alternativas comerciais e sociais em consonância com as necessidades materiais de sua base social camponesa, de modo que o caráter camponês do projeto coletivo é a expressão de uma regeneração constante que se viabiliza por meio de uma governança democrática orientada para a estabilidade organizativa e a autonomia.

Esta pesquisa teve, portanto, como objetivo geral, analisar como as cooperativas camponesas no nordeste paraense, a partir de mecanismos de governança, estratégias comerciais e de mercado, além de estratégias sociais, contribuem para a materialização e manutenção do caráter camponês do seu projeto coletivo. Para isso foram necessários alguns objetivos específicos:

- a. Analisar a estrutura de governança das cooperativas camponesas.
- b. Analisar as estratégias comerciais, e de mercado, das cooperativas camponesas.
- c. Analisar as estratégias sociais das cooperativas camponesas.
- d. Caracterizar e conceituar as cooperativas camponesas no Pará.

Este trabalho está dividido em seis capítulos. Na introdução constam conceitos iniciais, a justificação e motivações do trabalho, além de problematizar a temática do estudo, também estão presentes a pergunta de pesquisa, as hipóteses, os objetivos geral e específicos e esta apresentação dos capítulos. No segundo capítulo está o referencial teórico, que abarca conceitos e autores que servirão de base para o desenvolvimento da tese, abrangendo o debate sobre campesinato e campesinato amazônico, cooperativismo e cooperativismo camponês, além de governança e governança cooperativa, estratégias comerciais e estratégias sociais de cooperativas, finalizando com o debate de projeto coletivo. O capítulo 3 trata do percurso metodológico traçado, e explica métodos e procedimentos que foram utilizados, além

dos critérios de escolha das cooperativas para estudo de caso, do modelo de análise e das categorias e indicadores.

No quarto capítulo, se discute experiências históricas de formação do cooperativismo camponês no estado do Pará, analisando casos de sucesso e fracasso que tiveram como sujeitos a Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins (COCAT), a Nova Amafrutas e o MST-PA, portanto englobando tanto nordeste quanto sul-sudeste do Pará. Ressalta-se que este capítulo já foi submetido como artigo para uma revista científica. O quinto capítulo é composto de três estudos de casos, sobre cooperativas camponesas localizadas nas regiões geográficas imediata de Cametá, imediata de Castanhal e imediata de Bragança, sintetizando a partir do diálogo entre teoria e empirismo, a posição dessas cooperativas em um grau de cooperativismo camponês. No capítulo 6 está a síntese das reflexões, em cinco princípios sobre o cooperativismo camponês que, mobilizando o conceito de grau de campesinidade e fazendo um paralelo para o debate de cooperativas, pode-se utilizar para analisar esse tipo de organização camponesa, situando-as em graus de cooperativismo camponês. O último capítulo é uma conclusão, confirmando e complementando a hipótese inicial de pesquisa, a partir dos achados de campo, respondendo aos objetivos de pesquisa e apresentando lacunas, além de pistas de futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Campesinato

A peculiaridade do campesinato brasileiro em relação a abordagem clássica, tem a ver com a história de luta dessa classe para se afirmar econômica e socialmente (Wanderley, 2004). Para a autora, três dimensões distintas e complementares podem ser usadas para se entender o campesinato, uma cultural, uma forma social particular de organização da produção e uma político-ideológica. Esta última, em uma posição de criticidade ao modelo dominante de agricultura (Wanderley, 2004), que também pode ser denominado de agronegócio.

Para Wanderley (2004), experiências de coletivização, como as criadas pelos movimentos de luta pela terra no Brasil, são contrárias ao projeto camponês. Nas palavras da autora:

A construção dessa identidade [camponesa] foi, de uma certa forma, retardada pelo envolvimento dos movimentos de luta pela terra com a realização de experiências de coletivização – nada mais oposto ao projeto camponês –, bem como pela prioridade concebida pelo movimento sindical rural à consolidação do Pronaf (Wanderley, 2004, p.54).

A autora se refere as experiências de coletivização da produção (a exemplo das iniciativas iniciais do Movimento Sem Terra, como as cooperativas de produção agropecuárias – CPA), proposta totalmente contrária ao caráter familiar do campesinato, base da teoria Chayanoviana. Diferentemente das estratégias coletivas de luta, pois o campesinato brasileiro, historicamente, vem construindo diversas experiências em formas de lutas, revoltas e revoluções, como Canudos, Contestado ou a Cabanagem, aqui na Amazônia, ou em formas que englobam múltiplas determinações, como nas construções dos quilombos frente o sistema escravista, ou ainda, sejam nas diversas organizações e movimentos sociais, como, por exemplo, as Ligas Camponesas, o MST e a Via Campesina.

Duas categorias sociais, os(as) camponeses(as) e os(as) agricultores(as) familiares, são tomadas como formas diferentes, por Wanderley (2004), porém, alertando para o fato que existem rupturas e continuidades. As rupturas marcadas são por uma maior integração ao mercado, em contraste com a autonomia relativa bastante discutida por Ploeg (2008), uso de tecnologias modernas e passar a ser sujeito de políticas públicas específicas, ao passo que mantém características

fundamentais de sua origem camponesa, como a centralidade do trabalho familiar, o vínculo com a terra e o autoconsumo.

A mudança “conceitual” de camponês para agricultor familiar, que passa a hegemonizar o discurso acadêmico, e das políticas públicas, no Brasil, é uma mudança ideológica que metamorfoseia um sujeito (o camponês) com história de luta e resistência, em outro (o agricultor familiar), conformado com os processos de diferenciação do campo, no sistema capitalista (Carvalho, 2005). Pode-se dizer, um novo sujeito adaptado, ou integrado, ao capital.

Muitas vezes, essa metamorfose se dá pela necessidade de transformar um sujeito social tido como atrasado, o camponês, em um sujeito moderno, o agricultor familiar (Carvalho, 2005). Portanto, afirma Carvalho (2005), a expressão agricultura familiar, ou mesmo pequeno agricultor, que se fortalece na década de 1990, é um desdobramento do discurso político-ideológico do fim do campesinato, o qual apontava a diferenciação em duas categorias: empresa rural ou proletarização.

Considerando essa disputa teórica e conceitual que existe na academia em torno da temática, reanimar os conceitos de camponês e campesinato é

resgatar e afirmar a perspectiva teórica da reprodução social do campesinato na sociedade capitalista a partir das teses de centralidade da reprodução da família camponesa e da sua especificidade no contexto da formação econômica e social capitalista (Carvalho, 2005, p. 23).

Esse conceito de camponês é discutido por Shanin (2005, p.01), que diferencia três abordagens: como uma mistificação, como generalização e como modo de produção. O campesinato é, portanto, heterogêneo, e só pode ser compreendido de forma adequada quando considerada a sua estrutura social e seu contexto histórico, o que delineia quatro características:

a) a propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica e social; b) a agricultura como a principal fonte de sobrevivência; c) a vida em aldeia e a cultura específica das pequenas comunidades rurais; d) a situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas forças externas (Shanin, 2005, p. 4-5).

A unidade de produção familiar camponesa é dinâmica, pois engloba ao mesmo tempo produção e meio de vida social, o que leva a necessidade de serem consideradas outras atividades, relações e interações com o mercado; implicando em autonomia parcial de seu ser social (Shanin, 2005). Assim, seguindo a perspectiva de Shanin (2005), se construiu a história social do campesinato, na luta contra a opressão dos modos de produção a que esteve inserido.

Ainda sobre o conceito de campesinato, porém no tempo-espço da revolução russa, A. Chayanov, realizou seus estudos sobre o campesinato há um século e, apesar do tempo, a questão camponesa permanece atual.

Para Chayanov (1924), as formas econômicas não capitalistas, e ele inclui a economia camponesa, são vistas como insignificantes e sem interesse teórico na literatura da economia política. Porém, afirma o autor, é necessário pensar para além das categorias capitalistas, caso se tenha uma perspectiva progressista. Cabe então pensar, e essa é uma perspectiva desse trabalho, quais as melhores categorias para analisar e definir uma cooperativa camponesa.

A unidade econômica familiar camponesa tem “manifestações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade” (Chayanov, 1924, p. 134). Para o autor, a unidade familiar camponesa é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo, sendo que sua renda é o produto do seu trabalho, do esforço do trabalho familiar e do grau de autoexploração deste, que, por sua vez, é determinado pelo equilíbrio entre satisfação das necessidades familiares e penosidade do trabalho (Chayanov, 1924).

Apesar de autores defenderem a autonomia camponesa, como Chayanov (1924) e Ploeg (2008), é preciso esclarecer que essa autonomia camponesa em relação ao mercado é relativa, fruto de um processo de luta e não exclui a interação com o mercado, sendo que para diminuir a dependência, reduzir a subordinação e a subalternidade, estabelecem padrões de cooperação.

Essa luta por autonomia é, para Ploeg (2008), uma das características fundamentais do que o autor chama de condição camponesa. Associada a essa, estão outras nove características: 1) um contexto de precariedade e exclusão, 2) uma base de recursos autogestionada, 3) formas de coprodução homem-natureza, 4) interação com o mercado, 5) perspectiva de futuro, 6) retroalimentação da base de recursos, 7) redução da dependência, 8) atividades não-agrícolas (dependendo da conjuntura e do contexto socioeconômico) e, por fim, 9) estratégias de cooperação para fortalecer essas interrelações (Ploeg, 2008).

Em síntese, o campesinato se relaciona com a natureza de forma diametralmente oposta como outros modos de fazer agricultura o fazem, formam e transformam, através do trabalho, a produção agrícola, desenvolvendo seus recursos materiais e sociais, contrastando com os processos desenvolvidos por agricultores empresariais e capitalistas (Ploeg, 2008).

Ploeg (2016) discute ainda dois aspectos sobre unidade camponesa: as características e uma gama de equilíbrios interativos. Para o autor, a unidade camponesa, com seis características fundamentais teoricamente e validas empiricamente é resultado de múltiplas determinações de tomadas de decisão estratégicas da família, tendo os diversos equilíbrios como uma totalidade traduzida na organização do agroecossistema (Ploeg, 2016).

A primeira característica se refere a busca por maior rendimento do trabalho, que precisa se relacionar com uma base de recursos limitados e sob pressão, que é a segunda característica, que por sua vez possuem, terceira e quarta característica, uma composição quantitativa e qualitativa, visceralmente conectados com a quinta, a centralidade do trabalho (Ploeg, 2016). A sexta característica, que para o objeto desta tese, as cooperativas camponesas, merece atenção especial, é a “relação estabelecida entre os mercados e a unidade de produção camponesa” (Ploeg 2016, p. 89), uma vez que esse tipo de organização social cumpre um papel de mediar essas relações mercantis.

Quanto aos equilíbrios interativos, que entender a unidade camponesa atual, Ploeg (2016) discute, a partir de uma perspectiva chayanoviana, alguns deles: a) entre pessoas e natureza, b) entre produção e coprodução, c) entre recursos internos e externos, d) entre escala e intensidade e, e) entre autonomia e dependência. Para o autor, o conjunto desses equilíbrios contribui para explicar, substancialmente, a heterogeneidade observada entre o campesinato no mundo (Ploeg, 2016), e pode-se dizer no Brasil. Heterogeneidade que pode ser estendida às suas organizações, sejam associações, sindicatos ou cooperativas.

No empenho de se analisar organizações camponesas, dois desses equilíbrios são fundamentais. O equilíbrio entre o camponês e a natureza, se dá através de trocas não mercantis e, considerada por Ploeg (2016), essencialmente de reciprocidade, da coprodução com a natureza, o que possibilita o encontro do social com o natural. Neste caso as organizações precisam assumir ações outras que não somente mercantis, valendo a ressalva de que uma cooperativa possui um caráter econômico, mas também social. O outro equilíbrio é utilizado por Ploeg (2016, p. 76) para “definir a condição camponesa como uma luta por autonomia e melhores rendas dentro de um contexto que imponha dependência e privação”. O que se alinha a consideração feita por Chayanov (2017), quando diz que o sucesso de uma cooperativa camponesa deve ser avaliado pela capacidade de gerar aumento da renda na unidade familiar.

Para além de relações não mercantis, a teoria da reciprocidade, afirma Sabourin (2014), permite interpretar a realidade desse grupo social camponês no Brasil, principalmente no que tange as relações mercantis. O autor completa ainda que o arcabouço da economia solidária pode ser a interface que possibilita sistemas de reciprocidades e sistemas de troca serem complementares (Sabourin, 2014).

Como consequência da revolução verde e do atual estágio do agronegócio brasileiro, as demandas dos camponeses em relação aos poderes públicos e a atividade agropecuária, já não são respondidas, como afirma Sabourin (2009) pelas regras de reciprocidade camponesa, que giram em torno dos fatores de produção e acesso a mercado. Assim sendo, recorrem a novas formas de organização para dar conta das antigas práticas, mas também de novas funções, como, por exemplo, aposentadoria rural, através dos sindicatos, equipamentos coletivos, pelas associações, ou suprir insumos e viabilizar a comercialização da produção, via cooperativas (Sabourin, 2009).

A reciprocidade, associada as relações de parentesco, a noção de localidade e ao sentimento de pertença e identidade coletiva, caracteriza, para Sabourin (2009), uma comunidade camponesa. Está presente nessas comunidades uma solidariedade interfamiliar, expressa na doação de sementes, alimentos e trabalho, sem perspectiva de retorno, geralmente em situações de adversidades (Sabourin, 2009).

Para Sabourin (2009), a lógica da reciprocidade molda os valores e projetos comunitários, que, a partir da preocupação com a reprodução de determinada comunidade camponesa, através de confiança mútua, recriam novas formas de solidariedade, que respondam à realidade local e contexto atual.

Essa preocupação com o contexto geral/atual e com a realidade direta na qual os estão inseridos, toca o debate sobre a questão camponesa feito por Sevilla-Guzmán e Molina (2005), a partir de uma perspectiva agroecológica, afirmando que

O campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre o entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de 'campesinidade' (Sevilla-Guzmán; Molina, 2005, p. 78).

Apesar da heterogeneidade do campesinato presente na literatura (Chayanov, 1924; Wanderley, 2004; Carvalho, 2005; Shanin, 2005; Ploeg, 2008; Sabourin, 2014), é possível se falar em um projeto camponês, a partir dessa mesma literatura, considerando as características gerais do campesinato e suas realidades locais.

Projeto esse de um determinado campesinato local, situado no tempo e no espaço. Mesmo que Wanderley (2004) considere a coletivização da produção como algo antagônico ao campesinato, o conjunto dos autores trazem a luta por autonomia em relação ao mercado e a centralidade da unidade de produção familiar camponesa, marcada pela terra, pelo trabalho e perspectiva de progresso (renda e qualidade de vida). O conjunto desses traços caracteriza, um projeto camponês.

A heterogeneidade do campesinato, também é pontuada por Freitas & Botelho (2011), que discutem, além da dimensão econômica, as dimensões moral e social do campesinato. A luta pela terra, busca por autonomia, mediação de atores externos, como pastorais, o papel do sindicato, construíram o campesinato na Zona da Mata Mineira (Freitas; Botelho, 2011), o que pode ser estendido para diversas regiões do Brasil.

A partir da experiência do campesinato da Zona da Mata Mineira, Freitas e Botelho (2011, p. 56) reafirmam “a tese que se apoia no campesinato como ordem moral, tendo terra e família como determinantes da economia camponesa. Uma economia que enfatiza e é constituída por uma dimensão moral ancorada em valores”. Tendo a centralidade da prática da reciprocidade, a partir de experiências concretas de ação coletiva no Nordeste do Brasil, Sabourin (2009) afirma que, quando os valores do grupo são mantidos, isso se reflete em fortalecimento da auto-organização.

Portanto, o termo camponês, que no Brasil passa a ser utilizado a partir de meados do século XX (Andrade, 1986; Guerra, 2013), é uma designação ampla para aqueles e aquelas que, no campo, vivem do seu próprio trabalho, seja controlando, ou não, pequenas porções de terras e alguns meios de produção, seja vendendo, ou não, em algum momento sua força de trabalho (Andrade, 1986). O conceito que, segundo o autor, foi popularizado pelas Ligas Camponesas, passou a ser utilizado no Brasil por correntes de esquerda, e a partir do momento que essa classe social passa a se organizar em associações para reivindicar direitos (Andrade, 1986).

2.1.1 Campesinato amazônico

Na Amazônia, esse campesinato é entendido por Rocha (2023) como a classe que vive do seu trabalho e estabelece uma íntima relação com o território e a natureza, podendo ser dividida em categorias, como, por exemplo, quilombolas, indígenas não isolados, ribeirinhos e camponeses de fronteira. Ou ainda, posseiros, categoria

estudada por Gutemberg Guerra na região sudeste do Pará, em uma perspectiva de construção e reprodução como sujeito coletivo (Guerra, 2013).

No Pará, a formação do campesinato se deu a partir da invasão portuguesa, por mais que os indígenas que já ocupavam o território praticassem extrativismo e desenvolvessem atividades agrícolas com a prática da derruba e queima (Costa, 2025). A partir da ação violenta de desterritorialização e aldeamento forçado dos indígenas, capitaneada principalmente pelas ordens religiosas dos Jesuítas e Franciscanos, com apoio do Estado, a produção agrícola passa a ter objetivo de produção de excedentes (Costa, 2025), ou seja, alterando a lógica originária de autoconsumo e trocas.

Considerando o campesinato amazônico, existe uma disputa atual entre um “paradigma agropecuário” e um “paradigma extrativista”, por mais que tenha uma diversidade de trajetórias, sendo esse tensionamento caracterizado pelas visões e utilizações da natureza, marcados pelas condições edafoclimáticas da floresta (Costa, 2009).

O “paradigma agropecuário”, como perspectiva de progresso ou desenvolvimento e conjunto de procedimentos que pressupõem a transformação industrial da natureza originária no atendimento de necessidades reprodutivas da sociedade, se desenvolve, na Amazônia, por um antagonismo de fundo com o “paradigma extrativista”, que pressupõe a manutenção dessa mesma natureza originária. Eles se desenvolvem em concorrência, protagonizada por atores privados e organizações (Costa, 2009, p. 44).

Ou seja, um conflito de modelos que, atualizando termos, pode-se dizer, é entre um agroextrativismo de base ecológica, ou agroecológico, e um agropecuário predatório.

Costa (2020, p. 03) afirma que “as especificidades camponesas geram sistemas produtivos diferentes também em conformidade com as dotações de recursos naturais e com as capacidades acumuladas para com eles lidar em cada lugar”, isso tudo com mediação institucional, própria de cada território. Na Amazônia, as estratégias baseadas no bioma, conduziram à agroecossistemas diversificados, como por exemplo, sistemas agroflorestais (SAF) a partir da floresta.

Portanto, pensar cooperativas formadas por camponeses na Amazônia é pensar, dentre outras coisas, esses sistemas técnicos produtivos adaptados ao bioma e a disputa entre modelos de agricultura. É pensar, ainda, a luta por autonomia, que Ploeg (2009) considera determinante para reprodução social e para enfrentar o contexto adverso e hostil provocado pelos impérios alimentares. Ou seja, como a

organização se posiciona, quais as estratégias sociais e de mercado assume, e como pode fortalecer ou enfraquecer esses sistemas de produção determina a abrangência do caráter camponês de um projeto coletivo cooperativo.

Hurtienne (2005) utiliza o termo agricultura familiar para falar que essa categoria social, na Amazônia, destina sua produção aos mercados locais, regional e nacional, ou seja, ao mercado interno. Vale atentar para a data o artigo de Hurtienne (2005) e acrescentar a inserção no mercado internacional, implicando em fenômenos recentes como a açaiização. As cooperativas são uma das estratégias, não a única, de acesso a esses mercados, sendo o elo, por assim se entender, entre a diversidade de mercados (Hurtienne, 2005) e a diversidade de sistemas técnicos e estratégias produtivas (Costa, 2020).

No artigo sobre agricultura familiar e desenvolvimento sustentável na Amazônia, Hurtienne (2005) apresenta duas trajetórias distintas do campesinato amazônico, que se encontram diversificadas em terra firme, estuário e várzea. Uma é o ciclo de fronteira, que no Pará está representada no sul e sudeste do estado, e a outra é a estabilização do campesinato, embasada na complexificação dos sistemas de produção, bem exemplificada no nordeste do estado do Pará (Hurtienne, 2005). O autor não analisa, mas essas diferentes trajetórias camponesas, devem implicar em diferentes trajetórias de suas organizações, incluindo cooperativas, uma vez que constituem contextos econômicos socioculturais diferentes.

Esse campesinato amazônico construiu, em respostas as ações do capital, com fachada de “ações de desenvolvimento” que chegaram como grandes projetos e políticas de integração da região, diversas identidades de grupos sociais, como exemplificam Hébette, Magalhães e Maneschy (2002), de pescadores tradicionais a povos da floresta, passando por trabalhadores rurais, garimpeiros, atingidos pelas barragens, quebradeiras de coco babaçu, dentre outras.

Além das identidades, essa reação às ações do capital se manifestou em uma pujante criação de entidades de representação, que pouco existiam ou pouco atuavam, dentre as quais as cooperativas (Hébette; Magalhães; Maneschy, 2002). Entendendo que cada organização, como sindicato, associações comunitárias, movimentos sociais, cumpre um papel nessa resistência, as cooperativas nessa resposta ao capital, assumem o papel de ser o instrumento econômico, como identificou Rocha (2020) em seu estudo, mostrando a motivação econômica da criação dessas organizações no nordeste do Pará. Algumas delas, ressalta o autor,

foram criadas a partir dos sindicatos de trabalhadores rurais, o que acrescente as pautas e concepções de classe nos debates iniciais da fundação dessas cooperativas.

2.2 Cooperativismo e Diferentes Abordagens

É sabido que a origem do cooperativismo se deu em meados do século XIX, se espalhando pela Europa e depois para o mundo. A literatura clássica aponta a cooperativa de consumo de Rochdale, de 1844, como a precursora do cooperativismo (Singer, 2012; Abrantes, 2004; ICA, 2018).

Ligado à classe operária na Inglaterra, o cooperativismo surgiu como reação da classe trabalhadora frente às condições de opressão econômica e social em que viviam na Europa, em meio a Revolução Industrial, marcadas pela contradição entre capital e trabalho (Singer, 2012; Rêgo; Moreira, 2013). Portanto, originalmente, não é uma estratégia da classe social camponesa, e sim do proletariado.

O cooperativismo surge como alternativa frente as consequências excludentes do capitalismo, como, por exemplo, o empobrecimento de uma grande massa de trabalhadores(as) fabris da cidade, outrora camponeses(as) expulsos do campo no processo de revolução burguesa nos séculos XVIII e XIX (Santos; Rodrigues, 2002).

Contudo, hoje, o papel das cooperativas no processo de transição do capitalismo ao socialismo não está na pauta do dia, e tem-se a consciência de que nem todas as cooperativas têm uma perspectiva socialista, de fato, estas são a sua grande maioria (Gambina, 2009).

De Rochdale aos tempos atuais, foram se consolidando os princípios e valores do cooperativismo. A Aliança Cooperativa Internacional (ACI), desde 1995, prega sete valores clássicos: 1) adesão voluntária e livre, 2) gestão democrática dos membros, 3) participação econômica dos membros, 4) autonomia e independência, 5) educação, formação e informação dos associados e do público, 6) intercooperação e 7) preocupação com a comunidade (PINHO, 2004; BORGES, 2001; ICA, 2018).

A esses princípios, estão ligados alguns valores, que são: 1) autoajuda, 2) autorresponsabilidade, 3) democracia, 4) igualdade, 5) equidade, e 6) solidariedade. (VARGAS, 1995; ICA, 2018). Entendendo o papel central da democracia para debater e compreender a governança das cooperativas, se dará foco nesta questão.

Cabe aqui explicitar o segundo e o terceiro princípio, e a relação entre eles, pois é específico das organizações cooperativas, diferenciando-as das empresas

capitalistas. A gestão democrática dos membros, nas tomadas de decisões, não é regida pela quantidade de capital transacionada entre cada um e a cooperativa, ou pela quantidade de cota-parte que detém, mas pelo lema: “uma pessoa, um voto!”. Já a participação econômica dos membros qualifica o controle democrático da cooperativa, além de orientar a divisão das sobras, o que leva a beneficiar cada cooperado(a) proporcionalmente às suas contribuições econômicas no cotidiano da cooperativa.

Retomando o debate sobre histórico, ao chegar no Brasil, o cooperativismo se desenvolveu a partir das cooperativas de crédito e agropecuárias, no final do século XIX e início do século XX, sob a influência da colonização europeia na região sul (Abrantes, 2004; Pinho, 2004; Veiga; Fonseca, 2001). A conformação das classes sociais no campo, com hegemonia da aristocracia rural, marcou a formação da corrente dominante que veio a se desenvolver no Brasil, o cooperativismo de cunho empresarial (Souza, 2009; Serra, 2013; Locatelli; Lima, 2018).

Ao estudar a história do cooperativismo do Pará, Rocha (2020), observou o pouco apoio estatal, principalmente nas décadas de 1970, 1980 e 1990. No caso dos camponeses, o apoio vinha de assessorias externas, como exemplo a Cáritas, na década de 1990. As entidades de representação passam a ter uma atuação mais forte junto as cooperativas da agricultura familiar somente na década de 2010, inicialmente a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e, a partir de 2016, a OCB (Rocha, 2020).

Saindo do histórico e entrando na doutrina cooperativista, Schneider (1999) frisa a dupla dimensão de uma cooperativa, a econômica, vista como empresa, e a social, vista como uma sociedade de pessoas. Ou seja, a primeira dimensão é a relação com o mercado, e a segunda, a relação com os(as) sócios(as), ou mais diretamente com o objeto dessa pesquisa, com o projeto cooperativo. No caso dos(as) sócios(as), ressalta Schneider (1999), há uma dupla qualidade, pois são ao mesmo tempo donos(as) e usuários(as) da cooperativa (Schneider, 1999).

Bretos, Errasti e Marcuello (2019), em estudo longitudinal com um conjunto de cooperativas industriais de Mondragon, discutem a teoria do ciclo de vida cooperativo, que se dá em quatro fases: a conquista, a consolidação econômica, a coexistência, o poder administrativo. A conquista se refere a criação, geralmente por um grupo pequeno de membros com objetivos em comum, seguido pelo estágio de consolidação econômica, em que o pragmatismo organizacional, visando

fortalecimento econômico, passa a dominar sobre a perspectiva coletivista inicial (Bretos, Errasti e Marcuello, 2019). Na discussão das autoras, na coexistência, comumente o tamanho aumenta e os sinais de degeneração passam a evidência, com valores de mercado se sobrepondo a valores comunitários, e diluindo a participação dos membros nas tomadas de decisão, devido o conselho administrativo ser composto por não sócios, o que aumenta a distância entre gestores e demais. Por fim, na fase de poder administrativo, a lógica econômica passa a dominar por completo, ao passo que membros e representantes eleitos já não decidem, pois o controle está nas mãos dos gestores (Bretos, Errasti e Marcuello, 2019).

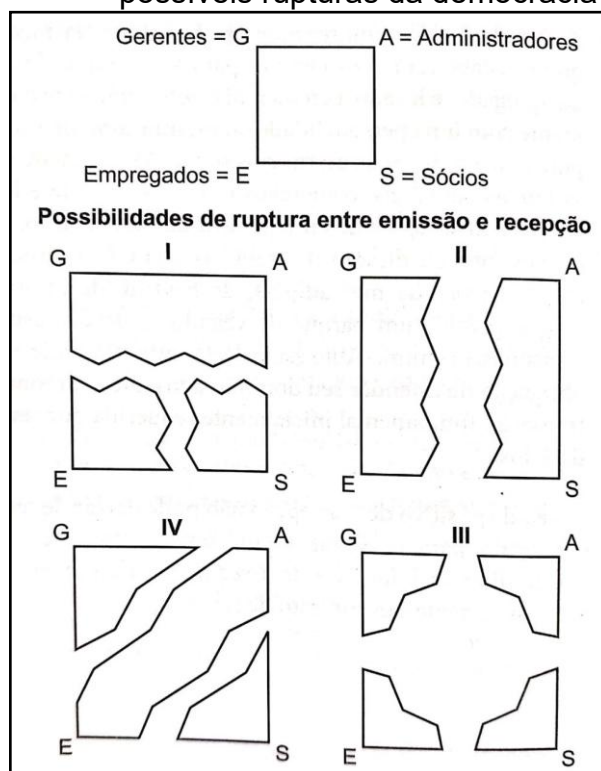
A partir deste ponto três coisas pode ocorrer, pois este processo é gradual, podendo resultar “na dissolução da cooperativa, ou num processo de isomorfismo com o ambiente institucional dominante” (Bretos; Errasti; Marcuello, 2019, p. 4, tradução nossa), ou ainda, como defendem os próprios autores:

as cooperativas são capazes de manter a sua natureza original a longo prazo, e que a degeneração pode ser uma fase temporária seguida da configuração de processos de regeneração com o poder de restaurar o seu funcionamento social democrático e participativo (Bretos; Errasti; Marcuello, 2019, p. 5, tradução nossa).

Porém, seus resultados mostram que a regeneração não é o processo hegemônico, o que prevalece são processos de degeneração. Todo esse processo envolve a relação com o mercado capitalista, a democracia interna e a tecnocracia gerencial.

Uma estrutura-tipo para se discutir conflitos potencialmente presentes na gestão cooperativa, é proposta por Desroche (2006). Nela estão contidos quatro sujeitos, os(as) sócios(as), os(as) empregados(as) (trabalhadores assalariados), os(as) administradores(as) (sócios eleitos para diretoria) e os(as) gerentes (não sócios contratados pela diretoria), representadas no que ele denominou de quadrilátero cooperativo (FIGURA 04). A representação gráfica permite expressar as diversas possibilidades de cisão democrática, como exemplo I) administradores e gerentes por eles contratados, tomam decisões que não refletem os interesses dos trabalhadores empregados, nem dos sócios, ou ainda, no caso II) gerentes a empregados, todos assalariados podem ter interesses conflituosos com os dos administradores (que são cooperados) e sócios. Devido essas possibilidades de conflitos, Desroche (2006) afirma que o ponto chave para avançar na democracia cooperativa é a comunicação, encontrar convergências entre os polos.

Figura 04 – Quadrilátero cooperativo de Desroche, com a estrutura-tipo e suas possíveis rupturas da democracia interna.

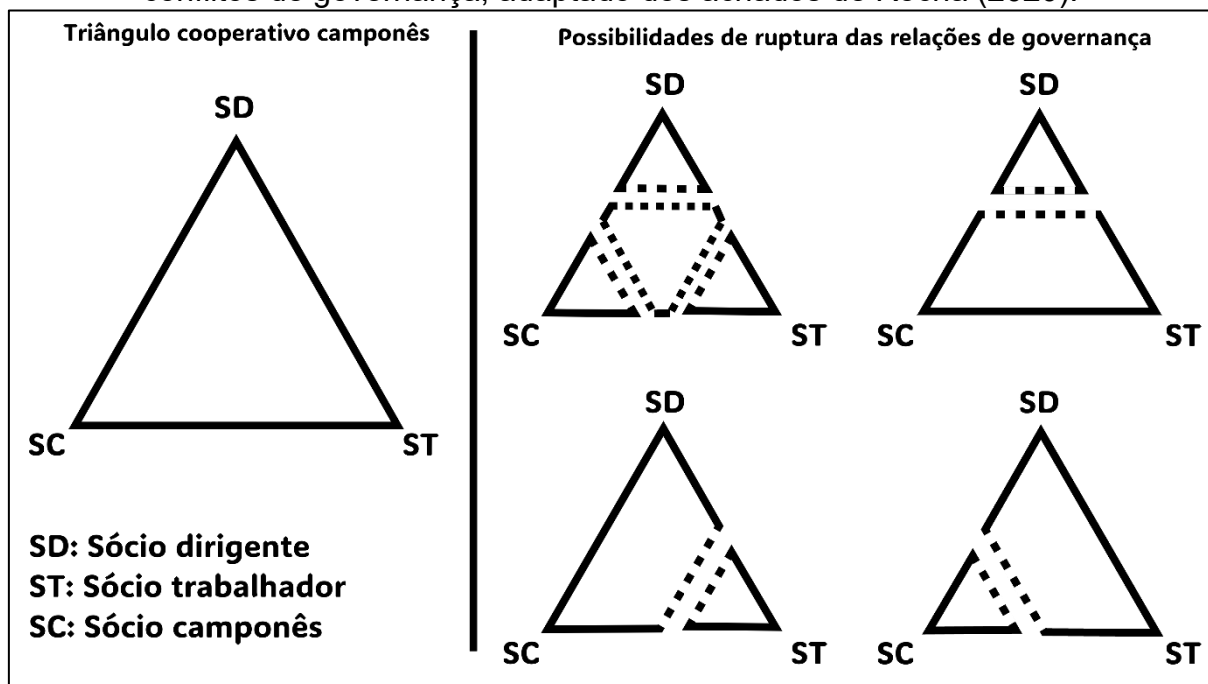


Fonte: Desroche, 2006.

Em estudo realizado com cooperativas camponesas no nordeste paraense, Rocha (2020), observou uma estrutura mais simplificada, triangular, composta pelo(a) sócio(a) camponês(a) (o que realiza somente trabalho familiar na sua unidade de produção camponesa), pelo(a) sócio(a) dirigente (o que assume função no conselho de administração, diretoria ou conselho fiscal) e pelo(a) sócio(a) trabalhador(a) (o que realiza trabalho em alguma estrutura coletiva da cooperativa, agroindústria ou cantina solidária). Nas relações entre esses sujeitos também pode haver rupturas, desencadeando relações não democráticas e interferindo no projeto cooperativo.

Esse formato triangular (FIGURA 05) está ligado às concepções e trajetórias traçadas pelas cooperativas camponesas estudadas por Rocha (2020), em que a representação do triângulo cheio represente uma governança democrática sem rupturas, e as linhas pontilhadas, conflitos e descontinuidades nas relações democráticas entre os polos. Essa possibilidade triangular é prevista por Desroche (2006), porém, para o autor, está ligado ao tamanho e abrangência da cooperativa, e as concepções e trajetórias dessas organizações. É preciso estar atento a essa observação para se discutir a governança das cooperativas camponesas no Pará.

Figura 05 – Triângulo cooperativo camponês, com estrutura-tipo e possíveis conflitos de governança, adaptado dos achados de Rocha (2020).



Fonte: Adaptado de Rocha (2020).

O que está sendo proposto aqui nesta adaptação, no sentido de ampliar as possibilidades analíticas, é que, para além das rupturas das relações democráticas propostas por Rocha (2020), a partir de um estudo com 14 cooperativas camponesas, esse triângulo cooperativo camponês permite representar as possibilidades de descontinuidades, rupturas e conflitos no processo de governança de uma cooperativa camponesa. Vale ressaltar a diferença entre os sujeitos de Desroche (2006), com sócios e não sócios, e os sujeitos de Rocha (2020), sendo todos sócios que assumem funções diferentes.

Então, para além de um modelo de negócios ou uma organização exclusivamente econômica, as cooperativas são uma organização social e

têm o potencial de instigar mudanças transformadoras, pois se baseiam em uma lógica econômica diferente (sem fins lucrativos e centrada nas pessoas). Ancoradas em comunidades locais, operacionalizam valores éticos como autoajuda, equidade e solidariedade. Seus membros abordam as causas estruturais da desigualdade e da injustiça social, em vez de apenas tratar os sintomas. Evidências mostram que organizações cooperativas fortalecem o capital social, mitigam riscos, bem como aumentam o excedente total (bem-estar) (Novkovic, 2021, p. 06, tradução nossa).

2.2.1 Cooperativismo agropecuário

A classificação de cooperativas em áreas é diferente em torno do mundo, ou mesmo dentro do Brasil, o que limita análises quantitativas. Na Itália, uma

categorização, feita por Niccoli (1909), subdivide as cooperativas rurais em cinco tipos: a) de crédito, b) de trabalho e produção, c) de seguros e previdência social, d) de consumo e e) mista.

Já a Universidade de Wisconsin (2025), por exemplo, define pelo tipo de sócio, sendo classificadas em: a) cooperativas de consumidores, b) cooperativas de trabalhadores, c) cooperativas de produtores, d) cooperativas de compras ou de serviços compartilhados e e) cooperativas multissetoriais.

No Brasil, a classificação mais utilizada é a separação das cooperativas em ramos, feita pela OCB (2024), que junta todas as cooperativas agrícolas em um único grupo, o ramo do cooperativismo agropecuário. Isso mascara as diferenças dentro do movimento cooperativista, além de não possibilitar analisar as características específicas das cooperativas camponesas e, assim, pensar assessoria técnica e extensão rural junto a elas, bem como políticas públicas mais apropriadas e assertivas. Cabe ressaltar que, no Brasil, 71,2% dos estabelecimentos rurais ligados a cooperativas são da agricultura familiar, revelou o Censo 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No Censo 2006, essa frequência era de 68,7% (IBGE, 2017).

Staatz (1987) alerta para o fato de se diferenciar as cooperativas agrícolas de outros tipos de negócios, para, assim, poder entender o processo de tomada de decisão nessas organizações. Outro alerta do autor é para o fato de que nem sempre os princípios do cooperativismo são seguidos pelas cooperativas agrícolas, que geralmente restringem a filiação de membros, fato esse que é ainda mais presente quando se objetiva garantir a qualidade dos produtos (Staatz, 1987).

Na visão de Staatz (1987), uma cooperativa agrícola pode ser definida como um negócio que possui três características: 1) os *stockholders* são os agricultores e os principais usuários dos serviços da cooperativa, 2) os benefícios que um *stockholder* tem, investindo o capital na cooperativa, está ligado diretamente a sua posição de proprietário e 3) estrutura democrática da governança formal.

Utilizando o termo “*horizon problem*”, que é a priorização do fluxo de caixa como saúde financeira, Staatz (1987) analisa que pode ser sério em cooperativas que: 1) têm grande investimento de capital por membro, 2) a adesão é fechada, 3) possuem poucas das empresas membros que são legalmente constituídas (no caso em que a cooperativa é formada por empresas), 4) a transferência intergeracional de membros e familiares é proibida e 5) têm um número grande e diversificado de membros. Já as

cooperativas menores apresentam menos dificuldades com problema de horizonte (Staatz, 1987). O número de sócios(as), portanto, pode ser um indicador interessante para se analisar uma cooperativa camponesa, se muito grande, maior a dificuldade de gerir um projeto coletivo camponês. Serigati (2008), em seu trabalho sobre fidelidade e governança cooperativa mostra que em grupos menores, menos difíceis os processos de tomada de decisão, menores os custos de coordenação de bens coletivos, maior a aproximação dos sócios diretores com os associados, implicando em maior fidelidade do sócio para com a cooperativa.

É importante dizer que a lei brasileira do cooperativismo de 1971 declara as cooperativas como organizações abertas, de livre ingresso, respeitando alguns critérios, como expresso no artigo 4º, “inciso I - Adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços” (Brasil, 2026, Lei nº 5.764/1971) e o artigo. 29º: “O ingresso nas cooperativas é livre a todos que desejarem utilizar os serviços prestados pela sociedade, desde que adiram aos propósitos sociais e preencham as condições estabelecidas no estatuto, ressalvado o disposto no artigo 4º, item I, desta Lei” (Brasil, 2026, Lei nº 5.764/1971) e seu “parágrafo 1º: A admissão dos associados poderá ser restrita, a critério do órgão normativo respectivo, às pessoas que exerçam determinada atividade ou profissão, ou estejam vinculadas a determinada entidade” (Brasil, 2026, Lei nº 5.764/1971).

Bijman & Wijers (2019), adotando uma perspectiva de negócios, abordam as cooperativas de produtores agrícolas como empresas, que entram em mercados altamente competitivos e, além do mais, exigentes quanto a sustentabilidade e qualidade dos produtos.

Há pouca informação sobre como, e em quais condições, essas cooperativas contribuem para inclusão dos agricultores mais pobres (Bijman; Wijers, 2019). A conclusão de Bijman & Wijers (2019), depois de ressaltar que existe diferença entre cooperativas pequenas e grandes, e partindo da análise de três características organizacionais, é de que quanto mais orientadas para o mercado, menos inclusivas são essas cooperativas de produtores.

Vale ressaltar as três características analisadas são “orientação para a comunidade versus orientação para o mercado; associação aberta versus fechada; quem está representado na governança da cooperativa” (Bijman; Wijers, 2019, p. 74).

Uma discussão importante se dá no âmbito do caráter da organização cooperativa, para Hu, Zhang e Donalson (2023) a perspectiva dominante, pautada na

economia neoclássica e neo-institucional, que enxerga apenas como empreendimento econômico é falha e limitada, pelo menos no que tange as de caráter camponês. Para os autores, “a superioridade técnica proposta para a economia camponesa só pode ser realizada através da cooperação, que reflete de perto a sua abordagem [chayanoviana] cooperativa como movimento” (Hu; Zhang; Donalson, 2023)

Um movimento cooperativo é possível, mas precisa se apoiar em um projeto coletivo, “ao nível das bases, que comece e se centre na construção da cultura cooperativa e da solidariedade social” (Hu; Zhang; Donalson, 2023). Essa é a realidade na Nicarágua, onde, para além dos valores do cooperativismo, o movimento cooperativo camponês se coloca como ferramenta a serviço das estratégias e projeto coletivo das organizações, focando em incidência política dos camponeses, equidade de gênero e transição agroecológica (Metereau, 2023).

2.2.2 Cooperativismo camponês

A primeira, e única, grande obra que aborda esse tema é o livro *A Teoria das Cooperativas Camponesas*, de Alexander Chayanov, escrito e publicado nos primeiros anos da revolução russa, mas somente em 2017 ganhou uma edição brasileira. Na obra, o autor reflete sobre como a cooperação agrícola, materializada em cooperativas, contribui para resolver os problemas econômicos do campesinato, principalmente através da concentração vertical na agricultura, sendo o sucesso de uma cooperativa igual ao aumento da renda de seus sócios(as) (Chayanov, 2017).

Essa concentração vertical, a partir do surgimento e desenvolvimento de formas não capitalistas, as cooperativas, só é possível em certas condições do processo, que são próprias do capitalismo local relativamente fraco, afirma Chayanov (2017). Vale ressaltar que o autor está analisando o campesinato e suas formas organizativas na realidade da Rússia, na década de 1920.

Segundo Chayanov (2017), o cooperativismo contribui para a organização da unidade familiar de produção, melhorando métodos e técnicas de cultivo e criação animal nos estabelecimentos camponeses. Em uma perspectiva mais abrangente, Chayanov (2017, p. 55) afirma que “a natureza social das cooperativas afeta, inevitavelmente, as funções econômicas do empreendimento cooperativo e, assim, seus objetivos organizacionais”. O autor é categórico ao afirmar que “as cooperativas

camponesas representam uma variante altamente aperfeiçoada da economia camponesa” (Chayanov, 2017, p. 56), passando da pequena para a larga escala, da individualidade para a coletividade.

Dito isto, pode-se ventilar a possibilidade de a cooperativa ser a catalizadora da realização de um projeto político camponês. Se tem um poder transformador, melhorando a renda e a qualidade de vida, contribuindo na organização da unidade de produção familiar e conferindo autonomia ao campesinato em sua relação com o mercado, então, pode ser capaz de estruturar o projeto político.

Metereau (2020) analisa cooperativas camponesas e revela duas categorias principais de motivação para o envolvimento no movimento cooperativista nicaraguense, uma de cunho econômico, visando a transformação das estruturas produtivas, e outra de cunho sociopolítico, que pretende a construção de alternativas ao neoliberalismo. Traçando um paralelo ao projeto político, a primeira motivação estaria ligada a um projeto familiar, e a segunda a um projeto de sociedade.

O cooperativismo camponês é estruturante do mundo rural nicaraguense, afirma Metereau (2023). As condições históricas enfrentadas pelo movimento cooperativista camponês nesse país levaram as cooperativas a construir estratégias híbridas, de tal modo que acessam mercados agroalimentares globalizados, ao passo que reforçam a autonomia comunitária (Metereau, 2023). Segundo o autor, essas organizações possibilitam reduzir a vulnerabilidade e fortalecer a autonomia dos camponeses e suas comunidades (Metereau, 2023).

Hu, Zhang e Donaldson (2023), estudando a experiência chinesa, mostram que as cooperativas de pequenos agricultores normalmente falham quando tentam disputar em uma economia de mercado, seguindo uma vertente meramente empresarial. Contudo, a partir de estudo de caso, sugerem que sejam vistas como um movimento cooperativista e devem

em primeiro lugar e acima de tudo, concentrar-se na construção da comunidade antes de contemplarem projetos econômicos tão ambiciosos como a integração vertical cooperativa. [...] as cooperativas devem ser vistas como aquilo que Chayanov sempre promoveu: entidades essencialmente sociais e políticas concebidas não só para apoiar os pequenos agricultores, mas para promover mudanças sociais fundamentais na sociedade rural (Hu; Zhang; Donaldson, 2023, p. 27).

Sobre motivações, Rocha (2020), ao analisar as concepções, contradições e novidades trazidas pelas cooperativas camponesas do nordeste do Pará, mostrou que

de modo geral, [as cooperativas camponesas] são concebidas para resolver um problema econômico, de melhoria de renda a partir da comercialização

dos produtos da agricultura, o que leva ao rompimento da necessidade do trabalho de intermediários, ou seja, saindo do domínio da figura do atravessador. O debate de classe se apresenta em casos pontuais, geralmente estão ligados a luta sindical. (Rocha, 2020, p. 93).

Pode-se inferir que surgem como um projeto coletivo das famílias, para resolver problemas de renda, sendo que algumas englobam projetos mais amplos, projetos de classe.

Rocha, Assis e Sablayrolles (2023) caracterizam as cooperativas camponesas no nordeste do Pará. Segundo esses autores, elas não possuem empregados em sua grande maioria, o trabalho produtivo se dá nas unidades familiares de produção ou em espaços coletivos como agroindústrias e cantinas, o trabalho administrativo é feito pelos(as) sócios(as) diretores, 50% possuem agroindústria, mais da metade tem como estratégia comercial as feiras e redes de comercialização, mais de 75% comercializam produtos de não sócios(as), todas mantêm os espaços formais de decisão, não priorizam as ações de solidariedade junto as comunidades, porém, quase todas praticam intercooperação (Rocha, Assis e Sablayrolles, 2023).

Rocha, Assis e Sablayrolles (2023) também apresentam seis desafios do cooperativismo camponês no nordeste do Pará. Sobre trabalho:

a) as cooperativas precisam buscar formas estimular e operacionalizar os trabalhos coletivos, como, por exemplo, os mutirões, levando em conta não só as vantagens econômicas, mas também a sociabilidade dos(as) cooperados(as); b) investir e construir estruturas coletivas de trabalho, como, por exemplo, agroindústrias ou cantinas, o que também possibilita o trabalho associado, e leva a ganhos em logística e agregação de valor nos produtos. (Rocha, Assis e Sablayrolles, 2023, p. 27).

No que diz respeito a gestão:

c) pensar metodologias que possibilitem a participação dos(as) sócios(as) nas instâncias de discussão (incluindo planejamento e monitoramento) e decisão, principalmente no território amazônico, com especificidades territoriais e climáticas que muitas vezes dificultam a locomoção; d) a ampliação do número de sócios, uma vez que as cooperativas comercializam com não-sócios(as) a fim de manter uma escala de produção, garantindo a quantidade e variedade de produtos necessárias à saúde econômica da cooperativa. (Rocha, Assis e Sablayrolles, 2023, p. 27).

Por fim, sobre os processos de solidariedade:

e) pensar ações de solidariedade com as comunidades que a cooperativa está envolvida, ações que tenha a intencionalidade da cooperativa ou, se for o caso, contribuir na construção de iniciativas que já são realizadas por outras instituições, como igrejas, sindicatos e associações; f) estabelecer relações e construir ações de organização social e lutas em conjunto com movimentos sociais e sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. (Rocha, Assis e Sablayrolles, 2023, p. 27).

Vários desses desafios, como alocação do trabalho, participação dos(as) sócios(as) e tomadas de decisão em geral, dialogam com a governança e com estratégias sociais, que são alguns dos elementos centrais do estudo e ponto de discussão a seguir.

Analizando outra realidade, a chinesa, Hu, Zhang e Donaldson (2023), apontaram cinco obstáculos que dificultam o desenvolvimento e sucesso de cooperativas de pequenos agricultores familiares (para utilizar o termo adotado pelos autores), e que estão em consonância com os desafios descritos acima: a) o descompasso entre as necessidades de curto prazo dos pequenos agricultores e os imperativos de médio a longo prazo das cooperativas, b) a falta de capital inicial e tecnologia, c) forte concorrência de concorrentes capitalistas, d) o déficit de liderança e e) o alto custo da organização e mobilização social.

Também aqui esses obstáculos são transpassados pela temática da governança, pois implicam tomadas de decisão da cooperativa, pela temática das estratégias comerciais, uma vez que alguns dizem respeito a dimensão econômica, e pelo tema das estratégias sociais, pois tocam em questões de ação coletiva e quadro social.

2.3 Governança

O termo governança corporativa, surge nos Estados Unidos da América, na década de 1930 e no campo empresarial e mercado de capitais, sendo atualmente conceituada como

um sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos pelo qual as organizações são dirigidas e monitoradas, com vistas à geração de valor sustentável para a organização, para seus sócios e para a sociedade em geral. Esse sistema baliza a atuação dos agentes de governança e demais indivíduos de uma organização na busca pelo equilíbrio entre os interesses de todas as partes, contribuindo positivamente para a sociedade e para o meio ambiente (IBGC, 2023, p.17).

Todo o debate sobre governança se consolida no campo administrativo. A literatura discute o contexto organizacional e o papel da liderança empresarial, enfatizando a importância da transparência, responsabilidade e ética nos negócios para empresas. Focam na atuação dos conselhos de administração e gestão executiva a fim de alcançarem resultados econômicos significativos. A discussão é centrada na teoria da agência de Jensen & Meckling (1976) e Fama (1980).

A teoria da agência, como afirma Serigati (2008), discute os incentivos adequados para aproximar o comportamento do agente (gestor, executivo da empresa privada) e do interesse do principal (proprietários, acionistas). Seregati (2008) alerta para o fato da aplicação dessa teoria em análise de cooperativas encontra limitações, pois os proprietários são também os beneficiários dos serviços: há uma mistura de interesses parcialmente conflitantes no conselho de administração.

A opção deste trabalho é por não seguir por essa abordagem, mas de construir um caminho diferente. Principalmente porque, ao focar na relação do(a) sócio(a) com a cooperativa camponesa, entende-se que a teoria da agência, ou do direito à propriedade, assumem contornos específicos, uma vez que sócios(as) são os próprios diretores, membros do conselho fiscal, donos e parte interessada também como clientes principais dos serviços. O debate não se situa entre atores e sim no âmbito da assembleia geral e outros espaços de tomada de decisão, sobre em que investir? Na cooperativa ou não? Ter sobras ou não? Qual estratégia comercial assumir?

2.3.1 Governança cooperativa

Tendo a definição do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) como ponto de partida, alguns autores trouxeram esse debate de governança corporativa para dentro da discussão sobre cooperativas. Trazido para o ambiente cooperativo, esse conceito foi utilizado principalmente em estudos com cooperativas de crédito e da saúde. O Banco Central do Brasil, no documento *Governança Cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito*, utiliza-se do conceito de governança corporativa, fazendo uma ressalva, de que, no caso das cooperativas, os credores são os próprios associados (Ventura, 2009).

Ao realizar estudo exploratório com cooperativas de crédito Fontes Filho, Ventura e Oliveira (2008, p. 61) concluem que o ambiente de confiança, os princípios a doutrina cooperativistas, bem como a especificidade do(a) sócio(a) ser proprietário e gestor ao mesmo tempo são elementos importantes para a “construção do modelo de governança em organizações não mercantilistas”.

Ferreira & Arbage (2016) discutem governança e sua relação com a fidelidade cooperativa e afirma que, a ausência dessa é central e pode levar a um desenvolvimento não desejável da organização cooperativa, provocando, em alguns

casos, sua extinção. Falhas no processo de governança, acarretam problemas de fidelidade do(a) sócio(a) com a sua cooperativa, completam os autores (Ferreira; Arbage, 2016).

Outro elemento central na discussão de governança nas cooperativas agropecuária são as tomadas de decisões, Barreiros, Protil e Moreira (2008) estudaram essa questão, a qual não consideram prosaico. Alertando para as diferenças entre cooperativas e sociedades mercantis, em que aquelas são sociedades de pessoas e não de capital, levando os associados a assumirem papéis concomitantemente, o de proprietário, o de cliente e/ou de fornecedor, ou seja, relações comerciais e econômicas de diferentes naturezas, implicando em interesses por vezes divergentes entre os cooperados e suas cooperativas (Barreiros; Protil; Moreira, 2008). Essa questão se torna central, por exemplo no momento de decidir o preço de compra dos produtos dos associados, não pode visar resultados financeiros, mas sim a satisfação do cooperado.

A pesquisa de Barreiros, Protil e Moreira (2008) identificou diferença na natureza e racionalidade das decisões estratégicas em duas fases, a de organização dos cooperados e a de posicionamento da cooperativa no mercado. A primeira diz respeito as comissões internas e as assembleias, quando se pauta questões dos estabelecimentos dos sócios, situações internas e quadro social, já a segunda, a fase de posicionamento da cooperativa no mercado, quando discute concorrência e as pressões que dizem respeito ao ambiente externo (Barreiros; Protil; Moreira, 2008).

Ressalta-se que o trabalho acima estudou cooperativas do ramo agropecuário, e que não existe conceito de governança cooperativa camponesa e, aprofundando a reflexão de Fontes Filho, Ventura e Oliveira (2008) feita mais acima, pode-se dizer que é necessário o debate acadêmico sobre as especificidades da governança nessas organizações de dentro de uma classe social peculiar, o campesinato.

Nesta pesquisa, o entendimento é de que governança cooperativa camponesa, é a forma como a organização se organiza para estruturar o projeto coletivo dos sócios camponeses. É, portanto, condição para implementar um projeto coletivo, que consolida as características da condição camponesa, como visto, autonomia, manutenção de uma base ecológica, reprodução social das famílias etc.

Engloba os dispositivos de tomada de decisão, circulação de informação, planejamento e monitoramento, que implementam um projeto cooperativista.

Um exemplo que pode ser citado é o da Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (COFRUTA), estudada por Rocha, Sablayrolles e Assis (2024), que considerando as dificuldades geográficas da região de ilhas na Amazônia paraense, e preocupada em estabelecer uma governança participativa, utilizou a experiência sindical dos sócios e organizou núcleos, ou grupos, de cooperados, sendo quatro grupos de ilhas e dois de terra firme.

Esse conselho de administração, juntamente com as outras instâncias de decisão, como diretoria e assembleias, tomam decisões estratégicas “em função dos interesses dos associados, o que demonstra o caráter solidário da governança da cooperativa” (Rocha; Sablayrolles; Assis, 2024, p, 83). Por exemplo, a política ativa de preços na compra da produção dos associados, oferta de acompanhamento técnico aos estabelecimentos dos sócios, o trabalho na agroindústria para parte do quadro social, além da qualificação da produção e sustentabilidade a partir de uma perspectiva agroecológica (Rocha; Sablayrolles; Assis, 2024).

2.4 Estratégias comerciais e de mercados

Historicamente os camponeses se relacionam com diferentes tipos de mercados. Tendo como pressuposto que os mercados são construídos socialmente, Schneider (2016) elaborou uma tipologia de mercados da agricultura familiar, identificando quatro tipos. Essa tipologia já foi utilizada para análise de cooperativas por Ribeiro e Sablayrolles (2023).

O primeiro são os mercados de proximidade, nos quais se observa relações de trocas interpessoais e de reciprocidade, em que se valoriza a qualidade dos bens, em detrimento do lucro, o deslocamento físico é mínimo, local, e a autonomia relativa é grande (Schneider, 2016). O autor acrescenta ainda que há uma certa continuidade cultural e identitária entre consumidores e agricultores nesses mercados, o que diminui os custos de homogeneização dos produtos, e permite vender uma diversidade de itens. O segundo tipo é denominado mercados locais e territoriais, em que as trocas são monetárias, em situação transitória para critérios quantitativos e de oferta e demanda, tendo a produção feita para a venda, uma lógica de economia mercantil simples (Schneider, 2016). Os mercados convencionais, relacionados com mercados nacionais e globais, são o terceiro tipo, são controlados por agentes privados e poderosos, os produtos e mercadorias são comercializados em níveis e

maneiras diferentes, não necessitando de local físico, pautados pela lei da oferta e demanda locais, objetivando lucro, é de fato uma economia de mercado (Schneider, 2016), o que coloca o camponês em uma situação de dependência, ou de autonomia muito baixa. Os mercados convencionais são caracterizados por exigências maiores em termos contratuais (qualidade, quantidade, frequência, garantias). O último, os mercados públicos e institucionais, se caracteriza por ter como agente principal o Estado ou organização não governamental (ONG) (Schneider, 2016).

Essa tipologia também pode ser utilizada para as organizações cooperativas dos camponeses, e foi o que estudaram Ribeiro e Sablayrolles (2023), tendo como sujeitos da pesquisa sete cooperativas da agricultura familiar do Nordeste e Sudeste do Pará, com atividades de beneficiamento. Guardados os limites de amostragem, os autores identificaram dois tipos de cooperativas, um está inserido nos mercados de proximidade, nos mercados locais e territoriais e nos mercados públicos e institucionais, já o segundo tipo se diferencia por acessar, além dos três mercados, o mercado convencional (Ribeiro; Sablayrolles, 2023).

Outrossim, essas cooperativas da agricultura familiar, de modo geral, a fim de se posicionarem nesses mercados e responderem as exigências qualitativas e quantitativas, além de regularidade, implementam diversos mecanismos, como, por exemplo, certificações e selos, orientação na produção dos sócios e realização de ato não cooperativo (compra de não sócios) (Ribeiro; Sablayrolles, 2023). Além do que, o artigo mostra que as cooperativas selecionam rigorosamente esse fornecedores externos, a fim de garantir adequação aos requisitos de mercado.

Em uma abordagem diferente sobre cooperativas e mercados, Silva e Schultz (2017) analisaram a influência das dificuldades na gestão das cooperativas da agricultura familiar sobre o acesso ao mercado. Os autores, tomando essas organizações como empresas, que precisam se adequar às regras de mercado capitalista, mostram que o desafio está em negociar com todos os elos da cadeia produtiva, para assim se posicionarem melhor no mercado (Silva; Schultz, 2017).

Essas cooperativas,

além dos desafios no processo produtivo primário e agroindustrial, relacionados à escala, atendimento aos padrões convencionais de qualidade, acesso a insumos e novas tecnologias e dos problemas estruturais enfrentados pela agricultura familiar de modo geral como acesso aos bens de capital, dificuldades logísticas e falta de formação, capacitação e assistência técnica, por se orientarem mais para seu ambiente interno do que para os mercados, inclusive por questões ideológicas, e por não priorizarem a gestão,

são pouco flexíveis e possuem limitada capacidade estratégica. (Silva; Schultz, 2017, p. 36).

Como já visto, cooperativas possuem, para além de uma dimensão econômica, uma dimensão social, o que leva a outros desafios junto a sua base de associados, que no caso da tese em questão envolve as famílias camponesas.

2.5 Estratégias sociais

Considerando o caráter social das cooperativas, essas organizações precisam pensar estrategicamente nesse sentido também, oferecendo serviços para seus sócios, e mais amplamente praticar o sétimo princípio, o interesse pela comunidade, principalmente em cooperativas camponesas. Neste sentido, em estudo sobre cooperativas em países de língua portuguesa, Freitas (2023) defende que as cooperativas visam a otimização de benefícios para os cooperados, sejam tecnologias, apoio social e cultural, ou serviços técnicos, diferentemente de uma empresa convencional, em que o objetivo é o aumento do lucro e repartição dos dividendos entre os acionistas.

Além de questões econômicas, as cooperativas se constituem em sistema que assume também questões ambientais e sociais, muitas vezes ocupando espaços fundamentais deixado pelo Estado em suas comunidades, “provisionando bens e serviços necessários para reduzir vulnerabilidades e ampliar a resiliência de seus cooperados(as). [...] interferindo na reprodução social das famílias no campo” (Freitas, 2023, p. 17).

Já em um recorte da região Norte do Brasil, Gomes *et al.* (2025, p. 16) estudou 19 cooperativas dos sete estados da região, concluindo que o “papel na promoção de estratégias produtivas sustentáveis, alinhadas às comunidades tradicionais, é essencial para conciliar geração de renda e preservação ambiental”. Os autores propõem a educação cooperativista como “caminho para enfrentar desafios, fortalecer a juventude rural e garantir a sucessão no campo, por meio da qualificação em temas como crédito, logística, legislação e gestão” (Gomes *et al.*, 2025, p.16).

Nota-se que, para as estratégias sociais, dois princípios clássicos do cooperativismo precisam ser priorizados, o quinto, educação, formação e informação, e o sétimo, interesse pela comunidade.

2.6 Projeto coletivo

Um outro elemento para o bom entendimento de cooperativas é o projeto coletivo. Olson (2011, p. 17-18, grifo próprio), ao discutir sobre grupos e organizações, em sua *A Lógica da Ação Coletiva*, assevera que o ponto chave para um estudo sobre organizações é o propósito destas, e acrescenta que caracteristicamente “na maioria das organizações, e com certeza em praticamente todas as organizações com um importante aspecto econômico, é a promoção dos **interesses de seus membros**”. Ou seja, o projeto coletivo da organização, ou no caso, da cooperativa é a satisfação dos interesses dos cooperados.

Uma organização cooperativa é fundada a partir de valores e princípios, e através de autogestão, prioriza o valor de uso da entidade, sobre o valor de troca (valor de investidor, em uma tradução literal), em uma ação coletiva (Novkovic, 2021). Ao passo que buscam o bem-estar de seus membros, estabelecem relações democráticas e se constituem como propriedade coletiva, as cooperativas não cabem nas fórmulas de negócios privados (Novkovic, 2021).

O papel de parâmetro social para avaliar o desempenho de cooperativas, para além do seu caráter econômico, e sim considerando seu potencial de transformação social, é o foco do artigo de Novkovic (2021), que sugere seis áreas que devem orientar os indicadores: a) tomada de decisão, b) distribuição de renda, c) dignidade humana (e do trabalho), d) descomodificação de *commodities* fictícias, e) longevidade e resiliência e f) justiça econômica. Como na discussão sobre a identidade cooperativa, se insere o debate sobre os princípios e valores do cooperativismo, além do propósito desse tipo de organização, que é econômica e social, essa temática se torna interessante e serve de base quando se pensa em indicadores de sustentabilidade social (Novkovic, 2021).

Existe, porém, diferenças entre cooperativas grandes e maduras, e cooperativas menores e em desenvolvimento, no sentido que naquelas é mais comum que o projeto coletivo que deu origem a cooperativa perca força na estratégia da organização (Novkovic, 2021). Como exemplo de projeto coletivo, que fundou cooperativas camponesas, pode-se extrair de Rocha (2020) que, em geral, essas organizações criadas visando aumento de renda, comercialização dos produtos da agricultura e aumento de autonomia quando passaria a não depender da figura do atravessador.

Para Desroche (2006), o projeto cooperativo abarca uma dimensão ética, que abrange a criatividade, a solidariedade, e ecumenicidade e a responsabilidade, e é categórico ao afirmar que “em nenhum lugar, o projeto cooperativo é projeto de sociedade dominante” (Desroche, 2006, p. 146).

É nesse contexto de criticidade da ordem dominante que se insere a economia solidária e, atrelado a ela, o cooperativismo solidário e popular, permitindo a expressão do projeto coletivo, com conteúdo político, de uma organização. França Filho (2002, p. 13) define as experiências de economia solidária como as que “se apoiam sobre o desenvolvimento de atividades econômicas para a realização de objetivos sociais, concorrendo ainda para a afirmação de ideais de cidadania”. Portanto, junta o elemento econômico e social no projeto coletivo.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta tese é fruto de uma pesquisa com abordagem qualitativa, de natureza aplicada, objetivando ser descritiva-explicativa. Para isso lançou-se mão de diversos procedimentos metodológicos para coleta e registro dos dados.

Vivenciar pessoalmente a questão estudada junta as cooperativas, bem como os problemas por elas vivenciados, e coletar as informações “por meio da conversa direta com as pessoas e da observação de como elas se comportam e agem dentro de seu contexto” (Creswell, 2009), do cotidiano da organização, fez com que se optasse por uma pesquisa do tipo qualitativa. Segundo Creswell, (2009), em projetos emergentes, como é o caso aqui, a pesquisa qualitativa se adequa perfeitamente, e o autor completa ainda que, é uma investigação eminentemente interpretativa, em que a análise de dados é indutiva. Mantendo, portanto, coerência metodológica, a abordagem deste trabalho será do tipo indutiva, ou seja, a partir de dados particulares poderá se inferir um conhecimento mais amplo (Brumer *et al.*, 2008).

O presente trabalho de pesquisa foi apoiado por um projeto maior, com apoio de edital do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). O projeto *Desenvolvimento organizacional das cooperativas da agricultura familiar no Pará*, foi uma pesquisa-ação, pois, além de acoplada a uma ação de desenvolvimento, as visitas e diálogos com os sujeitos locais fizeram evoluir a problemática de pesquisa. Foram envolvidas nesse projeto maior, sete cooperativas, sendo quatro delas acompanhadas mais profundamente pela equipe do projeto.

Passo inicial para a fundamentação do referencial teórico e análise do estado da arte, procedeu-se a uma investigação de caráter quanti-qualitativo por meio de análise bibliométrica. Inicialmente, realizou-se uma varredura sistemática na base de dados *Scopus* utilizando o descritor isolado “*cooperativism*”. Sequencialmente, a busca foi ampliada para a base *Web of Science*, empregando-se os termos combinados “*cooperativism*” e “*cooperativism and peasant*”. Os metadados coletados foram processados no *software* estatístico R, o que permitiu a sistematização dos indicadores bibliométricos e a geração de uma nuvem de palavras.

O primeiro momento da pesquisa de campo da tese doutoral foi um estudo exploratório com as cooperativas ligadas ao projeto *Desenvolvimento organizacional das cooperativas da agricultura familiar no Pará*, no âmbito do nordeste do estado do

Pará. Esse estudo permitiu conhecer mais de perto a vida e a dinâmica de cooperativas camponesas, além das ações, projetos e assessoria técnica da OCB-PA/SESCOOP, junto a essas cooperativas. Tudo Isso possibilitou definir pistas para elaboração dos critérios e indicadores, bem como escolher as cooperativas a serem estudadas.

Para aprofundamento da pesquisa, optou-se por estudos de caso de três cooperativas, para que fossem discutidos bons exemplos de cooperativas camponesas, como afirma Gerring (2019), o objetivo do estudo de caso é ilustrar um tema específico, sem gana de afirmações irrefutáveis de validade. Pode se referir um ou alguns poucos casos, é focado em tipos que possam fornecer evidências sobre o assunto (Gerring, 2019), no caso em questão, cooperativas camponesas. Portanto, para entender a materialização e manutenção, permitindo melhor análise, do caráter camponês do projeto coletivo de uma cooperativa no nordeste do Pará, a escolha foi de se fazer estudos de caso.

Considerando a discussão feita na introdução e no referencial teórico, trazendo noções do que seriam cooperativas camponesas escolheu três organizações que mostravam características *a priori*, que foram analisadas no decorrer da pesquisa e apresentadas neste trabalho como estudos de caso.

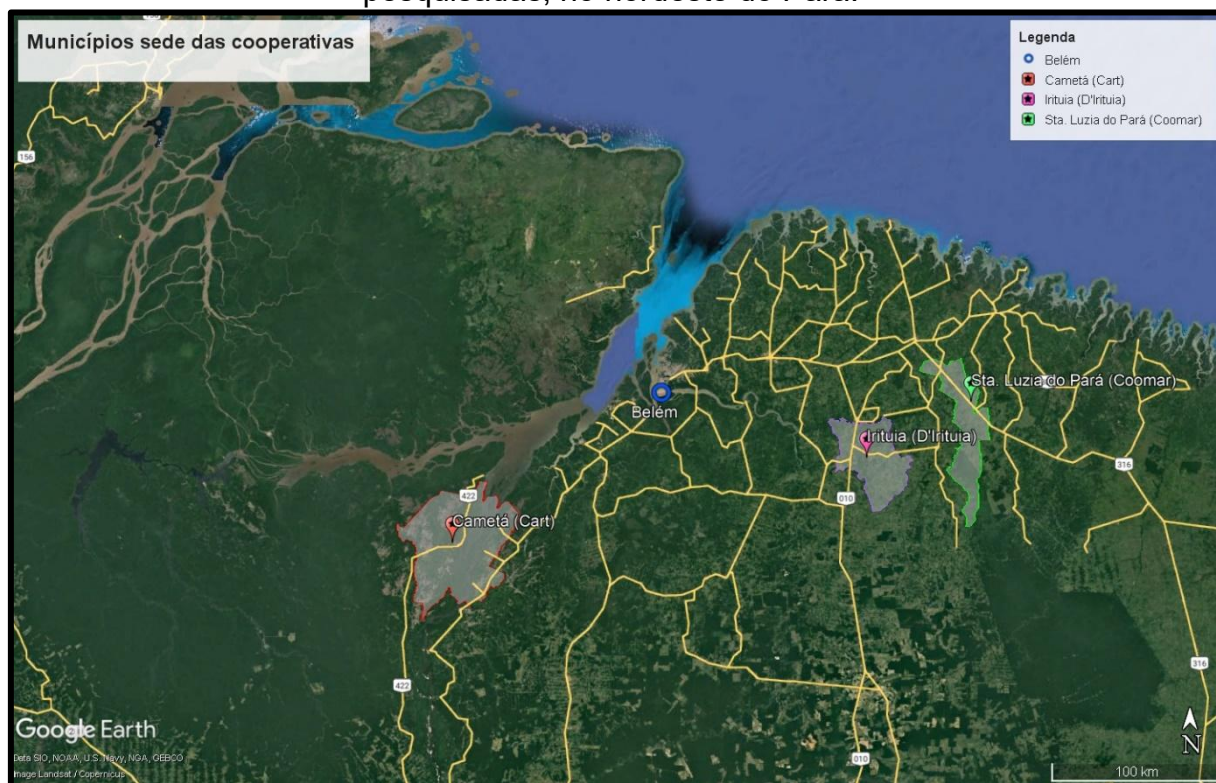
Como critérios de escolha das três cooperativas, optou-se por aquelas que, primeiramente, tivessem um quadro social formado por camponeses(as), e se encaixassem nos seguintes critérios: a) terem tamanho do quadro social não tão próximo do mínimo necessário para sua criação, nem tão maior que 100 pessoas, b) terem mais de dez anos de fundação, c) terem autonomia na gestão, d) apresentarem diferentes estratégias comerciais e diversidade de produtos, e) oferecerem diversos serviços aos(às) sócios(as), f) apresentarem estrutura de governança variada, desde mais ou menos descentralizada, até mais ou menos centralizada.

A necessidade de conhecer a fundo o funcionamento dessas cooperativas e, metodologicamente, de realizar inúmeras viagens de campo, colocaram outras duas questões que orientaram a escolha das entidades para estudos de caso. A primeira, a localização, foram escolhidas cooperativas em região geográfica, relativamente perto da capital, com no máximo 5h de viagem, o que permitiu, por vezes, participar de atividades e retornar em um mesmo dia. A segunda questão, optou-se por cooperativas que já haviam sido construídas relações de confiança com o pesquisador, o que permitiu acesso a documentos administrativos e de contabilidade,

estar em espaço mais restritos, e participar ativamente de reuniões de diretoria e assembleias.

Duas dessas cooperativas já se tinha uma relação desde o mestrado em 2018/2019, e essas estão localizadas na região Intermediária de Castanhal. São elas, a Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares entre os Rios Caetés e Gurupi (COOMAR) e a Cooperativa Agropecuária dos Produtores Irituienses (D'IRITUIA). Uma terceira organização, localizada na região Intermediária de Belém, é a Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá (CART) (FIGURA 06), a qual já se havia estabelecido contato desde 2022.

Figura 06 – Mapa de localização dos municípios sede das cooperativas a serem pesquisadas, no nordeste do Pará.



Fonte: Elaboração do autor, Google Earth®, 2024.

A fim de possibilitar melhor entendimento geral sobre as três cooperativas, foi elaborado um o quadro explicativo sintético, com suas regiões geográficas e algumas características históricas e sociais (QUADRO 01).

Quadro 01 – Descrição de dados sobre as cooperativas que serão estudadas.

Cooperativa	Município sede	Região geográfica intermediária	Região geográfica imediata	Número de sócios(as)	Ano de fundação
COOMAR	Santa Luzia do Pará	Intermediária de Castanhal	Imediata de Bragança	116	1996
D'IRITUIA	Irituia	Intermediária de Castanhal	Imediata de Castanhal	42	2011
CART	Cametá	Intermediária de Belém	Imediata de Cametá	111	1995

Fonte: Pesquisa de campo, 2023.

Foi, em suma, uma pesquisa participativa, já que até o início do primeiro semestre de 2025, teve-se o apoio do projeto de pesquisa, *Desenvolvimento Organizacional das Cooperativas da Agricultura Familiar no Pará*, o qual contou com uma fase de intervenção, que envolveu as organizações estudadas em processos de formação e diálogos intensos. Essa intenção surge da crítica as pesquisas nas áreas de desenvolvimento rural e agropecuárias, que utilizam métodos convencionais, quantitativos e sem a participação dos sujeitos sociais (Thiollent, 2011).

O percurso metodológico da pesquisa participativa, passou por um diálogo prévio sobre as atividades do projeto. Nelas foram discutidas as “técnicas utilizadas em pesquisa participante e pesquisa-ação: reuniões, seminários, entrevistas coletivas, aprendizagem conjunta na resolução dos problemas identificados etc.” (Thiollent, 2011, p. 99). Em todas essas atividades, foram registradas falas, observações e sensações, individuais e coletivas em um caderno de campo.

Além do engajamento na pesquisa-ação do projeto *Desenvolvimento Organizacional das Cooperativas da Agricultura Familiar no Pará*, que permite a observação das dinâmicas internas das cooperativas e acesso a uma série de atividades próprias da referida pesquisa (entrevistas específicas, acesso a dados e documentos das cooperativas), lançou-se mão de instrumentos específicos, visando os objetivos da tese.

Para tanto, a coleta de dados se deu através de entrevistas semiestruturadas e observação participante, além da pesquisa documental e bibliográfica. Essas técnicas, da abordagem qualitativa, permitiram confrontar os dados primários e secundários. As entrevistas, juntamente com a observação participante e pesquisa documental nas cooperativas, permitiram extrair dados empíricos sobre o sistema de

governança e estratégia comerciais e sociais dessas organizações. Portanto, procedimentos fundamentais para cumprir os três primeiros objetivos específicos:

- a. Analisar a estrutura de governança das cooperativas camponesas.
- b. Analisar as estratégias comerciais, e de mercado, das cooperativas camponesas.
- c. Analisar as estratégias sociais das cooperativas camponesas.

A observação participante e uma pesquisa bibliográfica profunda, que permitiu uma densidade teórica, consolidaram o quarto objetivo específico (Caracterizar e conceituar as cooperativas camponesas no Pará.), um conceito que possibilita uma melhor compreensão desse objeto de pesquisa. Vale ressaltar que na pesquisa bibliográfica, dois trabalhos estudados são dissertações de mestrado, realizadas no âmbito do projeto *Desenvolvimento Organizacional das Cooperativas da Agricultura Familiar no Pará*, que analisaram a relação da CART e da COOMAR com os sistemas agrícolas das famílias cooperadas, além da trajetória agrária das comunidades dessas famílias.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com sócios (abordando relação com a cooperativa, participação e comercialização), com dirigentes (abordando governança, estratégias comerciais e estratégias sociais) e com famílias dos associados das cooperativas (para entendimento dos agroecossistemas e projetos familiares) (APÊNDICE 01, APÊNDICE 02 e APÊNDICE 03), e a quantidade realizada por cooperativa está descrita no quadro 02, totalizando 52 entrevistas. A distribuição foi de 12 dirigentes (no mínimo três por cooperativa), 12 sócios (no mínimo três por cooperativa), 22 famílias camponesas (mínimo de seis por cooperativa) e seis extras, que foi realizada sobre assuntos considerados pertinentes, que apareceram em campo. Para que possibilitasse a comparação das respostas, mas também o surgimento de outras questões, essas entrevistas contaram com um roteiro (Pádua, 2012).

Quadro 02 – Número de entrevistas por cooperativa com perfil/foco das entrevistas.

COOPERATIVA	PERFIL/FOCO	Nº DE SÓCIOS(AS) ENTREVISTADOS(AS)
CART	Dirigente	4
	Sócio	3
	Família camponesa	8
	Extra (FNO e Casas de farinha)	1
D'IRITUIA	Dirigente	3
	Sócio	5
	Família camponesa	6
	Extra (FUNBIO)	1
	Extra (sócia trabalhadora)	1
	Extra (trabalhadora)	1
COOMAR	Dirigente	5
	Sócio	4
	Família camponesa	8
	Extra (sócia trabalhadoras)	2
Total		52

Fonte: Pesquisa de campo, 2024-2025.

A ferramenta da observação participante, que para Fernandes (1980, p. 9) “facilita o acesso ao mundo íntimo dos sujeitos-investigados, reduz as barreiras emocionais ou morais à observação e estimula a projeção endopática do observador nas atitudes, concepções de vida e valores sociais estranhos”, também possui um roteiro (APÊNDICE 04). Foi utilizado durante as reuniões, assembleias e atividades cotidianas das cooperativas, visando identificar conflitos e contradições existente (Becker, 1994), e estão registradas no quadro 03. O roteiro trata de orientar o olhar para questões de governança (participação, tomadas de decisão, circulação de informação), estratégias comerciais (mercados, selos e certificações etc.) e estratégias sociais (fundos, relação coma comunidade etc.).

Quadro 03 – Atividades de campo de observação participante e datas, por cooperativa e extra cooperativa.

COOPERATIVA	PERFIL/FOCO	Data
CART	Assembleia Geral Ordinária (AGO)	06 de março de 2024. 14 de janeiro de 2025.
	Encontro de parceiros	12 de março de 2025
	Visitas as famílias cooperadas	29 de abril a 04 de maio de 2024. 19 a 24 de agosto de 2024. 25 a 30 de novembro de 2024.
	Visita a sede e agroindústria	29 e 30 de abril de 2024. 20 e 21 de agosto de 2024. 26 e 27 de novembro de 2024.
D'IRITUIA	AGO	18 de março de 2025.
	Visitas as famílias cooperadas	03 a 11 de junho de 2024. 05 a 08 de agosto de 2024. 31 de agosto a 06 de setembro de 2024. 03 a 05 de fevereiro de 2025.
	Visita a sede e agroindústria	10 de junho de 2024. 05 de agosto de 2024 03 de fevereiro de 2025.
	Reunião mensal diretoria, conselho fiscal e sócios.	03 de junho de 2024. 05 de agosto de 2024. 02 de setembro de 2024. 03 de fevereiro de 2025.
	Acompanhamento grupos OPAC/SPG	05 e 08 de junho de 2024. 06 de agosto de 2024. 04 de setembro de 2024.
COOMAR	AGO	26 de janeiro de 2025
	Assembleia Geral Extraordinária (AGE)	21 de abril de 2024. 07 de julho de 2024.
	Participação no programa de rádio da COOMAR	15 de maio de 2024. 25 de setembro de 2024 11 e 18 de dezembro de 2024.
	Visitas as famílias cooperadas	07 a 17 de maio de 2024. 23 de setembro a 01 de outubro de 2024. 09 a 18 de dezembro de 2024.
	Visita a sede e Cantina solidária	07, 09, 10, 14 e 15 de maio de 2024.

		23 a 25 de setembro e 01 de outubro de 2024. 09 a 11, 17 e 18 de dezembro de 2024
	Reunião mensal diretoria e conselho fiscal	14 de maio de 2024. 10 de dezembro de 2024. 15 de abril de 2025.
Encontro Estadual de Cooperativas Camponesas	Realizado pelo INEAF, no âmbito do projeto cooperativas camponesas	23 a 25 de maio de 2024. 13 a 15 de março de 2025*.
FENCOOP	Realizado pelo sistema OCB-PA/SESCOOP	25 a 27 de abril de 2024. 24 a 26 de abril de 2025.

* Nos dias 13 e 14 de março foi realizado uma oficina com as cooperativas que compõe o “consórcio do Baixo Tocantins” e outras duas cooperativas convidadas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024-2025.

A análise dos dados, após preparação e organização, para maior compreensão e amplitude de interpretação, como afirma Creswell (2010), foi realizada a partir de categorias definidas no processo de pesquisa participante, auxiliada pela sistematização e análise horizontal e vertical das entrevistas.

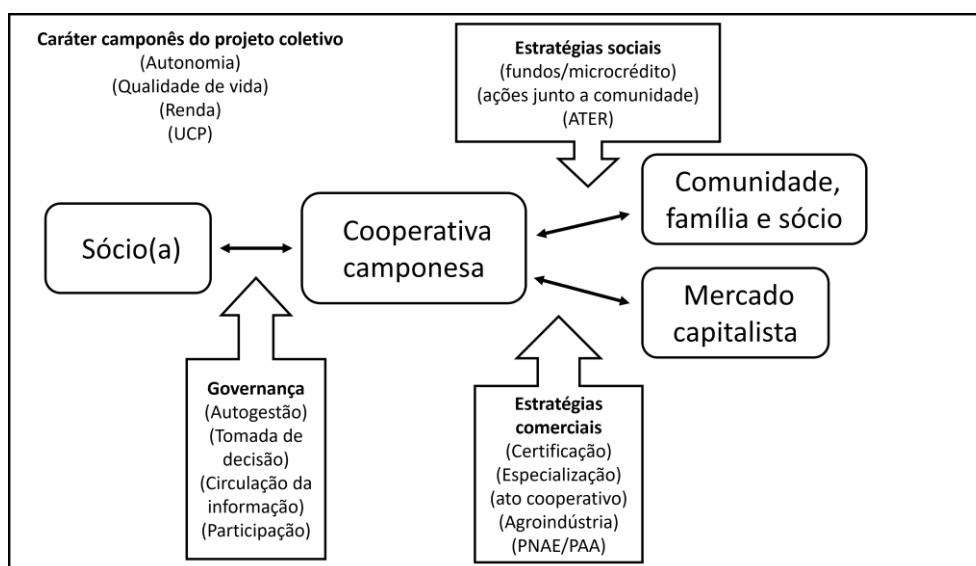
Lançou-se mão da técnica de análise do conteúdo de Bardin (1977, p. 14), pois, “por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar”. Esse método de análise qualitativa permite, através de indicadores, inferir conhecimentos (Bardin, 1977). Está organizado em três polos cronológicos: 1) pré-análise, 2) a exploração do material, 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 1977). No quadro 04 está a síntese da metodologia.

Quadro 04 – Síntese da metodologia.

Abordagem	Procedimentos	Objetivos específicos	Tipo de dado construído
Qualitativa	Entrevista semiestruturada	Objetivos 01, 02 e 03	Dados primários (discursos e narrativas)
	Observação participante	Objetivos 01, 02, 03 e 04	Dados primários (descrições dos espaços físicos, dos eventos e dos comportamentos dos sujeitos, tomadas de decisões características, impressões pessoais do observador)
	Pesquisa documental	Objetivos 01, 02 e 03	Dados primários e/ou secundários (registros, atas, contabilidade, acordos, análises de terceiros)
	Pesquisa bibliográfica	Objetivos 01, 02, 03 e 04	Dados secundários

Fonte: Elaboração do autor, 2024.

A contribuição da cooperativa camponesa na realização desse projeto coletivo com caráter camponês, é a de ajudar a enfrentar um ambiente hostil e contexto adverso, para utilizar termos de Ploeg (2009), que a agricultura camponesa está inserida e que é dominado pelo agronegócio. Essa contribuição está diretamente ligada as estratégias comerciais que assumem para se relacionarem com o mercado capitalista, das estratégias sociais e serviços para sócios e comunidade, e o modo como se relacionam com os(as) sócios(as) através de sua governança (FIGURA 07).

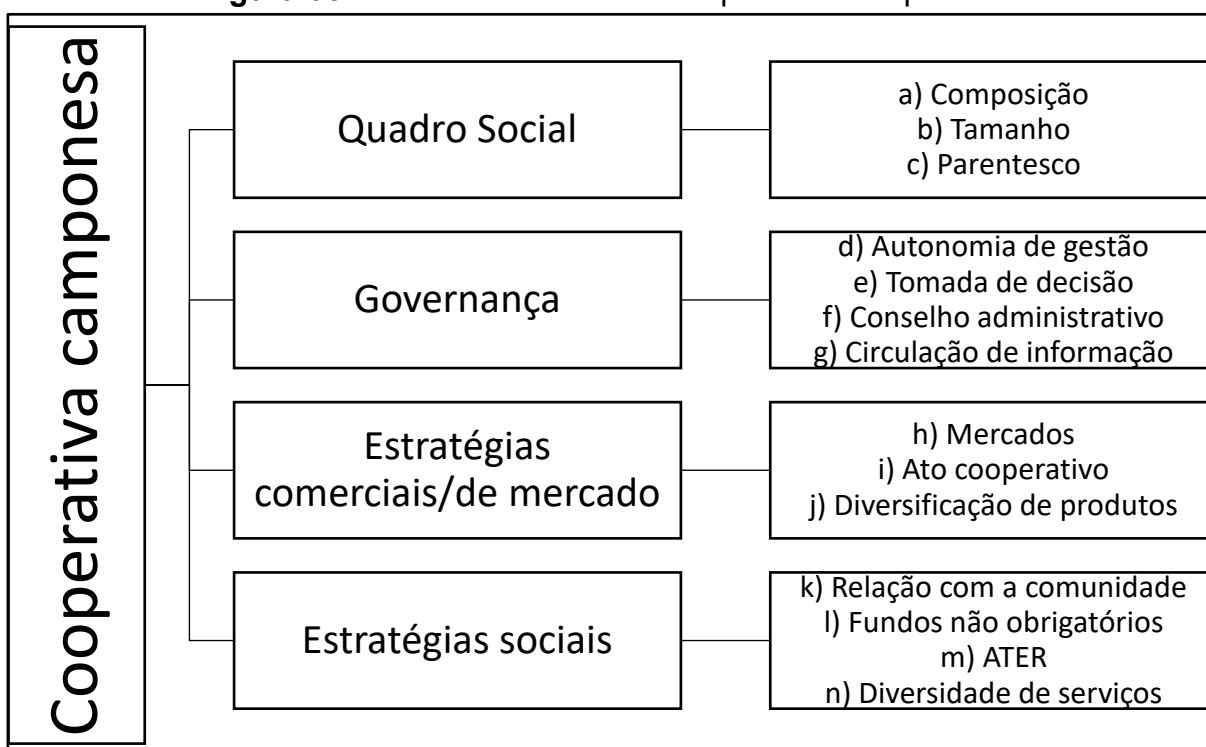
Figura 07 – Modelo de análise

Fonte: Elaborado pelo autor, 2024.

Ainda sobre a figura acima, pode-se dizer que, através de estruturas de governança, prioritariamente democrática, a cooperativa assume estratégias comerciais se inserindo no mercado capitalista, de tal modo que possibilita maior autonomia das famílias camponesas associadas. Assume, também, estratégias sociais que apoia os sócios na sua reprodução social, bem como se relacionam com as comunidades camponesas e redes de reciprocidade.

A partir das observações diretas junto a cooperativas camponesas, tanto na pesquisa de mestrado, quanto no projeto *Desenvolvimento organizacional das cooperativas da agricultura familiar no Pará*, algumas pistas de critérios/indicadores, que envolvem governança, estratégias comerciais/ de mercado e estratégias sociais, foram levantadas e aqui estão pontuadas e esquematizados na figura 08.

Figura 08 – Indicadores de uma cooperativa camponesa.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

Além da composição da base social, integrada por camponeses, também foram observados e discutidos o tamanho do quadro social da cooperativa e as relações de parentesco presentes nas cooperativas.

Para explicar governança em cooperativas camponesas, foram considerados as estruturas de autogestão, os mecanismos de tomada de decisão, a participação

dos(as) sócios(as) nessas decisões e como a circula a informação entre diretores, conselheiros(as) fiscais e sócios(as).

Já por estratégias comerciais, e de mercado, entendem-se os tipos de mercados acessados, as relações comerciais com sócios(as) e não sócios(as), a especialização ou diversificação do portfólio¹ da cooperativa e a presença de estruturas coletivas como agroindústrias e/ou mercadinhos.

Por fim, as estratégias sociais, considerando as relações com a comunidade e redes de reciprocidade camponesas, criação de fundos para além dos estabelecidos por lei, oferta de assistência técnica às famílias cooperadas e a diversidade de serviços oferecidos.

O caráter camponês do projeto coletivo é a síntese dessas estratégias e governança. Porém, o projeto coletivo, enquanto categoria de análise, pode ser tomado por dois indicadores e serem observados em campo, a defesa dos interesses e do bem-estar dos associados, além da defesa da identidade camponesa.

Por fim, a pesquisa foi autorizada pelas cooperativas, sendo utilizado um termo de autorização institucional (Apêndice 05).

¹ Como exemplo, no anexo 01 está o portfólio da CART que, apesar da diversificação, hoje concentra seus esforços em produtos da agrosociobiodiversidade.

4 EXPERIÊNCIAS HISTÓRICAS COOPERATIVISTAS DO CAMPESINATO PARAENSE: OS CASOS DA COCAT, DA NOVA AMAFRUTAS E DO MST-PA

4.1 Experiências Cooperativistas Camponesas no Sul-Sudeste do Pará

Na região sudeste do Pará, uma experiência foi a Cooperativa Camponesa do Araguaia-Tocantins (COCAT), formada por trabalhadores ligados aos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Marabá, Itupiranga, Goianésia, Nova Ipixuna, Marabá, São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia. Fundada no final de 1992, no âmbito do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT), tinha o intuito de buscar soluções para os problemas econômicos, criando um canal de comercialização, dos sócios (Almeida, 2016).

O arroz foi escolhido como um produto ideal para uma ação-teste já que constituía a principal fonte de renda das famílias durante a fase de implantação. A ação-teste do arroz envolveu 80 agricultores, divididos em 8 grupos e pertencentes a 4 municípios da região. Os grupos eram organizados pelos delegados sindicais de cada comunidade que se responsabilizavam a entregar ao CAT 100 sacas de 60 kg de arroz em casca que no conjunto formavam uma carga de caminhão de 6 toneladas. O CAT encaminhava o arroz para um armazém da Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM) para venda no período de melhor preço (De Reynal et al., 1995). Segundo De Reynal et al. (1995):

O acordo assinado entre o lavrador e o CAT previa, portanto, em meados de março, um adiantamento de dinheiro correspondendo ao preço oferecido ao produtor, no local, na época. O produto (arroz) seria vendido em Marabá na época do pico. No mês de dezembro, o lavrador receberia a diferença, isto é, o preço de venda deduzido os custos: adiantamento e seu custo financeiro, frete, despesa de armazenamento, além do preço das embalagens (De Reynal et al., 1995, p. 64).

Os ensinamentos da ação-teste do arroz foram uma contribuição para criação da COCAT no âmbito do CAT. No total foram realizadas três ações em 1989, 1990 e 1991 e tiveram respectivamente a participação de 80, 120 e 450 famílias de agricultores envolvidas. Segundo De Reynal et al. (1995), o retorno ao agricultor, em janeiro, foi de 75% do adiantamento em 1989, 163% em 1990 e de 22% em 1991.

A COCAT “teve como metas operacionais: comercialização da produção extrativista, abastecimento de produtos de consumo para as famílias, crédito a produção, agroindústria comunitária, educação cooperativista e difusão da

informação” (Almeida, 2016, p. 200). Importante compreender que o momento histórico da criação da COCAT era muito diferente do atual, sem as possibilidades atuais de estratégias de mercado institucional e ausência de políticas públicas que apoiasse a agricultura camponesa. Nesse sentido, a criação da COCAT a partir de um processo de pesquisa-ação que envolveu UFPA e Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), objetivou também o fortalecimento dos sindicatos e delegacias sindicais da região.

Segundo Almeida (2016), existia um debate e preocupação com autonomia financeira e de gestão da cooperativa, inclusive passou a assumir, além da ação-teste de comercialização do arroz, outros produtos, como por exemplo a castanha-do-pará, desenvolvida pela Fundação Agrária do Tocantins Araguaia (FATA). Mais tardiamente, em 1996, iniciou-se um processo de agroindustrialização de frutas amazônicas, como por exemplo, açaí e cupuaçu, completa o autor (Almeida, 2016).

Em 2003, foi criada a Federação das Cooperativas da Agricultura Familiar do Sul do Pará (FECAT), a partir da fundação de outras sete cooperativas dos municípios de Marabá e região (Almeida, 2016). A Federação teve um ascenso a partir de 2007, conseguindo se estruturar e desenvolver economicamente, investindo também na formação cooperativista e capacitação de sócios e colaboradores, afirma Almeida (2016).

A ideia da FECAT era a mudança de escala. A COCAT começou com a produção de polpas de frutas, mas o custo operacional se mostrou proibitivo, então, a ideia da FECAT era assumir a parte da agroindústria e comercialização, aumentando a escala com produto das cooperativas associadas. Ou seja, tinha a ver com custos operacionais e escala/regularidade para acessar mercados. Ou seja, uma cooperativa de segundo grau, ou central, que passou a realizar a tarefa de integração vertical, exatamente como na proposição de Chayanov (2017).

Importante explicitar que, como afirma Almeida (2016), as sete cooperativas que formavam a FECAT englobam cerca de 600 famílias dos municípios de Marabá, Eldorado dos Carajás, Parauapebas, Nova Ipixuna, Itupiranga, São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia, parte dessas famílias, assentadas da reforma agrária.

Atualmente, na região sul e sudeste do Pará, existe uma outra cooperativa de segundo grau, a Central das Cooperativas de Produção Familiar da Região

Amazônica (CUIA), que congrega 13 cooperativas singulares. A criação foi estimulada e apoiada pela OCB-PA/SESCOOP-PA, e não possui relação com a FECAT.

4.2 Experiências no Nordeste Paraense

Existem muitas experiências de sucesso de cooperativas camponesas na região nordeste do Pará. Cooperativas bem antigas, como a de Ourém, Cooperativa Mista Agropecuária do Alto Guamá (COMAG), fundada em 1962, atravessando a ditadura militar e com produção diversificada, própria da agricultura camponesa; passando pela Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares entre os Rios Caeté e Gurupi (COOMAR), de 1996, construindo uma cantina solidária, com apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e a cooperação internacional italiana; até a Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses (D'IRITUIA), de 2011, priorizando os sistemas agroflorestais e agroecológicos.

Outra experiência, gestada na década de 2000, esvaziada na década seguinte, começa a ser retomada em 2024, com apoio do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF) da Universidade Federal do Pará (UFPA), que é o Consórcio do Baixo Tocantins (CBT). O CBT é um rede de articulação de cooperativas singulares e associações comunitárias, criada inicialmente para discutir preço e se posicionar dentro da cadeia do açaí, mas que, atualmente vem discutindo a cadeia das sementes oleaginosas, bioeconomia e políticas públicas de compra institucional. Além disso, está em pauta o debate do funcionamento, forma e estrutura do CBT, bem como articulação com parceiros institucionais.

Porém, é importante estudar experiências que não deram certo, e refletir sobre possíveis causas. Um caso emblemático de sucesso e fracasso de uma cooperativa camponesa é o da Nova Amafrutas.

Foi uma cooperativa de segundo grau, uma cooperativa central, que surgiu depois da falência de uma empresa, e constituiu-se a partir de três cooperativas, a dos ex-trabalhadores, além de outras duas, uma de pequenos agricultores e outra de médios e grandes produtores. São elas, respectivamente, a Cooperativa de Produção Agroindustrial (COOPAGRI), a Cooperativa de Produção Agroextrativista Familiar do Pará (COOPAEXPA) e a Cooperativa Agrícola Mista de Produtores (CAMP) (Machado, 2006). A cooperativa central “começou com capacidade de produção de

59 mil toneladas, e o número de agricultores envolvidos chegou a 2.300 em 113 núcleos de 21 cidades” (Machado, 2006).

Como afirma um ex-assessor de uma das cooperativas que compunham a central de cooperativas, inicialmente, trabalhava-se com apenas um produto, que era maracujá, “só maracujá nesse primeiro momento, era o produto único da [Nova] Amafrutas até 2004” (F.H., ex-assessor, entrevista em outubro de 2022). Vendiam em dólar, todo o concentrado de maracujá para a Holanda, afirma o ex-assessor.

No que diz respeito a gestão, “havia uma cláusula que dizia que o diretor geral da [Nova] Amafrutas só podia ser alguém da cooperativa de funcionários” (F.H., ex-assessor, entrevista em outubro de 2022), o que não impedia a ação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) junto ao andamento da cooperativa. Não foi possível analisar e influência sindical no desenvolvimento da cooperativa central, porém há casos de sucesso de cooperativas singulares, hoje com total autonomia, iniciadas a partir de STTR, como, por exemplo, CART (31 anos) e COFRUTA (24 anos).

A cooperativa central investiu no melhoramento genético do maracujá, com o objetivo fim de possibilitar maior fidelização dos associados. Também conseguiu um financiamento junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA) para investir em outras três cadeias produtivas de frutas (laranja, abacaxi e acerola), da qual “somente as máquinas de laranja chegaram a funcionar” (F.H., ex-assessor, entrevista em outubro de 2022).

Para o assessor, as razões da falência da Nova Amafrutas foram:

- 1) Falta de fidelização dos sócios, que vendiam para atravessadores, pois o preço no mercado interno, pago pelos supermercados à cooperativa, era muito inferior ao dos atravessadores.
- 2) Dependência do mercado holandês e do câmbio em dólar, perdendo competitividade.
- 3) As quatro linhas de produção tiveram problemas técnicos e não funcionaram a contento, levando a dificuldade de pagar o financiamento. (F.H., ex-assessor, entrevista em outubro de 2022).

A falta de fidelização dos cooperados, que preferiam comercializar sua produção com atravessadores devido a preços mais atrativos, demonstra uma fragilidade no modelo de governança cooperativista. Segundo Bijman, Hanisch e Van der Sangen (2014), a eficácia de uma cooperativa depende da capacidade de alinhar os interesses individuais dos sócios com os objetivos coletivos, e quando os membros não percebem vantagens econômicas claras na cooperação, a tendência é o esvaziamento da base produtiva, comprometendo a sustentabilidade financeira da organização.

A exposição excessiva ao mercado internacional e a vulnerabilidade às variações cambiais representam um risco sistêmico para cooperativas agropecuárias, especialmente em economias emergentes. Para Schneider (2016), acessar cadeias convencionais e globalizadas, que envolvem condições contratuais (volumes, frequência, preço, qualidade) tão rígidas, dificulta a inserção da agricultura familiar e de suas organizações, que, por sua vez, adotam estratégias muito flexíveis de comercialização, flutuando conforme as variações da economia local.

A ineficiência técnica operacional e as falhas nas quatro linhas de produção evidenciam a importância da gestão de processos em cooperativas agropecuárias. Avaliações equivocadas na tomada de decisão de inserir pacotes tecnológicos, aumentam o risco de perda na eficácia dos processos, é o que afirma Waack (2000).

4.3 Experiências do Cooperativismo do MST

O MST, desde sua fundação em 1984, defende a importância do cooperativismo como ferramenta econômica e de luta dos camponeses (Setor, 2008). Desse modo, sempre discutiu e estimulou a criação de cooperativas nos estados, sejam as cooperativas de produção agropecuárias (CPA), dentro dos assentamentos, sejam cooperativas regionais de assentados, ou ainda, cooperativas de assistência técnica (Setor, 2008).

No Pará, existiram algumas experiências nas quais as cooperativas foram criadas, funcionaram e cumpriram seu papel por certo período, mas não conseguiram se manter e encerraram suas atividades. Fica então o questionamento do porquê não conseguiram se desenvolver. Segundo relatos em reunião (novembro de 2021) do Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente (SPCMA) do MST-PA, as causas seriam:

- a. Dificuldade na gestão administrativa e financeira da cooperativa, devido pouco conhecimento e experiência com esse tipo de organização;
- b. Limite de capital para fazer funcionar e manter as cooperativas, o que em parte tem a ver com o item anterior;
- c. E, segundo algumas pessoas, esse formato de cooperativismo, muito praticado no sul do Brasil, não cabe na Amazônia. Neste caso, não se aprofundaram na análise e não foram expostos quais pontos não funcionam, nem qual seria uma proposta para o cooperativismo na região.

Discutir um cooperativismo de caráter amazônico, em que pontos se diferencia do clássico, ou de outras regiões do Brasil, foge na proposta desse artigo. Porém, as formas de cooperação existentes no campesinato do território e o conceito de reciprocidade de Sabourin (2009), podem indicar algumas pistas.

Da última década para cá, tem surgido novas experiências, que em uma análise superficial, vem se desenvolvendo e se mantendo ativas, mesmo que com diversas dificuldades. Em agosto de 2020, foi realizada uma pesquisa exploratória com as cooperativas do MST-PA na região sudeste do Pará, mas especificamente nos assentamentos dos municípios de Marabá, Eldorado dos Carajás e Parauapebas, incluindo dados colhidos a respeito da uma cooperativa do município de Tucumã, através de uma dirigente do MST.

Os dados mostram que existem oito cooperativas em assentamentos organizados pelo MST nessa região do Pará, tendo graus diferentes de organicidade com o Movimento. São sete cooperativas agropecuárias (Quadro 05) e uma de transporte, a qual não foi de interesse da pesquisa exploratória, já que o foco são as cooperativas camponesas de produção e comercialização.

Quadro 05 – Caracterização das cooperativas do MST-PA na região sudeste do Pará, 2020.

COOPERATIVA	ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO	No. SÓCIOS	PRODUTOS	FUND AÇÃO
Cooperativa de Produção Agropecuária e Serviços (COARA)	26 de Março	Marabá	60 (36H e 24M)	Pecuária leiteira e mecanização agrícola	02/04/2013
Cooperativa de produção de leite do assent. 17 de Abril*	17 de Abril	Eldorado dos Carajás	Sem informação	Sem informação	Sem informação
Cooperativa do assentamento João Canuto*	João Canuto	Eldorado dos Carajás	Sem informação	Sem informação	2019
Cooperativa de Produção de Alimentos (COOPA)	Palmares II	Parauapebas	25	Mandioca, farinha, goma, tucupi e subprodutos	2013
Cooperativa de Trabalho e Empreendedores Rurais de Palmares II (COTERP)	Palmares II	Parauapebas	26	Trabalho (obras), ave (postura)	25/02/2016
Cooperativa de laticínios do assent. Palmares II	Palmares II	Parauapebas	Sem informação	Leite	Sem informação
Cooperativa de Produção Agropecuária, Comercialização e Prestação de Serviços (COOPERFRUTI)	Roseli Nunes*	Tucumã	26 (16H e 10M)	Cacau, açaí e Cupuaçu	08/2019

* Não foi visitada.

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Em 2021, surgiu uma proposta de criação de uma cooperativa na região nordeste do Pará, que se concretizou em abril de 2022, sendo fundada com 30 cooperados(as) de dois assentamentos, em Castanhal-PA e Santa Bárbara do Pará. Esta, a Cooperativa Ecológica Mista de Trabalhadoras e Trabalhadores Camponeses da Amazônia (COOPER D'AMAZÔNIA), foi legalizada em abril de 2023 na Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA). Atualmente conta com 29 associados(as), e dando seus primeiros passos organizativos, encontrando dificuldades de gestão e comercialização coletiva.

Essas dificuldades para o processo de consolidação, consistem, em primeiro, inadequação do local da sede, que está localizada na capital – não é em nem um dos dois assentamentos onde está a base social da cooperativa. Em segundo lugar, na dificuldade de articular a comercialização, pois não foi definido um, ou alguns, produtos estratégicos, nem estratégias comerciais da cooperativa, que, associado a uma elevada diversidade de produtos, encontra dificuldade com escala e regularidade. Por último, questões organizativo-econômicas como conta bancária, arrecadação da cota-parte, logomarca da cooperativa, dentre outras tem freado o desenvolvimento da COOPER D'AMAZÔNIA.

Existe em debate a proposta de criação de uma cooperativa de segundo grau, que visa ampliar mercados e facilitar canais de comercialização. Segundo os dirigentes do SPCMA do MST-PA, essa cooperativa central teria abrangência estadual e seria composta por todas as cooperativas singulares com movimento no estado.

4.4 Síntese das experiências históricas

As cooperativas apresentam uma diversidade se comparadas entre si, seja no produto comercializado, no manejo dos agroecossistema dos cooperados, na preocupação com a agroecologia, no tempo de funcionamento e processo de constituição delas. Desse modo as dificuldades e os desafios colocados para cada uma delas são diferentes, algumas na participação dos sócios, outras no volume de produção, e outras nas questões burocráticas e administrativas.

Se verifica que o cooperativismo camponês apresenta especificidades relativamente ao cooperativismo empresarial promovido pela OCB. Porém, no estado, existe uma lacuna de atuação da UNICAFES, passando a OCB-PA/SESCOOP cumprindo esse papel de representatividade.

No que tange o MST, outros elementos surgem e podem ser analisados mais profundamente em outros estudos, como a perspectiva e identidade de classe, a inserção na luta pela terra e pela reforma agrária popular, com toda sorte de consequência que isso implica, como, por exemplo, os conflitos no campo. Desse modo, é possível dizer que é um tipo específico, o cooperativismo camponês Sem Terra.

Os tipos de mercados e de relação contratual selecionados, a relação construída com os associados e as tomadas de decisões são questões de destaque na condução do seu projeto coletivo, conduzido por uma cooperativa camponesa. Ou seja, as estratégias comerciais, estratégias sociais e a estrutura de governança são elementos fundamentais para se analisar as cooperativas camponesas.

5 MATERIALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROJETO COLETIVO EM COOPERATIVAS CAMPONESAS: ESTUDOS DE CASO

Nos três estudos de caso a seguir, a base social das cooperativas é composta por camponeses e camponesas, quilombolas, ribeirinhos ou agricultores familiares tradicionais. Além disso, nos três casos estão presentes vínculos e graus de parentesco, irmãos, avós e netos, primos e tios, entre os sócios, algo marcante em sociedades camponesas.

Woortmann (1995) mostra que as relações de parentesco, ou interfamiliares, são fundamentais na organização de diversas comunidades camponesas, a exemplo do *mir*² russo, ou mesmo, no Nordeste e no Sul do Brasil, nos casos estudados pela autora, que é contundente ao afirmar que “o parentesco é relevante para o entendimento da reprodução social do campesinato”, como princípio organizatório, tanto no que se refere ao casamento, quanto as descendências (Woortmann, 1995, p. 311).

Mesmo que não analise as relações interfamiliares, Wolf (1976) discute além da diversidade dos tipos de famílias camponesas, a possibilidade de diversos grupos domésticos, que vai para além da unidade nuclear restrita na organização social do campesinato, “esses arranjos são importantes na vida camponesa” (Wolf, 1976, p. 93).

Nesse achado empírico da pesquisa, a questão das relações de parentesco, não está como categoria de análise, mas apenas exposto aqui para reforçar o caráter camponês dessas cooperativas.

As relações de parentesco, presentes nas cooperativas camponesas estudadas, mostra o anacronismo da lei brasileira do cooperativismo, que no art. 51, parágrafo único, determina que “não podem compor uma mesma Diretoria ou Conselho de Administração, os parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral.” (BRASIL, 2026, Lei nº 5.764/1971). Entende-se o espírito da lei, que objetiva a transparência nas tomadas de decisão e prestação de contas, porém o que

² Comunidade camponesa, marcante na Rússia czarista, com posse da terra coletiva e autogestão local, em que assembleias eram o espaço de tomada de decisões. Onde os recursos naturais (floresta, corpos d'água, pastos) eram coletivos e as terras cultiváveis eram repartidas entre as famílias de maneira periódica.

se observou nas três cooperativas estudadas, foi certa dificuldade na composição de diretoria e conselho fiscal, devido a necessidade de cumprirem esse artigo.

Os elementos de governança, assim como as estratégias comerciais, ou de mercados, e sociais das cooperativas serão descritas e analisadas separadamente, para no fim, sintetizar o conceito de cooperativas camponesas em cinco teses no capítulo seguinte.

5.1 Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses (D'IRITUIA)

Fundada em 2011, a Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses (D'IRITUIA) tem sua base social composta por 42 cooperados, sendo 23 homens e 19 mulheres, todos agricultores familiares tradicionais do município de Irituia-PA (FOTOGRAFIA 01). Não muito forte, mas presente, existem algumas relações de parentesco entre sócios, irmão e irmã, primos e sobrinhos, e atualmente, considerando a reprodução geracional da cooperativa, está em debate a inserção de filhos e filhas de sócios como novos cooperados. Ou seja, nos próximos anos a tendência é o fortalecimento de relações de parentesco no quadro de associados.

Fotografia 01 – Sede da cooperativa D'IRITUIA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

5.1.1 Governança

A estrutura de governança da D'IRITUIA é composta por uma assembleia geral ordinária (AGO) anual, reuniões mensais ampliadas (diretoria, conselho fiscal e demais sócios) e reuniões específicas da diretoria e do conselho fiscal, com periodicidade também mensal.

A reunião ampliada mensal (FOTOGRAFIA 02) se coloca como um espaço democrático de tomada de decisão, tendo uma participação de sócios em torno 50%, pelo que pôde ser captado pela observação participante. Esse tipo instância de tomada de decisão, mas também de socialização de informações do cotidiano da cooperativa é viável pela pequena quantidade de cooperados. Como afirma Olson (2011), apesar da dificuldade na análise entre comportamento individual e tamanho de grupos, coletivos menores tendem a serem mais eficientes que coletivos maiores. O autor ressalva que esse tamanho se refere não somente a quantidade de pessoas, mas também do valor do benefício coletivo (Olson, 2011).

Fotografia 02 – Reunião mensal, com participação da parceiros externos, o Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares (INEAF/UFPa).



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Outro elemento importante a ser ressaltado é que este tipo de instância de tomada de decisão está para além das demandas pela legislação cooperativa vigente,

a lei 5.764 de 16 de dezembro de 1971. Pois acaba tomando de fato, não de direito, um caráter de assembleia geral.

A diretoria atual é distribuída em quatro diretorias, a comercial, a administrativa, a de produção e a financeira, além da presidência, sem remuneração. Atualmente é composta 100% por mulheres, o que levou a certo tensionamento interno e externo. Vale lembrar que a sociedade brasileira é patriarcal, e estruturalmente limita a participação de mulheres em instância de poder. Isso foi constatado por Boscardin *et al.* (2024) em pesquisa com 28 cooperativas agropecuárias no Rio Grande do Sul, em que registraram pouca presença de mulheres nos cargos de presidente e vice-presidente, sendo esse um desafio a ser enfrentado.

Tem um conselho fiscal atuante, igualmente sem remuneração, para além de cumprir seu papel de aprovar ou reprovar os balancetes anuais, reúne bimensalmente para discutir questões e estratégias e acompanhar ações em andamento. No que se refere a prestação de contas, há dois anos a cooperativa possui um contrato com um escritório de contabilidade, para realizar o balanço e balancete anual, que é analisado pelo conselho fiscal.

A D'IRITUIA não conta com uma assessoria externa formal, porém estabelece diversas parcerias com universidades e instituto de pesquisas, empresas privadas para além da relação comercial em si, e com sua entidade de representação, a OCB-PA. Os rebatimentos comerciais e sociais dessas relações serão discutidos mais adiante. Do ponto de vista da governança, as parcerias têm atuado, grosso modo, da seguinte forma:

- a. INEAF/UFPA: Apoio a criação, e atualmente acompanha o funcionamento, do Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) (FOTOGRAFIA 03), além de fazer capacitação em precificação e articular com outras cooperativas camponesas, como o caso do Consórcio do Baixo Tocantins (BT).

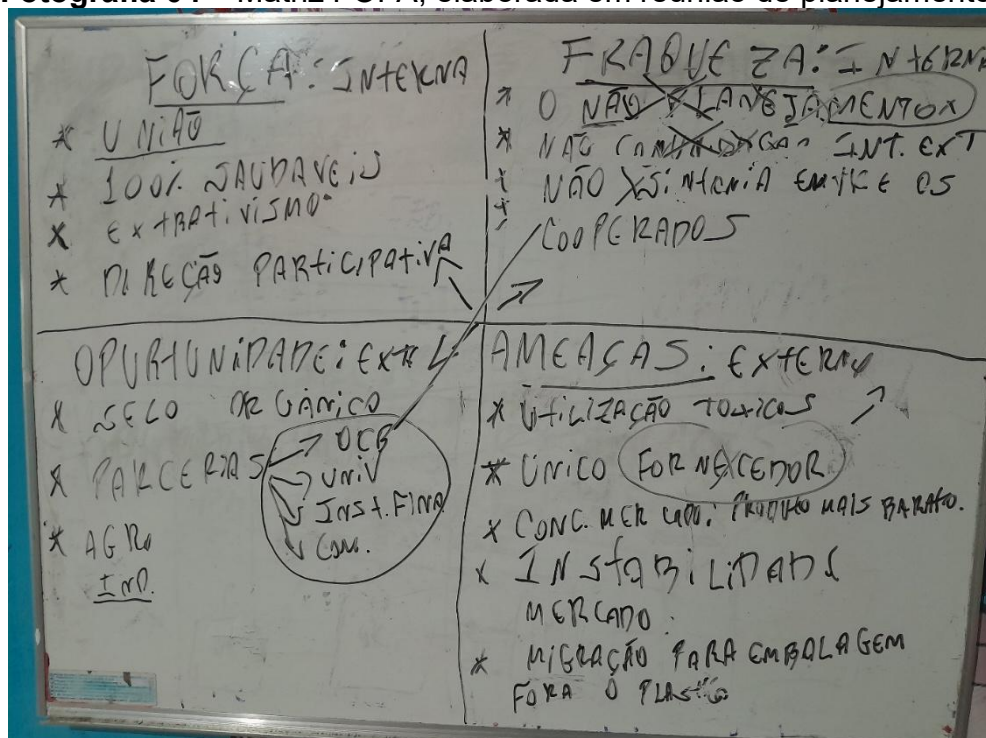
Fotografia 03 – Visita de pares no estabelecimento de um dos integrantes do grupo Itabocal do SPG/OPAC.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

- b. Natura: cursos sobre gestão e de capacitação de jovens organizados pela empresa para as cooperativas com as quais estabelece relação comercial. A estrutura e conteúdo são pensadas a partir da empresa, e não uma demanda das cooperativas. Além disso, apoia elaboração e acompanha projetos, a exemplo do atual projeto do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). Neste caso teve colaboração de uma ONG chamada Remar.
- c. *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ-BRASIL): apoio com capacitação na área de planejamento estratégico e gestão.
- d. OCB: Planejamento estratégico realizado pelo sistema OCB/SESCOOP-PA, dentro de um programa que realiza diagnóstico e acompanhamento das cooperativas associadas e que optaram por participar. Esse programa tem foco na identidade cooperativa, gestão e governança (FOTOGRAFIA 04).

Fotografia 04 – Matriz FOFA, elaborada em reunião de planejamento.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

As informações circulam por aplicativo de mensagem e presencialmente, seja na reunião mensal, seja quando os sócios frequentam a sede da cooperativa, o que acontece com frequência alta. Na fala da dirigente M., a tecnologia tem funcionado bem:

Além da reunião mensal. A gente também tem um grupo de WhatsApp, quando há necessidade de jogar lá no grupo, a gente já joga lá para eles estarem sempre antenados no que está se passando por dentro da cooperativa. [A tecnologia] facilitou muito hoje para gente, primeiro a gente tinha que se deslocar até o cooperado. (Entrevista com dirigente M da cooperativa, agosto de 2024).

E os sócios concordam, como se pode perceber na fala do cooperado J. (entrevista em junho de 2024): “o WhatsApp funciona direitinho agora, quase todo mundo tem a internet na casa, *wi-fi*. Aí, com isso, todo mundo tem seu telefone, recebe uma mensagem ou então o áudio, a gente atende rapidinho”.

O uso de tecnologia da informação contribui para a circulação rápida de informações e tem se demonstrado muito útil no processo de comercialização da cooperativa e dos associados. Quando há demandas de produtos, rapidamente as diretoras conseguem mobilizar os sócios e dar resposta aos compradores.

5.1.2 Estratégias comerciais/mercado

Atualmente a D'IRITUIA tem quatro frentes bem delimitadas, podendo ser divididas em três tipos de mercados, considerando a classificação de Schneider (2016), o mercado de proximidade, o mercado institucional e o mercado convencional. O primeiro é feito através da participação em feiras locais e regionais, seja da agricultura familiar, seja em eventos gerais, como, por exemplo, a 76ª Reunião Anual da SBPC, na capital paraense, ou em eventos do ramo cooperativista como a 5ª Feira de Negócios do Cooperativismo (FENCOOP), organizada pela OCB, também em Belém. Rocha, Assis e Sablayrolles (2023), em trabalho sobre cooperativas camponesas no nordeste do Pará, mostraram que a maioria dessas organizações participam de feiras ou redes locais.

Os mercados institucionais acessado pela cooperativa são o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município de Irituia e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), na modalidade doação simultânea. Esse tipo mercado, em especial essas duas políticas públicas, refletem e fortalecem a lógica produtiva da agricultura camponesa, diversificada e de policultivo. Portanto, fortalece a comercialização de alimentos regionais, pautada na qualidade e diversidade da produção a agricultura camponesa local. São políticas coerentes com a comercialização de excedentes que a maioria das famílias realizam e, portanto, uma estratégia comercial acertada da cooperativa.

Isso mostra que a cooperativa segue a lógica do cooperativismo camponês da região, uma vez que os dados de Rocha, Assis e Sablayrolles (2023) mostraram que a grande maioria das cooperativas no nordeste paraense, 85,71%, acessam um, ou os dois programas de compra institucional.

Hall (2017), ao estudar o caso da Cooperativa Sul Ecológico, mostrou a importância desse mercado para a cooperativa, ao passo que identificou duas preocupações dos dirigentes, a dependência econômica desse mercado e a dificuldade de estar organizada para atender, ao mesmo tempo, o mercado institucional e o mercado convencional.

Já no mercado convencional a cooperativa tem duas estratégias, venda de farinhas de mandioca e outros derivados (tapioca, farofa, tucupi), além de outros produtos da agricultura familiar, para restaurantes especializados em Belém, São Paulo e Rio de Janeiro, e venda de amêndoas de tucumã (*Astrocaryum vulgare* Mart.)

e murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart.) para a empresa Natura. Importante considerar aqui que o tucumã vem através dos sócios, portanto, de ato cooperativo, e o murumuru através de não sócios de uma comunidade quilombola, portanto, ato não cooperativo. Essa relação comercial com a empresa, é responsável por 63% do faturamento da cooperativa, como apresentado na prestação de contas na AGO de janeiro de 2025. Mais recentemente a Natura iniciou uma parceria com a cooperativa para implementar SAF que tenham como produto principal a macaúba (*Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. ex Mart.), que a cooperativa denominou de projeto SAF Macaúba, visando futura comercialização.

Entre 2022 e 2024, a cooperativa estabeleceu um canal de comercialização de algodão ecológico (FOTOGRAFIA 05) com a empresa Vert, em que também realizava ato cooperativo e ato não cooperativo para cumprir o contrato. O diferencial dessa relação é que o algodão era um dos produtos de uma proposta de implantação de SAF, ou seja, mesmo que tivesse um produto comercial anual, a lógica prevalecente era de estabelecer sistemas diversificados e de longo prazo.

Fotografia 05 – Fardos de algodão orgânico sendo preparados na central de produção da cooperativa D'IRITUIA.



Fonte: Nayara Leão, 2024.

Por mais que atualmente a receita se concentre em um produto, a cooperativa surgiu a partir de camponeses que manejavam, e ainda manejam, sistemas agroflorestais, portanto, com uma diversidade de produtos. A cooperativa comercializa, seja em feiras que participa ou, mais recentemente, em feira própria, que voltou a organizar, hortifrutis *in natura*, polpas de frutas, lascas de tucumã, farinhas de mandioca e de tapioca, farofa com jambu, biscoitos artesanais, mel e licores.

O processo de agroindustrialização (polpas, farinhas etc.) era feito nos estabelecimentos familiares, onde também era feita a secagem do tucumã e quebra do caroço, em pequena quantidade. Atualmente, todo processo agroindustrial do tucumã, secagem, quebra, seleção e empacotamento é realizado por pessoas diaristas, que recebem por produção, em uma estrutura coletiva da cooperativa, chamada de central de produção (FOTOGRAFIA 06).

Fotografia 06 – Central de produção da cooperativa D'IRITUIA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

A cooperativa não possui uma estratégia comercial de venda de bens de consumo e/ou insumos para os sócios.

A D'IRITUIA pratica ato não cooperativo, como já mencionado anteriormente, na compra de amêndoas de murumuru de quilombolas, que em seguida é repassada para a Natura. Vale ressaltar que existe um processo de cadastro dessas famílias e

fornecimento de equipamentos de proteção individual. Rocha, Assis e Sablayrolles (2023) encontraram que a realização de ato não cooperativo é comum, realizada por 78,57% das cooperativas camponesas do nordeste paraense. Lembrando que por lei, por mais que permitido, a implicação contábil é diferente, incidindo imposto no ato não cooperativo.

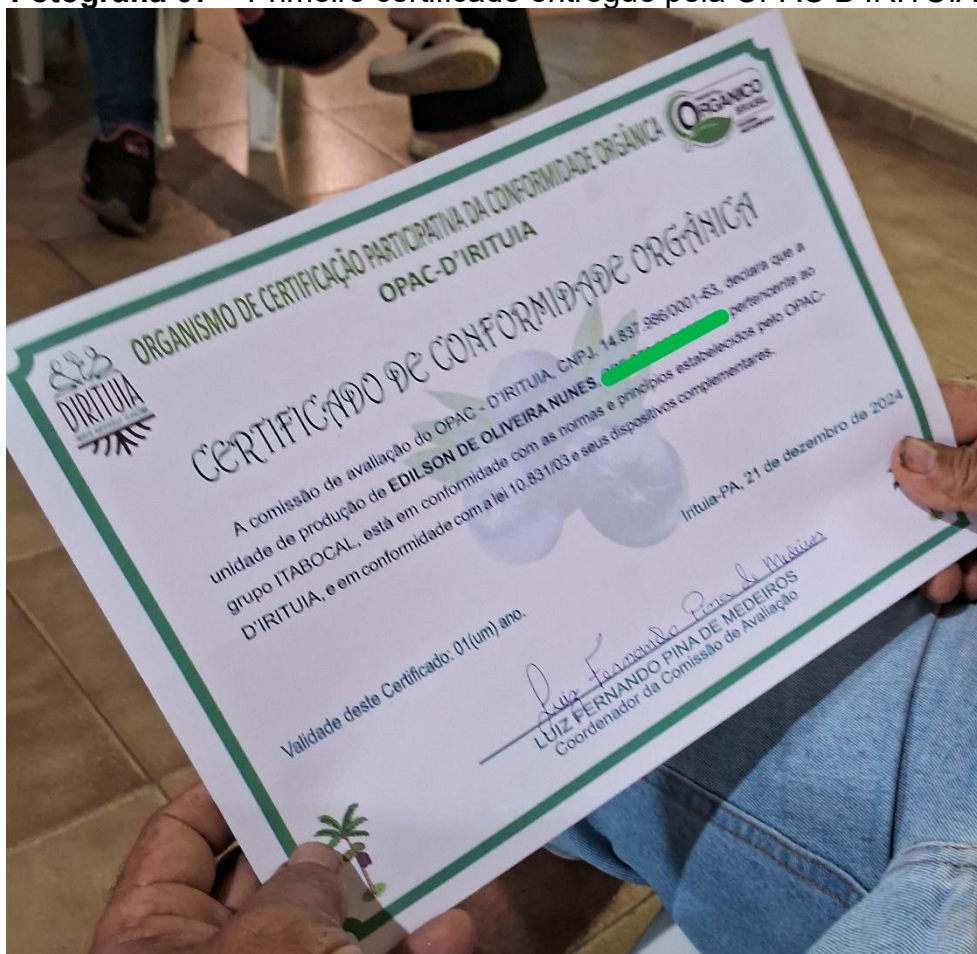
Uma estratégia interna foi fornecer aos sócios, por um preço baixo, as embalagens e rótulos dos produtos, desonerando a cooperativa e divulgando a marca D'IRITUIA, ao passo que os cooperados tem a possibilidade de estabelecer mercados, realizando sua comercialização individual, além da melhor conservação do produto. Atualmente, cada agricultor compra sua própria embalagem, e a cooperativa imprime e cola o rótulo com a identidade visual da D'IRITUIA, sendo que o agricultor contribui com a cooperativa com uma taxa de 15% do preço do produto.

Em estudo anterior, Silva (2019) apontou a falta de padronização das embalagens como um problema para o desenvolvimento comercial da D'IRITUIA, contudo, atualmente, ao menos a questão da identidade visual contou com a ajuda de uma parceira com Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), sanando essa outra dificuldade.

No caso das farinhas a cooperativa tem o selo de produto artesanal, emitido pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), o que vai presente nas embalagens. Vale salientar, que no caso da farinha de mandioca, a planta de processamento que detém o selo de produto artesanal é de propriedade de um sócio e a cooperativa realizada a embalagem.

Recentemente, em 2023, através de uma parceria com o INEAF/UFPA, conseguiu se credenciar como certificadora orgânica por Sistema Participativo de Garantia (SPG), no qual 31 cooperados estão certificados (FOTOGRAFIA 07).

Fotografia 07 – Primeiro certificado entregue pela OPAC D'IRITUIA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

5.1.3 Estratégias sociais e serviços.

A opção da cooperativa D'IRITUIA em se tornar um OPAC, para que pudesse certificar seus sócios via Sistema Participativo de Garantia (SPG), é, para além de uma estratégia de mercado, uma estratégia social. A criação de cinco grupos de sócios possibilitou uma aproximação maior dos 31 cooperados que optaram por entrar no SPG, estabelecendo uma dinâmica de encontros, reunião e visitas aos estabelecimentos, em que trocam saberes e conhecimentos a respeito da agricultura de base ecológica, fortalecendo seus agroecossistemas a partir de manejos orgânicos e agroecológicos. Para a sociedade, existe também um ganho, uma vez que, como resultado, haverá mais produtos orgânicos no mercado, possibilitando segurança alimentar.

Quanto a processos de formação e capacitação, são sempre por meio das parcerias da cooperativa, seja para a diretoria, conselho fiscal ou sócios em geral.

Muitas vezes tem pouco peso na decisão das temáticas, por exemplo, nas formações e capacitações com a OCB ou com a empresa Natura, que nem sempre são pautas prioritárias e necessárias para a D'IRITUIA.

Igualmente, a cooperativa não oferece assistência técnica para os sócios, no sentido de atender demandas de manejo do agroecossistema, técnicas agroecológicas ou tratamentos culturais apropriados e que condigam com o escopo da cooperativa. Muito embora, a Natura custeie três agentes de campo para acompanhar o projeto SAF Macaúba, sendo todos filhos e filha de sócios, que assumem tarefas administrativas de escritório e de acompanhamento de campo, o que não por ser considerado um processo de assistência técnica mais integral. Isso também vale para oferta de mecanização agrícola, embora, neste caso, a cooperativa possua um micro trator com implementos, fruto de doação, que está parado, sem um plano de uso.

A D'IRITUIA não possui outros fundos para além dos obrigatórios, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) e o fundo de reserva (FR). Também não divide sobras entre os sócios, o saldo positivo anual é reinvestido na cooperativa. Isso tem permitido um aumento patrimonial considerável, como por exemplo, a compra da sede, reformas, equipamentos, embalagens, manutenção do caminhão etc.

No que se refere a única pessoa com vínculo empregatício formal, a cooperativa assina carteira, garantindo os direitos trabalhistas, nada além das questões legais e de outros trabalhadores eventuais. Quanto aos sócios, existe ajuda mútua (inclusive financeira) e mutirões quando algum cooperado, ou familiar, está passando por dificuldades de saúde. A cooperativa também faz a mediação da emissão e/ou atualização do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) junto aos órgãos emissores no município.

Outras questões sociais em que a D'IRITUIA se envolve estão ligadas à saúde, com campanhas como “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”, seguindo as políticas do governo federal, mas de iniciativa e responsabilidade própria da cooperativa, e ligadas à participação social, com cadeira no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, no Conselho Municipal da Mulher e Conselho Municipal de Saúde.

A força de trabalho externa existe, como já mencionada, e é composta, além da secretária, por trabalhadores(as) diaristas e temporárias, que recebem por produção da quebra e seleção do tucumã.

A reprodução geracional da cooperativa vem sendo pensada. Está em curso a possibilidade de filhos e filhas de cooperados se associarem à D'IRITUIA.

Por fim, considerando uma perspectiva bem mais ampla de desenvolvimento sustentável na agricultura, nota-se que a cooperativa possui uma preocupação com o meio ambiente, refletida nos SAF e nas lógicas agroecológicas da maioria das famílias. Quanto a este fato, Rocha (2020) considera uma novidade. A síntese coletiva disso é a certificação orgânica através do OPAC/SPG, como se pode ver registrado no artigo 77º do estatuto social (D'IRITUIA, 2019):

O Sistema Participativo de Garantia – SPG D'IRITUIA será composto pelo Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica, designado pela sigla OPAC D'IRITUIA, pelo conjunto dos seus membros produtores (fornecedores) das famílias de Agricultores Familiares do Estado do Pará, conforme previsto no Capítulo I, Artigo 1º deste Estatuto Social, que realizam a produção de forma orgânica, e pelos membros colaboradores, como técnicos, consumidores, instituições e organizações que manifestem seu interesse em participar com o objetivo de fortalecer a construção coletiva da garantia de qualidade.

5.1.4 Síntese

O caráter camponês do projeto coletivo da D'IRITUIA se materializa e se mantém quando, através de reuniões mensais envolvendo diretoria, conselho fiscal e sócios em geral, toma decisões de forma participativa e garantem uma comercialização diversificada, além de estratégias sociais que abrangem uma dimensão interna e externa à cooperativa.

Essa reunião mensal se configura como equivalente a um conselho de administração, onde são representados os interesses dos associados na sua diversidade, e realizadas atividades de monitoramento e decisões estratégicas.

A comercialização, que permite atender em certa medida a dos sócios, se dá através de estratégias comerciais que vão do mercado convencional, atualmente o principal, passando pelo mercado institucional e mercados locais, como as feiras.

As estratégias sociais se apresentam, internamente, nas relações de reciprocidade entre os sócios, mais substanciais nos grupos do SPG/OPAC, que, em última análise, mantém as bases de recursos naturais através de práticas agroecológicas e de sistemas agroflorestais. Ainda, externamente, realizam ações comunitárias e participam da construção de políticas municipais via conselhos.

5.2 Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá (CART)

A Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá (CART) foi criada em 1995, a partir de camponeses ribeirinhos e de terra firme, da região do baixo rio Tocantins, principalmente do município de Cametá, onde se localiza a sede (FOTOGRAFIA 08), mas tendo famílias associadas em Limoeiro do Ajuru e Mocajuba. Atualmente é composta por 111 sócios, sendo 82 homens e 29 mulheres. As relações de parentesco são bem fortes, irmãos e irmãs, filhos e filhas, primos e primas, principalmente se concentrando em duas comunidades de terra firme, Bucubarana Pedra e Ponta Grande.

Fotografia 08 – Fachada da agroindústria da CART, Cametá-PA.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

5.2.1 Governança

A CART possui uma estrutura de governança bem normativa, não indo além do que determina a lei, uma AGO anual, para prestação de contas, informes gerais e algumas decisões estratégicas, uma diretoria com quatro membros e um conselho fiscal. Schneider (1999) alerta para um obstáculo que é a centralização das funções em uma cooperativa, levando a exigência de muito mais competência dos sócios

dirigentes. Nesses casos, para se manter boas relações democráticas, é preciso “uma maneira específica de ser e agir com os outros e inspirada numa determinada ética, um determinado estilo de vida pessoal e social, que apela à solidariedade e à justiça, valores que a civilização de hoje tende a esvaziar” (Schneider, 1999, p. 455).

Vale trazer à tona a preocupação da diretoria com a participação dos sócios nas AGO (FOTOGRAFIA 09), viabilizando ônibus, alimentação e brindes, além da comunicação pessoal, por carta e aplicativo de mensagem, ou mesmo pessoalmente. Ressaltando que nos últimos três anos, não ocorreram assembleia extraordinárias. O dirigente M. explica o que é decidido na AGO:

[...] lá a gente decide como é que vai se dar o andamento da cooperativa, se tem algum projeto para a cooperativa, se tem alguma comercialização e qual é o produto que a gente vai comercializar. E qual é a demanda, qual é o produto, o que cada cooperado tem. Então, essas decisões são tomadas em assembleia”. (entrevista com dirigente M. em abril de 2024).

Fotografia 09 – Assembleia Geral Ordinária (AGO) no galpão da agroindústria da CART, com 87% de participação dos sócios.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

A diretoria da cooperativa possui um diretor presidente, uma diretora administrativa, um diretor financeiro e um diretor de produção e comercialização, todos remunerados. Não existe uma periodicidade de reuniões, porém, sempre que existem pautas para serem decididas ou discutidas, a diretoria se reúne. Segundo o dirigente M. “as decisões, elas são tomadas dentro das reuniões com a diretoria. A

diretoria se reúne para decidir determinadas coisas” (entrevista em abril de 2024). E completa o dirigente N:

As tomadas de decisões, sempre a gente faz em reuniões entre a diretoria, para a gente tomar algumas decisões (...). Quando é uma coisa que são coisas maiores, as decisões são na assembleia para poder definir. Se a gente pode ou não fazer essa ou aquela situação (entrevista em maio de 2024).

Soma-se um sócio a esse coletivo, escolhido pela diretoria, que cumpre a tarefa principal de cuidar das questões relacionadas a agroindústria, sendo remunerado a partir de uma parceria com a Natura.

O conselho fiscal, composto de três titulares e três suplentes, também não tem um calendário de reunião, encontrando-se apenas para a avaliação da prestação de contas. Membros do conselho fiscal também participam de atividades, geralmente formativas ou planejamento, com parceiros. Outrossim, cumpre o papel de representação da cooperativa em alguns espaços, quando não é possível ser feita por membros da diretoria, como, por exemplo, o seminário Coopera Mais Brasil, organizado pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) em Brasília-DF.

Vale ressaltar que a CART, na última reforma estatutária, inseriu um capítulo sobre princípios ESG³ a serem seguidos, englobando 16 artigos em três pilares: ambiental, social e de governança.

Art. 26º - A Cooperativa CART, fundamenta seu Estatuto na busca constante pela integração dos princípios ESG (Environmental, Social and Governance) em todas as suas atividades. Reconhecendo a importância da preservação da Amazônia e seu compromisso com o desenvolvimento sustentável. (CART, 2024, Estatuto social, art. 26º).

Apesar de não ter uma assessoria externa fixa, formalizada, a CART recebe apoio através de parcerias, como, por exemplo, OCB, INEAF/UFGA, Natura, Conexsus, GIZ-BRASIL. Esta última organizou o planejamento estratégico da cooperativa em 2025 (FOTOGRAFIA 10), já a Conexsus apoia na captação de

³ ESG, sigla que em inglês significa *environmental, social and governance*, ou em português ambiental, social e governança. Vem sendo amplamente difundido no mundo corporativo para orientar e designar a responsabilidade socioambiental das empresas, sendo também debatido e inserido do âmbito do cooperativismo. O sistema OCB/SESCOOP (<https://somoscooperativismo.coop.br/solucoes/esgcoop>) defende que o ESG “é a orientação do cooperativismo desde o seu surgimento. O nosso modelo de negócio se destaca por aliar crescimento econômico ao cuidado com as pessoas e com o meio ambiente”. A fim de aumentar a competitividade das cooperativas, o sistema OCB/SESCOOP “desenvolveu o ESGCoop, uma solução fundamentada na metodologia de avaliação de performance e análise de indicadores de sustentabilidade. O ESGCoop atua em frentes de trabalho transversais que buscam alcançar cinco finalidades: a) O mapeamento de boas práticas, b) A capacitação de dirigentes e técnicos, c) A promoção do desenvolvimento de matrizes de materialidade, d) O desenvolvimento de planos de ação com a implantação de soluções que atendam aos critérios ambientais, sociais e de governança, e) A comunicação das boas práticas ESG desenvolvidas de maneira consistente.

recursos financeiros, como acesso a créditos e capital de giro, e elaboração de projetos.

- a. OCB: tem apoiado na reorganização do estatuto, contabilidade e um projeto piloto de assistência técnica agroecológica para oito famílias de uma comunidade de terra firme.
- b. INEAF/UFGA: a partir da pesquisa-ação, apoia discussões sobre o funcionamento da agroindústria e encontros para fortalecimento do Consórcio de Cooperativas do Baixo Tocantins.
- c. Natura: apoia, mantendo agente de campo, realizando cursos de gestão e outras temáticas, a cadeia produtiva das sementes da oleaginosas. Além disso, apoia financeiramente, em alguma medida, na construção da agroindústria de sementes.
- d. Conexsus: assessora na captação de recursos e gestão financeira, seja para acessar capital de giro, ou projetos via editais.
- e. GIZ-BRASIL: Assessorando na parte de planejamento (FOTOGRAFIA 10).

Fotografia 10 – Socialização do trabalho em grupo durante o planejamento estratégico da CART.



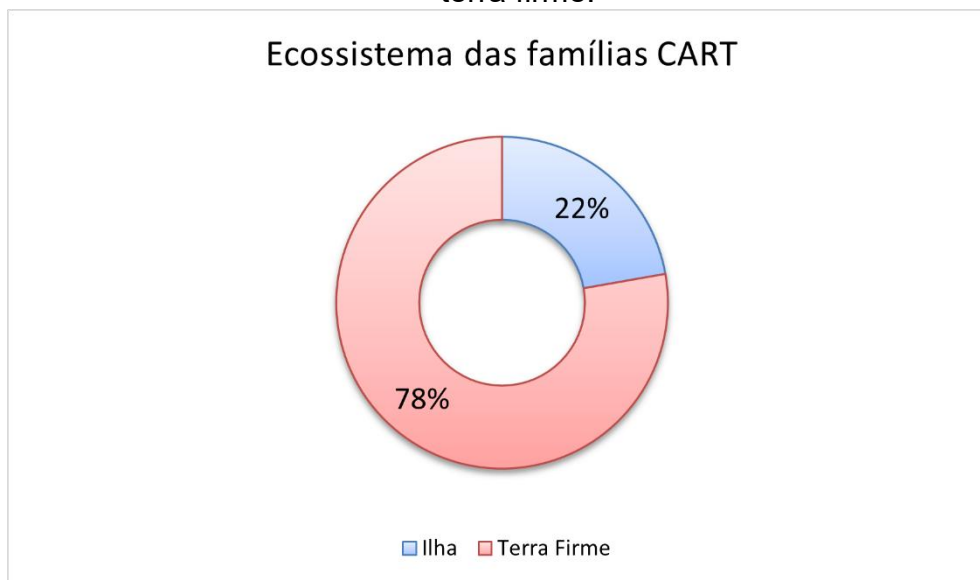
Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

As informações para e entre os sócios circulam principalmente por aplicativo de mensagem. A dirigente L. explica o que é informado, que é:

[...] sobre compras de produtos, o que estamos comercializando, do quê que a gente está precisando para a semana, reuniões, cursos. Quando tem cursos a gente está lhe informando quem pode vir, quem pode estar participando. A gente está sempre informando lá no grupo. (Entrevista em maio 2024).

Na fala do sócio N. “me mantenho informado, assim, porque eu estou a maior parte, quase toda semana, estou aqui [na sede da CART] com eles, estão sempre informando. Ou, se não, pelo WhatsApp hoje em dia” (entrevista em abril de 2024). Quando necessário, a depender da pauta, as informações são feitas pessoalmente, principalmente para os sócios de terra firme, uma vez que se concentram em grande parte, 78% dos cooperados, sendo 43,5% em duas comunidades (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Distribuição das famílias da CART por ecossistema, ilhas (várzea) ou terra firme.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Com apenas uma mulher na diretoria e 26% de mulheres no quadro social, a questão de gênero não é uma pauta presente no cotidiano da cooperativa.

5.2.2 Estratégias comerciais/mercado

A cooperativa CART está colocada fundamentalmente em dois tipos de mercados, o convencional, mais precisamente nas cadeias de sementes oleaginosas, em que vende para a empresa Natura e a cadeia do açaí com vendas para a empresa Oakberry, e o mercado institucional, no PAA/CONAB, na modalidade doação simultânea, e PNAE dos municípios de Cametá, Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará. Como já discutido, esse tipo de mercado é importante para as cooperativas

camponesas. A estratégia comercial traduz a diversidade de produtos comercializados, oriundos da agricultura familiar, especialmente das famílias de terra firme, e do extrativismo de maneira sustentável, principalmente das famílias das ilhas. Estas estão inseridas em cinco cadeias da sociobiodiversidade, como a cooperativa costuma denominar: sementes oleaginosas de murumuru, tucumã, andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), ucuúba (*Virola surinamensis* (Rol.) Warb.) e patauá (*Oenocarpus bataua* Mart.). Já os produtos da agricultura são os derivados da mandioca, como farinha mandioca, farinha de tapioca, além outros itens como hortaliças em geral, cupuaçu, abóbora, maxixe, feijão, melancia, mel, óleo de andiroba, açaí em caroço e polpa, juntamente com outras sete polpas de frutas. Na fala da dirigente L.:

Os produtos da agricultura familiar, ela [a cooperativa] comercializa com o PNAE, que é a parte das hortaliças, frutas, farinha de tapioca, farinha de mandioca, estes produtos vêm da agricultura familiar para PNAE. E os produtos da sociobiodiversidade que a gente trabalha são com as cinco cadeias, que é o murumuru, patauá, ucuuba, tucumã e andiroba, que a gente comercializa com a Natura. (Entrevista em maio 2024).

A CART tem investido muito em agroindustrialização, seja no beneficiamento das farinhas de mandioca e de tapioca, seja no beneficiamento das polpas de frutas, e mais recentemente no processamento das sementes oleaginosas.

Wilkinson (1986) alerta para o fato de que dentro do sociometabolismo do capital, a agroindústria vai confluir para a subordinação do trabalho da agricultura familiar. Porém, ele se refere a complexos agroindustriais capitalistas, e não em sistema cooperativista como os que Chayanov (2017) analisa. Segundo o autor, a concentração vertical é fundamental para o fortalecimento do movimento cooperativista e o para as unidades de produção camponesa cooperativada se desprenderem das amarras da indústria capitalista. Outrossim, as agroindústrias pertencentes as cooperativas camponesas possibilitam o trabalho associado, realizado por sócios trabalhadores, fortalecendo uma lógica solidária e popular que contribuem no processo de emancipação (Rocha, 2020).

Com verba do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foram construídas três casas de farinha, em três comunidades diferentes, sendo, portanto, de uso coletivo. O dirigente N. explica que

[...] foi [em 2005] o projeto que foi feito entre uma parceria com Banco do Brasil, Emater, Secretaria [Municipal] da Agricultura e a cooperativa. (...) liberou o recurso para fazer as casa de farinha. Eram 4 casas de farinha ainda foi feito 3, uma não foi feita. (...) Infelizmente, a Secretaria e a EMATER também não continuaram junto com a gente, se saíram fora. Então por isso é que ficou um débito dentro do Banco do Brasil (...), hoje tem só os débitos

[dos agricultores] para pagar lá, e as casas de farinhas estão funcionando ainda. (Entrevista em agosto de 2024).

As polpas de abacaxi, açaí, acerola, cupuaçu, goiaba, manga, maracujá e taperebá são produzidas, atualmente, em um espaço terceirizado, certificado pela ADEPARÁ, através de uma parceria comercial (FOTOGRAFIA 11). Dois pontos são importantes de consideração, primeiro, a cooperativa já teve espaço próprio, mas por não conseguir certificação da vigilância sanitária, optou por terceirizar o espaço. Em segundo lugar, está em perspectiva futura a ampliação da planta agroindustrial da CART, onde será implantada uma agroindústria de polpas própria.

Fotografia 11 – Polpa de fruta e farinha de mandioca, agroindustrializadas, com selo de produto vegetal artesanal ADEPARÁ.



Legenda: A) Polpa de taperebá; B) Farinha da mandioca.

Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

A planta agroindustrial existente engloba o processamento das sementes, desde a secagem, já em funcionamento, até a extração de óleos e manteigas, ainda com maquinário incompleto, portanto, não funcionando essa etapa. Comporta ainda uma câmara fria com capacidade para 40 toneladas (FOTOGRAFIA 12). A CART tem ainda duas máquinas que fazem a quebra dos caroços de oleaginosas em duas ilhas com maior concentração de fornecedores (sócios e não sócios).

Fotografia 12 – Mosaico da agroindústria da CART.



Legenda: A) Vista geral da agroindústria; B) Secador rotativo de sementes oleaginosas; C) Câmara fria.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Apesar de CART não vender insumos e/ou outros bens de consumo para os sócios, em 2025 a CART comprou 150 kg de sementes de feijão caupi (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.) e doou para os sócios de terra firme, como incentivo à produção do grão.

A fim de cumprir contratos do mercado institucional, a CART realiza ato não cooperativo. Fato que também ocorre no ramo das sementes oleaginosas, e do açaí, sendo que neste caso as pessoas são cadastradas. Neste caso é fundamental destacar que a CART pratica uma comercialização excessiva com não sócios, gerando uma relação de ato cooperativo e ato não cooperativa de 1:9. Considerando essa cadeia produtiva, essa situação, de certo modo, é um risco para a governança, uma vez que, 90% da movimentação financeira da cooperativa, vem de camponeses que não participam da tomada de decisão. Pensando nisso, a cooperativa realizou um movimento de reorganização do quadro social em 2023, mas não conseguiu ampliar substancialmente o número de famílias do ecossistema de várzea.

A cooperativa possui embalagem e rotulagem própria, para alguns produtos, a saber: polpas de frutas e farinhas, que exigem selo de inspeção sanitária, além do mel e óleo de andiroba, se são envasados na sede da cooperativa.

Além do selo de produto artesanal e de inspeção da ADEPARÁ, que vai nas embalagens, a cooperativa possui o Selo Nacional da Agricultura Familiar, porém, ainda não estampado nos produtos. Há também algumas certificações orgânicas internacionais para o açaí, financiado e acompanhado pela empresa Oakberry, com quem a cooperativa estabelece relações comerciais envolvendo o açaí. Neste caso, a certificação pertence a cooperativa, mas quem é certificado é o estabelecimento de

algumas famílias, atualmente 30 estabelecimentos familiares, com perspectiva de se avançar para 60 famílias.

Farias (2025), em sua dissertação de mestrado, pesquisou a influência da CART nas estratégias comerciais da comunidade Bucubarana Pedra, sendo está a que contém o segundo maior número de sócios da cooperativa, 16,67%. No estudo, a autora dividiu a trajetória agrária e comercial da comunidade em três fase, a primeira de 1960 a 1985, retrata a ocupação da comunidade. Na segunda fase, Farias (2025) identificou como o fortalecimento dos movimentos sociais (1985- 2003), inclusive sindical, e é quando a cooperativa é fundada (1995). E a terceira fase é marcada pela de diversificação da produção, novos mercados e acesso a políticas públicas (2003-2024).

No início da comunidade, o sistema de cultivo da agricultura familiar local utilizava a prática de coivara⁴, uma vez que é prática tradicional dos povos amazônicos e não tinham acesso a tecnologias (Farias, 2025). Como a floresta era vigorosa, incluindo árvores de oleaginosas como, por exemplo, a ucuuba, a produção vinda das roças era volumosa, principalmente mandioca e macaxeira (mandioca doce ou aipim), mas também arroz e milho (Farias, 2025). Na década de 1970 iniciaram plantio de pimenta-do-reino (*Piper nigrum* L.), que se tornou a principal atividade agrícola das famílias na década seguinte.

Devido doença fúngica severa, a cadeia da pimenta-do-reino entra em crise, na década de 1990, e produção de farinha de mandioca reassume importância. É nesse momento que surge a CART, a partir de um movimento de cooperação iniciado pelo STTR de Cametá, denominado Casa do Lavrador, que objetivava a comercialização da farinha de mandioca (Farias, 2025).

Em 1995, os atores envolvidos no movimento [sindical], muitas famílias da comunidade de Bucubarana, ajudaram a fundar a CART. Naquele momento, o principal objetivo era estabelecer uma cooperativa para que estivessem aptos a participarem das políticas públicas federais voltadas para a agricultura familiar, dessa forma seria possível acesso a novas oportunidades de investimento (Farias, 2025, p. 41).

A CART passou a acessar políticas públicas como, por exemplo, o PRONAF, que permitiu construir as casas de farinhas, já comentadas anteriormente. No final dos anos 1990, com acesso a crédito agrícola, as famílias cooperadas passaram a

⁴ Também conhecida como “corte e queima”, consiste em derrubar a vegetação que, depois de seca, é submetida a uma queima controlada. As cinzas geradas fertilizam o solo, onde o plantio é realizado de forma alternada com períodos de pousio, garantindo a regeneração da capoeira, e permitindo recompor a fertilidade.

produzir frutíferas, como cupuaçu, murici, coco e caju, mas encontraram problemas na comercialização, com ausência de mercado (Farias, 2025). Isso veio a se resolver somente quando a CART entra no mercado institucional, com PAA/CONAB em 2005 e PNAE a partir de 2014.

Por fim, mostrando certo alinhamento entre estratégias familiares e estratégia da CART, as famílias, como afirma Farias (2025, p. 42) “começaram a investir no cultivo de açaí e na produção de oleaginosas, bastante comercializada pela cooperativa”.

5.2.3 Estratégias sociais e serviços.

Os processos de formação e capacitação, quando acontecem, são iniciativas externas, como por exemplo, a capacitação e acompanhamento técnico, como viés agroecológico, feito para empresa Terra Preta, sob proposição da OCB. A CART não possui serviço próprio de ATER para os cooperados.

Recentemente recebeu, via emenda parlamentar, um trator com implementos agrícolas, e já está atendendo os sócios (FOTOGRAFIA 13). A mecanização era uma demanda constante dos cooperados, muito presente nas conversas e AGO. Essa demanda é explicitada na fala do sócio M.:

[...] se a cooperativa tivesse um trator para os cooperados, para trabalhar, a gente aqui saia da queimada. Esse ano teve muita queimada. Muita gente vai tacar fogo, chega e sai queimando mato. Se tivesse o arado na cooperativa se tivesse como ter o trator, eu acho que tinha dessas queimada. Isso aí melhorava muito, o cuidado para nós, e para o meio ambiente, não é? (Entrevista em novembro 2024).

Fotografia 13 – Trator, entregue em AGO, adquirido via emenda parlamentar.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

Os fundos que a cooperativa possui são somente os obrigatórios, fundo de reservas e FATES. As sobras anuais, por decisão de AGO, têm sido investidas na construção, e agora na finalização, da agroindústria das sementes da sociobiodiversidade.

A CART, além da atuação nas comunidades dos sócios, participa do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. A cooperativa intermedia, junto ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá, a emissão e atualização das CAF dos cooperados. Os trabalhadores das agroindústrias de sementes e de polpas de frutas são diaristas, e a cooperativa não possui ações que visem suprir os direitos trabalhistas.

A força de trabalho externa é feita por diarista, mesmo que sejam filhos ou cônjuges de cooperados. Além disso existem três jovens que são cooperados e atuam trabalhando como agentes de campo, em uma relação permanente, sendo que dois são pagos pela Oakberry e um é pago pela Natura.

Essa estratégia mostra a preocupação da diretoria com a reprodução geracional da cooperativa, além disso, a CART vem estimulando filhos e filhas de cooperados a se associarem.

A agroecologia não é uma pauta do momento para a CART, ainda que tenha existido um projeto piloto de assistência técnica agroecológica, foi uma iniciativa que partiu do parceiro OCB. Todavia, existe uma preocupação com a base de recursos naturais, como afirma o dirigente N., “o nosso trabalho é proteger o meio ambiente. O trabalho com as sementes oleaginosas, nós queremos proteger esse meio ambiente” (Entrevista em maio 2024). E por mais que existam falas questionando as roças de coivara na terra firme e a açaiização⁵ nas ilhas, uma solução a partir da agroecologia e dos SAF não aparece no discurso da cooperativa, no limite se fala em reflorestamento. Como expresso pelo sócio AD:

Foi financiado [pelo FNO] coco, caju, muruci e cupu para a terra firme e o açaí para as ilhas. Aí naquela época, essa questão das sementes, da biodiversidade foi prejudicada, naquele momento por causa que a EMATER, trouxe mesmo um pacote, para implantar, no caso, o projeto do açaí. (...) foi tirado tudo derribado, tudo feito roçado (...) foi tirada muita coisa, inclusive uma parte do murumuru foi tirado, muito murumuru. (...) ficou monocultura quase, em muitas partes. Hoje nós temos trabalhado essa questão do reflorestamento, porque tem muitas áreas que está monocultura do açaí, então nós trabalhamos com a cooperativa nessa falta. (Entrevista em novembro e 2024).

Isso mostrar certa diferença de outras cooperativas, como, por exemplo a D'IRITUIA.

5.2.4 Síntese

Na CART, o caráter camponês do projeto coletivo se materializa no atendimento dos sócios através de mercados que possibilitam vender a produção dos seus estabelecimentos, se mantendo mesmo que a governança tenha certo grau de centralismo. Outro fator são as estratégias sociais que visam atender demandas dos sócios e inserção na comunidade.

A governança da cooperativa segue estritamente o que está previsto do ponto de vista formal. Não existem núcleos por comunidade, ecossistema ou cadeias produtivas. Por outro lado, a participação na AGO é massiva, contando com quase 90% de presença dos cooperados. Outro diferencial é que os diretores estão fortemente inseridos nas dinâmicas diárias das comunidades nos diferentes

⁵ Açaiização é o termo que vem sendo utilizado para se referir a mudanças na produção de açaí, devido aumento exponencial da demanda de exportação, seja com implantação de monocultura, seja pelo empobrecimento florístico da paisagem ribeirinha tradicional, com derrubada de várias outras espécies, o que ocasiona desequilíbrios nos (agro)ecossistemas.

ambientes, de várzea e de terra firme. A gestão reforça em suas práticas o espírito comunitário das comunidades de seus cooperados.

O acesso a mercados institucionais atende aos sócios de terra firme, ao passo que os mercados convencionais, na cadeia de oleaginosas e do açaí, atende, principalmente, aos sócios de várzea (ilhas). Mesmo que, no caso dos sócios de terra firme ainda expressem a necessidade de a CART amplie mercados, e que a cooperativa esteja investindo os resultados financeiros de forma substancial na finalização da agroindústria.

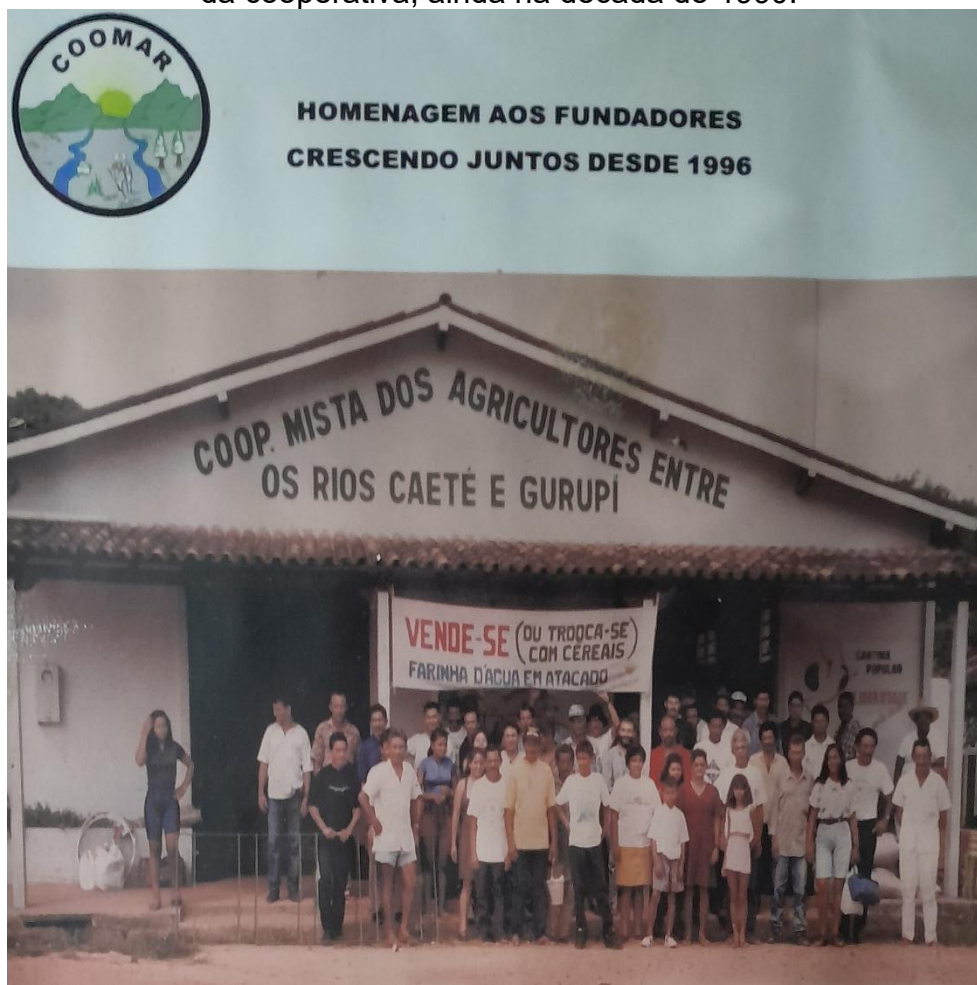
As estratégias sociais que visam atender as demandas dos sócios, principalmente os de terra firme, com mecanização agrícola, doação de sementes para plantio, além da construção de infraestruturas, como foram as casas de farinha, que, neste caso, atendem à toda a comunidade onde estão localizadas. Outrossim, a CART participa de dois conselhos municipais, o de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável e o de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Por fim, mantém, desde sua criação, estreita relação com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá, e, posteriormente, com outras cooperativas camponesas.

5.3 Cooperativa Mistas dos Agricultores e Agricultoras Familiares entre os Rios Caeté e Gurupi (COOMAR)

A Cooperativa Mistas dos Agricultores e Agricultoras Familiares entre os Rios Caeté e Gurupi (COOMAR) foi fundada em 1996 (FOTOGRAFIA 14)⁶, por 33 cooperados, e hoje é composta por 83 homens e 33 mulheres, todos camponeses, sejam quilombolas ou agricultores familiares tradicionais. Aqui também se apresentam fortemente as relações de parentesco, filhas e pais, irmãos etc., tanto que se pode exemplificar com a presidenta atual, que é filha de um sócio histórico, ou a diretora administrativa que é filha de um sócio fundador.

⁶ Uma observação interessante na foto é a mensagem na faixa: “vende-se (ou troca-se com cereais) farinha d’água [de mandioca] em atacado”. A frase mostra que a cooperativa realizava relações comerciais não mediadas pelo dinheiro.

Fotografia 14 – Banner em homenagem aos sócios fundadores, em frente à sede da cooperativa, ainda na década de 1990.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

5.3.1 Governança

A estrutura de governança da COOMAR é bem participativa, com três AGO por ano (FOTOGRAFIA 15), onde são apresentados balancetes trimestrais e anual, tomadas decisões mais estratégicas, feito planejamento e repassadas informações da condução da cooperativa. Mensalmente é realizada uma reunião de conselho administrativo (diretoria, conselho fiscal, um gerente sócio e um assessor externo), aberta para os demais sócios. Essa instância conta com a representação, tanto de cooperados das comunidades com maior número de sócios, como representantes dos sócios trabalhadores da cantina solidária.

Fotografia 15 – AGO de julho de 2024, na sede do STTR de Santa Luzia do Pará, em que ocorreu eleição da diretoria e conselho fiscal.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Lembrando que a lei nº 5.764/1971, no artigo 44, exige apenas uma “Assembleia Geral Ordinária, que se realizará anualmente nos 3 (três) primeiros meses após o término do exercício social” (BRASIL, 2026).

A diretoria é composta por uma presidenta, um vice-presidente, primeiro e segundo secretário, primeiro e segundo tesoureiro, contando com representação dos sócios-trabalhadores da cantina solidária em alguns desses cargos, que também se fazem representar no conselho fiscal. A presidenta, que também assume trabalho na cantina solidária, junto com os demais membros sócios-trabalhadores recebem pró-labore. Os demais membros da diretoria e do conselho fiscal, são remunerados por diárias, quando presentes nas reuniões, uma vez que deixam de trabalhar em seus estabelecimentos agrícolas.

Percebe-se que o conselho fiscal atua para além da **fiscalização das contas** da cooperativa, o que é feito três vezes por ano, antes das assembleias gerais, participando também nas discussões gerais e **planejamento** da COOMAR. Uma pauta discutida nas últimas reunião do conselho administrativo, é que o conselho fiscal realize **visitas às famílias** em seus estabelecimentos agrícolas, para ver o tamanho das áreas produtivas e ter uma estimativa de quantidade produtos. Essa medida é

para evitar que sócios comercializem produtos de vizinhos não sócios, o que pode causar inequidades da hora da divisão das sobras anuais.

A COOMAR sempre contou, desde sua criação, com uma assessoria externa. Inicialmente pelo *Servizio Volontario Internazionale* (SVI), uma ONG italiana, com duração de dez anos, e desde 2006 de um ex-membro do SVI que se radicou em Santa Luzia do Pará.

O aumento do número de sócios(as), bem como a conquista e estruturas de produção e transporte, durou enquanto se manteve a assessoria técnica do SVI. O período seguinte foi de declínio no número de associados(as) e venda do trator e caminhão, apresentando recuperação após estabelecimento de contrato de comercialização com a empresa Natura e mudança na gestão, com a contratação de um gerente, sócio da cooperativa. (Rocha, 2020, p. 70).

As informações circulam via aplicativo de mensagens, o que tem sido efetivo, mas também pessoalmente, pois a movimentação de sócios no dia a dia da cooperativa, seja pela cantina solidária, seja pelo que a cooperativa denomina armazém, que é o setor de compra de produtos da agricultura familiar. Outro canal de comunicação é o programa semanal que a cooperativa mantém em uma rádio comunitária do município. Nas falas dos sócios, parece não haver problemas de comunicação. “Às vezes a comadre [a presidenta] fala, que vai ter reunião, que vai ter isso (...), mas é geralmente, eu sempre estou por aqui”. (entrevista com o sócio A., maio de 2024).

Quando é a assembleia eles mandam convite para gente. A assembleia é de três em três [quatro em quatro] meses no ano. Daí a gente vai lá e passam os informes, do que está acontecendo. Eles participam para a gente, tem hora, coisa que a gente percebeu, volta. Outra coisa lá decide na diretoria. A diretoria decide outras coisas que leva pra assembleia, né? Aí. Isso. (Entrevista com sócio MB, em maio de 2024).

A questão de gênero é uma pauta incipiente, se ainda não está em debate nos espaços coletivos, já vem sendo expresso pela presidenta, além de outras mulheres da diretoria, desde que assumiram a gestão em 2021. “É um desafio grande lidar com certas situações que não é fácil, principalmente de homens, e a nossa cooperativa foi criada por homens. (...) Você tem que estar todo tempo provando para as pessoas que você é ser capaz” (Entrevista com dirigente M., em maio de 2024).

5.3.2 Estratégias comerciais/mercado

A COOMAR tem estratégias comerciais diversas, inseridas em dois tipos, o mercado convencional e o mercado institucional, neste último, com muitas idas e

vindas. Quanto ao mercado institucional a cooperativa, no passado, participou alguns anos no PNAE do município, mas depois de receber calote da prefeitura, deixou essa estratégia de lado, e tentou voltar em 2025, através do PAA/CONAB, contudo, não teve a proposta aprovado por esse órgão federal.

No mercado convencional, a cooperativa é bem diversificada em produtos e estratégias. Pode-se citar a relação com a Natura, para quem vende amêndoa de murumuru, e com a Companhia Textil de Castanhal (CTC), com quem comercializa sementes e fibra de malva. Ainda há duas cadeias que a COOMAR participa, vendendo para grandes atravessadores locais, a da castanha de caju e da pimenta-do-reino (FOTOGRAFIA 16).

Fotografia 16 – Produtos do mercado convencional, tipo *commodities*.



Legenda: A) Pesagem da fibra da malva; B) Castanha de caju; C) Pimenta-do-reino.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Na cadeia do murumuru, o preço pago pela empresa Natura é composto por um valor destinado a impostos e encargos, um valor para o agricultor (cooperado ou não) e um valor para a cooperativa (15% do total). É importante ressaltar que parte do valor (em torno de 2%) destinado à cooperativa, é repassado ao cooperado que vende amêndoa ou caroço, ou seja, a COOMAR paga um preço maior para os cooperados nas amêndoas ou caroços, em relação ao que a empresa Natura repassa para esse fim.

A cooperativa também possui um pequeno supermercado, denominado cantina solidária, em que vende produtos oriundos dos sócios, como feijão, farinha de mandioca, cará, abóbora, banana, coco seco, cítricos, mel, dentre outros. Além disso vende para os sócios e para a população em geral, itens alimentícios e não alimentícios industrializados, bem como insumos agrícolas (FOTOGRAFIA 17).

Fotografia 17 – Cantina solidária da COOMAR.



Legenda: A) Área externa da cantina solidária, com *Feira da Agroecologia e Bioeconomia Inclusiva*, em parceria com a Rede Bragantina e escola ECRAMA; B) Área interna da cantina solidária com produtos industrializados.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

A cantina solidária é um atrativo para adesão de novos sócios. O que pode ser percebido pela fala da sócia D., “eu só vendia minhas coisas lá, e também **só comprava lá. Eu não comprava em outro comércio**, a não ser se não tivesse na cooperativa (...). Por que foi a necessidade de me associar? Porque o sócio tem mais direito” (Entrevista em maio de 2024, grifo próprio).

A ampliação e modernização desse espaço estava sendo pensada, porém foi adiada, pois em AGO foi decidido priorizar a compra do terreno em que está localizada, uma vez que não era de propriedade da cooperativa.

Apesar da diversidade de produtos já mostrada aqui, existem algumas tendências produtivas dos sócios que a cooperativa não comercializa, gado (carne) e fruticultura em geral, principalmente o açaí, e polpas de frutas. Falta de garantia de mercado, infraestrutura para beneficiamento e questões de logística são os pontos que vêm limitando a cooperativa entrar nesse mercado. Isso pode ser confirmado na fala o dirigente V.:

A gente pensa sim [em entrar nesses mercados], a gente vem debatendo que isso é um bom tempo já, para a gente comercializar esses produtos, entrar nessa cadeia de comercialização. Mas infelizmente a gente não avançou. A gente já pensou, a gente já foi até um certo ponto, mas depois tivemos que recuar devido uma dificuldade, a [falta da] garantia de preço para esses produtos, a [falta da] garantia de ter venda. Por exemplo, a gente pensa muito em ter agroindústria. Mas a gente precisa de demanda, precisa de contrato, para garantir essa venda (entrevista com o dirigente V., em maio de 2024).

O cooperado dirigente V. completa sobre a inserção nessas cadeias:

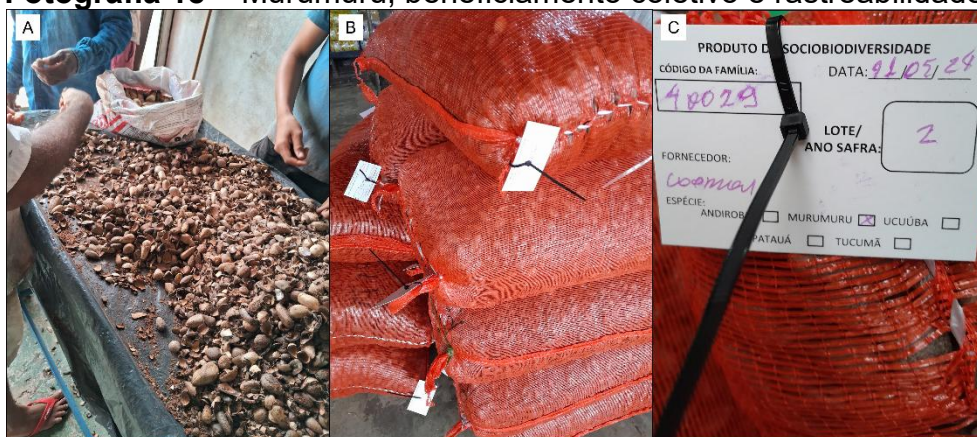
Essa venda desses produtos tem bem na região. O açaí, por exemplo, a gente ainda teve umas experiências, a gente começou a comprar *in natura*. A gente

ainda fez após a compra algumas vendas, mas não deu certo. É um trabalho muito difícil de comercializar, o açaí. É que é um produto que a gente tem que pegar, depois tem que entregar, e ele não aguenta muito tempo. E aí como a gente tem uns cooperados que são muito distantes uns dos outros, então essa também é uma das dificuldades. Porque tem que tem o transporte para estar trazendo esse açaí, e aí necessitava, por exemplo, de ter um veículo para ir até os nossos cooperados, trazer e juntar, levar, por exemplo, até a fábrica Castanhal ou Belém. Uma das dificuldades que também tem no açaí é se trabalha muito à noite. E a gente às vezes tem problemas de ter pessoas disponíveis para trabalhar. É o dia todo e entra pela noite, no outro dia começar de novo. Então é um processo que é muito dinâmico (entrevista com o dirigente V., em maio de 2024).

Segundo um sócio, ele “tem uma sementezinha de gado também. A gente passa para o atravessador” (Entrevista com o sócio P., em dezembro de 2024). Igualmente, o sócio V. relata que “tem uns gadinhos, comercializa nos mercados mesmo. Cooperativa não mexe com a carne” (entrevista em dezembro de 2024). Ou ainda, como a sócia L. relata, “eu vendo fora só o que a cooperativa não compra ainda, tipo só açaí mesmo” (Entrevista em agosto de 2024).

Atualmente o único processo de agroindustrialização coletivo da cooperativa é a quebra do caroço do murumuru (FOTOGRAFIA 18), e conta com quatro máquinas que fazem são operadas para realizar essa atividade, sendo que uma fica na sede, de outras três em comunidades com grande número de sócios e fornecedores. Atualmente, nas comunidades quilombolas de Muruteuazinho e de Pimenteira, além da comunidade do Fuzil, um assentamento rural.

Fotografia 18 – Murumuru, beneficiamento coletivo e rastreabilidade.



Legenda: A) Seleção das amêndoas de murumuru, após a quebra, na COOMAR; B) Amêndoa de murumuru embalada; C) Cartão de identificação para rastreabilidade.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

Ainda sobre produtos, algo inusitado acontece na COOMAR, existe uma lista sete produtos que a cooperativa é obrigada a comprar do sócio, independente do

estoque no armazém. Os produtos são: farinha de mandioca, feijão, arroz, milho, castanha de caju, pimenta-do-reino e malva (FOTOGRAFIA 19). Nota-se que alguns desses produtos são importantes para a segurança alimentar (mandioca, milho, feijão, arroz) e outros são comercialmente de baixo risco (castanha de caju, pimenta-do-reino e malva), que podem ser armazenados.

Fotografia 19 – Produtos oriundos dos cooperados no armazém da COOMAR.



Legenda: A) Feijão antes de ser embalado; B) Farinha, pesada e embalada; C) Sementes de malva.

Fonte: Pesquisa de campo, 2024.

A cooperativa lança mão de ato não cooperativo, seja para manter estoque dos produtos do armazém, seja para cumprir contrato com a Natura. Neste caso, as famílias são cadastradas, para garantir a rastreabilidade do produto. Também, na cantina solidária, toda compra feita por uma pessoa não sócia é um ato não cooperativo.

Com exceção do mel e óleo de coco, que possuem embalagem e rótulo com a marca da COOMAR, os demais produtos são comercializados em embalagens genéricas. Essa ausência de embalagem e rotulagem se dá pelo fato de, segundo relato informal de dirigentes, isso exigiria selo de fiscalização da ADEPARÁ (conversa informal com dirigente no escritório da COOMAR, maio de 2024).

A cooperativa não possui selos ou certificações, nem uma pauta presente nas reuniões e assembleias, muito embora, o assessor externo, que também participa da Rede Bragantina, tem pautado o debate da certificação orgânica dentro dos espaços da Rede. Outrossim, três cooperados possuem certificação orgânica⁷, sendo um por

⁷ No Brasil, a lei n. 10.831/2003, que versa sobre a produção orgânica, atesta três mecanismos de certificação da conformidade orgânica: 1) por terceira parte (ou por auditoria), que é realizada por organização credenciada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que inspeciona o estabelecimento e emite um certificado, permitindo o uso do selo de produto orgânico; 2) o Sistema

terceira parte, custeado pela empresa compradora do açaí, e dois certificados por Organização de Controle Social (OCS), no caso o Pará Orgânico.

Em pesquisa de mestrado, Cristóvão (2025) analisou a influência da COOMAR nos sistemas produtivos da comunidade quilombola da Pimenteira. A autora separou a trajetória agrária e o contexto local em três fases, uma inicial (1960-1980) em que o território foi ocupado e a comercialização se dava via rio Guamá, outra, a segunda fase (1980-2000) em que a comercialização se dá pelos ramais e estradas e, por fim, uma terceira (2000-2024), marcada pela diversificação dos canais de comercialização (Cristóvão, 2025). Vale ressaltar que Santa Luzia do Pará é elevada à categoria de município em 1991, e que em 1996 é criada a COOMAR.

No início, as famílias introduziram um policultivo, com produtos alimentares e outros para gerar renda monetária ou trocar com marreteiros pelo rio, ou comerciantes da vila, e posteriormente município, de Santa Luzia do Pará. Como afirma Cristóvão (2025, p. 34), cultivavam

a maniva (*Manihot esculenta* Crantz), o arroz (*Oryza sativa* L.), a cana (*Saccharum officinarum* L.), a banana (*Musa* spp.), a malva (*Urena lobata*, L), tabaco (*Nicotiana tabacum* L.) e algodão (*Gossypium hirsutum* L), não se tratava de roças grandes (de 1,2 a 1,5 hectares), todavia, a fertilidade do solo proporciona produções em quantidades suficientes para o autoconsumo familiar e a comercialização dos excedentes para garantia de renda.

Nas duas primeiras fases a dificuldade de transporte dos produtos e a determinação dos preços, sempre baixos, pelo atravessadores e comerciantes, eram os maiores problemas de comercialização (Cristóvão, 2025). Os mesmos comerciantes que vendiam, sempre caro, produtos industrializados ou que as famílias não produziam. É nessa dinâmica, para resolver essa equação, que surge a COOMAR.

Existe uma história que retrata essa situação e é muito contada por Seu Edmundo, sócio da antiga cooperativa. Ele registrou esse caso em seu livro *A História da Vila Tamancuoca*, segue o trecho:

Em um encontro de dirigentes e coordenadores das comunidades, em reunião numa paróquia de Santa Luzia do Pará. No tempo em que o padre Rafael estava trabalhando aqui no meio de nós, em uma de suas palestras, ele fez uma pergunta: ‘você quando vão vender a produção de vocês quem dá o preço?’ Nós respondemos: ‘é o comprador’. ‘Muito bem’, disse o padre:

Participativo de Garantia (SPG) / Organismo Participativo da Avaliação da Conformidade (OPAC), que se caracteriza-se pela responsabilidade coletiva de produtores, consumidores e técnicos, que mutuamente verificam o cumprimento das normas, também permite o uso do selo; e 3) a Organização de Controle Social (OCS), que é um mecanismo exclusivo para a agricultura familiar, que permite a venda direta ao consumidor (em feiras e mercados locais), exige cadastro no MAPA e vínculo a uma organização que fiscaliza a produção, não podendo utilizar o selo federal.

‘e quando vocês vão comprar, quem dá o preço?’ Nós respondemos: ‘o vendedor’. ‘Pois bem’, novamente disse o padre. ‘Nesse caso você estão perdendo de 2 x 0’ (Lima, 2019, p. 34).

Vale ressaltar que as famílias do quilombo de Pimenteira só começam a fazer parte da COOMAR a partir dos anos 2000, ou seja, na terceira fase identificada por Cristóvão (2025). Em um primeiro momento a COOMAR ajuda na logística de transporte das mercadorias, com o caminhão, mas atualmente isso é realizado individualmente, pelo ônibus ou veículo próprio. Na fase atual as famílias têm como principais produtos a farinha de mandioca, banana, malva, feijão, arroz e milho, além do gado de corte e do murumuru e açaí (Cristóvão, 2025). Nota-se que, exceto o gado e o açaí, todos são produtos comercializados na cooperativa, além do que, cinco deles estão na lista dos de compra obrigatória pela COOMAR.

Contudo uma questão chama atenção, “embora o território ainda preservasse áreas de vegetação, houve um significativo avanço no desmatamento tanto nas áreas coletivas da comunidade, quanto e sobretudo nas propriedades adjacentes” (Cristóvão, 2025, p. 37). A COOMAR deixa uma lacuna nesse ponto, não propôs, durante todos esses anos, solução ou estratégias que visem alterar esse quadro, como práticas e princípios agroecológicos e SAF. Essa diminuição das áreas de mata e capoeira, que acontece não só no território quilombola, vem impactando a comercialização da cooperativa devido diminuição do volume de produção. Vale ressaltar, que no último ano, 2025 a cooperativa vem discutindo no conselho administrativo e assembleia a possibilidade de iniciar um projeto próprio de assistência técnica agroecológica com foco em SAF, utilizando o recurso financeiro do FATES.

5.3.3 Estratégias sociais e serviços.

A COOMAR realiza um curso de cooperativismo, de 6h, para os aspirantes a novos sócios⁸, um dos critérios para poderem se associar. Outros processos de formação e capacitação que dirigentes ou sócios participam, são organizados por

⁸ A admissão de novos sócios na COOMAR é feita em três etapas: 1ª) Vista de membros do conselho administrativo no estabelecimento agrícola da pessoa interessada, para verificar se tem produção que possa vir a comercializar com a cooperativa; 2ª) Curso de cooperativismo, de 6h, dividido em dois momentos; 3ª) após serem apresentados em assembleia geral como sócios aspirantes, têm seis meses para integralizar a cota-parte. Feito isso, são apresentados em assembleia geral para serem aprovados.

parceiros, como Natura, INEAF/UFGA, Rede Bragantina, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) etc.

A atual presidenta propôs utilizar o recurso do FATES para implementar um projeto piloto próprio de assistência técnica, com foco em SAF e com perspectiva agroecológica. A proposta foi aprovada em reunião do conselho administrativo, porém não o foi em AGO, sendo decidido que voltaria para pauta em outro momento, para que os sócios tivessem tempo de refletir.

A demanda por trator e arado é pauta e discussão constante por parte dos sócios, porém, até o momento a cooperativa não adquiriu. Em tempo passado a COOMAR já possuiu trator e implementos, que foram vendidos em tempo crise, por volta do ano de 2010.

Além do fundo de reserva e FATES, o qual já foi usado para apoiar estudo de nível superior de sócio, a COOMAR criou três fundos não obrigatórios, dois de microcréditos, que os sócios podem acessar, um para projetos agrícolas outros para mecanização de suas áreas (FOTOGRAFIA 20). O terceiro fundo é para garantir a valorização dos sócios-trabalhadores da cantina solidária e armazém, funciona como se fosse um Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que pode ser retirado a cada três anos, ou se o sócio-trabalhador se desligar da cooperativa ou mesmo deixar de trabalhar na cantina solidária.

Fotografia 20 – Carnê do microcrédito solidário, destinado aos cooperados da COOMAR.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

O retorno das sobras é validado em AGO, porém, já existe uma orientação em regimento interno da COOMAR, em que orienta que “metade das sobras líquidas (50%) será repartida entre os associados, e a outra metade (50%) ficará na

cooperativa” (COOMAR, Capítulo VIII do Regimento Interno, [?]). Atualmente este recurso financeiro que fica na cooperativa é utilizado para fins diversos, como, por exemplo, a perspectiva de compra do terreno onde está localizada a sede.

Búrigo e Schneider (2025), discutindo identidade cooperativa, fazem a reflexão de que cooperativas não podem apenas ser caracterizadas pela redistribuição das sobras para os associados no final do exercício fiscal, isso não a diferenciaria, mas sim, produzir e gerar bens e valores coletivos.

Neste sentido, em Santa Luzia do Pará existe a Escola de Formação Para Jovens Agricultores de Comunidades Rurais Amazônicas (ECRAMA), uma escola que surgiu a partir da COOMAR, da necessidade dos sócios e filhos de sócios estudarem e se alfabetizarem, sendo que atualmente estabelecem relações de parceira. Para Rocha (2020) esse é uma das experiências inovadoras criadas por cooperativas camponesas, neste caso específico, se insere no debate da educação do campo, defende os princípios da agroecologia e é orientada pela pedagogia da alternância.

Outra preocupação social da COOMAR, que está presente em seu estatuto, é a defesa da reforma agrária (FOTOGRAFIA 21). No capítulo II, que versa sobre os objetivos, o artigo 5º discorre que “a cooperativa implementará e apoiará iniciativas relacionadas com a promoção e realização da reforma agrária” (COOMAR, 1996).

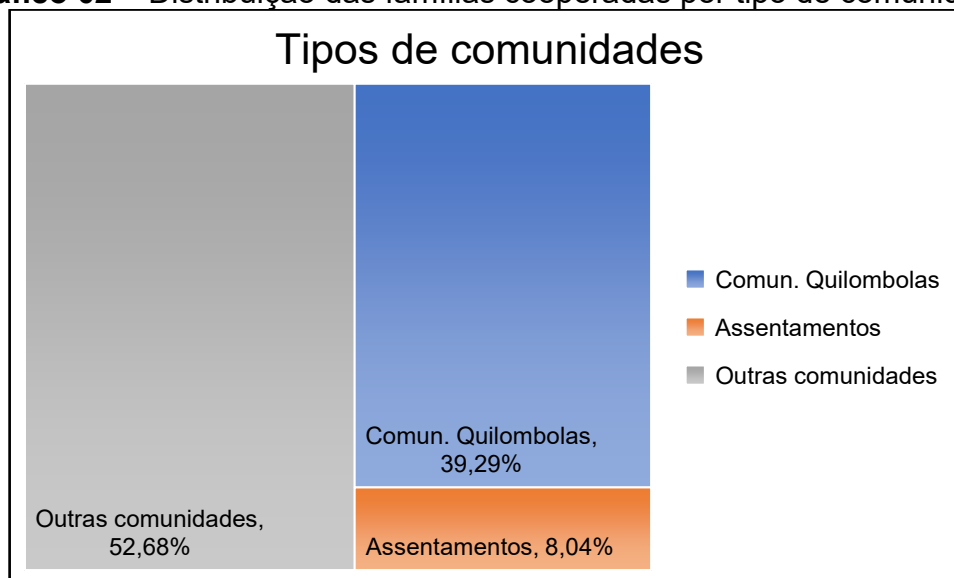
Fotografia 21 – Visita de sócios e diretores da COOMAR em solidariedade a um acampamento do MST, década de 2000.



Fonte: Arquivo da COOMAR, [?].

Vale ressaltar que no município existem cinco comunidades quilombolas, sendo que em quatro delas existem sócios da cooperativa, que englobam quase 40% dos cooperados (GRÁFICO 02).

Gráfico 02 – Distribuição das famílias cooperadas por tipo de comunidade.



Fonte: Pesquisa de campo, 2025.

A cooperativa também compõe a Rede Bragantina de Economia Solidária, sendo uma das 16 organizações que fazem parte dessa entidade. Importante registrar que não se configura uma estratégia de intercooperação clássica, nem de cooperativa de segundo grau, pois as outras organizações são todas associações comunitárias, ou de mulheres, ou populares.

A força de trabalho externa é necessária em duas situações, aos sábados, quando o movimento de pessoas é grande na cantina solidária, em que o pagamento é feito por diária, para uma pessoa, e em uma pequena parte da safra de murumuru, quando é feita a quebra do caroço na sede da cooperativa, em que o pagamento é feito por produtividade.

A reprodução geracional da cooperativa vem sendo cuidada, a adesão de novos sócios, na maioria jovens ou adultos jovens, alguns sendo filhos(as) ou netos(as) de sócios antigos. Inclusive, como símbolo dessa reprodução geracional, tem-se a atual presidenta, que é filha de sócio histórico.

A agroecologia não é um debate hegemônico dentro dos espaços de tomada de decisão da COOMAR, estando presente com frequência no discurso de um ex-presidente e do assessor externo, e mais recentemente começa a ser olhada pela

atual presidenta. Esse distanciamento, seja da agroecologia ou mesmo da produção orgânica, pode ser evidenciada nos insumos agrícolas vendidos na cantina solidária, onde só são encontrados produtos voltados para a agricultura convencional, como fertilizantes sintéticos de alta solubilidade.

5.3.4 Síntese

A COOMAR, como uma cooperativa camponesa na Amazônia, tem o caráter camponês do seu projeto coletivo mantido através de uma governança participativa, e materializado na estratégia comercial de comprar produtos agrícolas e extrativista das famílias camponesas, além de possibilitar a compra de produtos industrializados e insumos agrícolas a preços melhores, aumentando sua autonomia. Se materializa, ainda, nas estratégias sociais de inserção dos filhos de sócios, dos fundos solidários e trabalhistas, na divisão das sobras e na participação nas redes de articulação camponesas com associações comunitárias e grupos informais.

A estrutura da governança da COOMAR é dada por três assembleia gerais durante o ano, com prestação de contas e financeira em todas, com planejamento, discussões de temas e tomada de decisões estratégicas. Além disso, conta com um conselho administrativo atuante e um conselho fiscal que atua para além da análise de balancetes, participando dos planejamentos da cooperativa e visita aos estabelecimentos familiar dos sócios.

A cantina solidária é o cartão de vista da cooperativa e possibilita aos sócios acesso a produtos industrializados e insumos agrícolas a preço acessíveis. Algo inédito que acontece na COOMAR é a compra obrigatória de sete produtos agrícolas dos sócios, independente de estoque. Na cadeia da extrativista, do murumuru, a COOMAR, além de repassar, para os fornecedores, parte os 15% preço destinados à cooperativa, ela mantém três máquinas de quebrar caroço nas comunidades.

A estratégias sociais, com inserção de filhos e filhas de sócios como cooperados, garante a reprodução geracional da cooperativa e estimula os jovens a continuarem no campo. Todo resultado financeiro que a cooperativa gera, volta para os sócios de algum modo, seja no retorno das sobras, seja através dos fundos solidário e trabalhistas, seja na aquisição de bens, como o caminhão. Por último por mais que a COOMAR não estabelece intercooperação (com outras cooperativas), está

inserida na Rede Bragantina de Economia Solidária, que articula diversas associações e grupos informais de camponeses da região, além da escola ECRAMA.

6 CINCO PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO CAMPONÊS

O projeto coletivo se materializa a partir das estratégias comerciais/de mercado e estratégias sociais, mas sua manutenção é uma questão basicamente de governança, ou seja, de manter a representação dos interesses camponeses nas instâncias, preferencialmente mediante a participação nas tomadas de decisão.

Os princípios a seguir são orientadores do caráter camponês do projeto coletivo, e colocam as cooperativas camponesas como antítese das cooperativas do empresariais. Ou seja, existem cooperativas que privilegiam os interesses do campesinato, na sua complexidade, diversificando estratégias comerciais e sociais, e outras que maximizam a eficácia econômica da empresa cooperativa, unicamente a sobra que é reinvestida na organização.

6.1 Princípio I – Uma base social camponesa

Uma cooperativa camponesa tem que, como condição *sine qua non*, ser formada por um quadro composto por camponeses(as). Campesinato entendido em seu sentido amplo e abrangente, nas suas mais diversas matizes, arrendatários, meeiros, proprietários-trabalhadores (Wolf, 1984), posseiros (Guerra, 2013), assentados, quilombolas, indígenas não isolados, ribeirinhos e camponeses de fronteira (Rocha, 2023). Essa é a condição primeira, sem essa base social camponesa, não se tem cooperativas camponesas. As três cooperativas dos estudos de caso se enquadram nessa condição. Portanto, uma cooperativa camponesa na Amazônia deve ter a maioria do seu quadro social constituído por um ou mais desses grupos sociais.

É possível, também, mostrar um contraexemplo, o caso da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (CAMTA), que, notadamente reconhecida na região e referência no Pará como cooperativa do ramo agropecuário, é composta por 172 sócios (CAMTA, 2023), que atualmente se enquadram, em sua maioria, como médios produtores rurais. Portanto, não é uma cooperativa camponesa.

Há também que se trazer um elemento intrínseco do campesinato, e, portanto, presente nas cooperativas camponesas, que é a presença de relações de parentesco, que como já demonstrou Woortmann (1995), tem papel estruturante nas comunidades camponesas. Papel esse confirmado por Cândido (2017) que, em seu estudo sobre

os meios de vida dos caipiras paulistas, quase que poeticamente, mostra como a solidariedade do parentesco está imbricada a questão territorial dessas comunidades camponesas. Essas relações sociais mais abrangentes corroboram a afirmação de que as relações econômicas na cooperativa camponesa não se reduzem a relações de troca equivalentes de valores, mas de rica em relações de reciprocidade (Sabourin, 2009).

6.2 Princípio II – A governança adaptada a realidade

A governança, em uma cooperativa camponesa, possibilita que as tomadas de decisões, a circulação de informação e a participação, conduzam a organização no sentido dos anseios dos(as) sócios(as). Sendo prioritariamente participativa, facilita a adequação das estratégias comerciais/mercado e nas estratégias sociais aos interesses dos camponeses. Respeitam questões geográficas dos territórios e elementos culturais, relacionados a cultura organizativa daquele campesinato que forma sua base social.

Um exemplo típico é o caso da COFRUTA, em que a cooperativa, resgatando a experiência dos sócios e sócios dirigentes no STTR e considerando as especificidades geográficas amazônicas de rios e ilhas, estruturou governança democrática com seis núcleos de famílias, facilitando discussões e tomadas de decisão mais participativas (Rocha, 2020; Rocha; Sablayrolles; Assis, 2024). Formou um conselho de administração, composto pelos coordenadores desses núcleos e ou sócios diretores, sendo considerado por Rocha (2020), uma novidade das cooperativas camponesas na região.

As três cooperativas são distintas nessa questão, cada uma com sua especificidade. A D'IRITUIA mantém reuniões mensais com todos os(as) sócios(as), diretoras ou não, com participação maior ou igual a 50%, além da AGO anual. É um conselho administrativo informal, diferentemente do caso da COFRUTA, discutido por Rocha, Sablayrolles e Assis (2024), em que o conselho é formalizado, com eleições, reuniões separadas de núcleos, que representam dos territórios.

A COOMAR com reuniões mensais de um conselho administrativo (diretoria e conselho fiscal), com participação de assessores externos e aberta para todos(as) os(as) sócios(as), além de três AGO durante o ano. Nesse conselho estão representadas as comunidades que tem grande número de sócios, mas também as

três categorias de sócios da cooperativa, possibilitando o diálogo entre diretoria, cooperado e sócio trabalhador da cantina solidária.

Já A CART apresenta um limite neste ponto, cumprindo a lei, com uma AGO anual e reuniões exclusivas da diretoria, portanto, uma governança centralizada (governança democrática, formal).

Uma ressalva se faz necessária, por mais que uma cooperativa tenha governança centralizada, se sua diretoria é composta por sócios diretores e está inserida na realidade dos camponeses, conhecedora da conjuntura do território, vivenciando as contradições e a materialidade da vida concreta daquelas comunidades camponesas, isso ajuda em acertar nas estratégias comerciais/mercado e sociais. A governança democrática, se centralizada, para ganhar realidade, precisa estar inserida na comunidade, em congruência com os anseios da base, necessita ser “uma maneira específica de ser e agir com os outros e inspirada numa determinada ética, um determinado estilo de vida pessoal e social, que apela à solidariedade e à justiça” (Schneider, 1999, p. 455). Esse é o caso da CART. Um ponto de atenção precisa ser levantado, o abandono do controle interno, efetivo e regular, aumenta o risco de perder de vista os interesses dos associados na estratégia da cooperativa.

Búrigo e Schneider (2025, p. 6), ao estudarem identidade cooperativa, alertam para um fenômeno que vem acontecendo em cooperativas com gerentes e diretores executivos externos, que é o contínuo de escanteamento dos valores e princípios, bem como das formas de governança participativas e de autogestão.

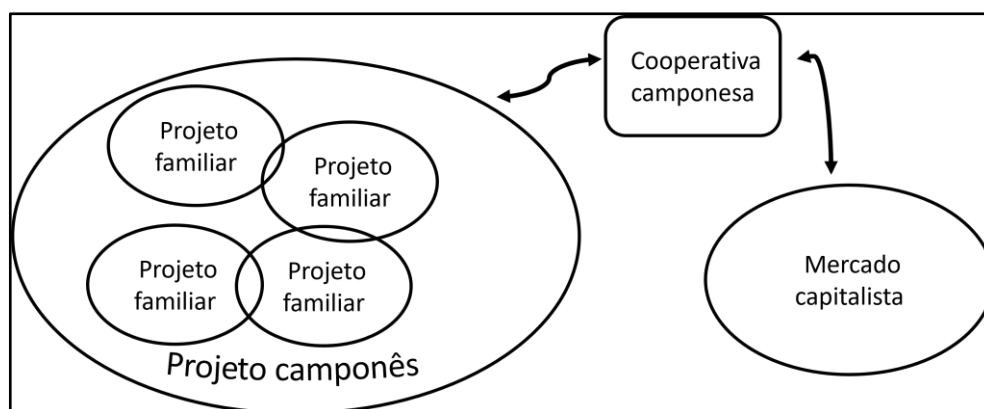
Retoma-se aqui a questão do tamanho de uma cooperativa camponesa quanto ao número de sócios, quanto menor, mais fácil estabelecer processos participativos, bem como medir conflitos de interesses internos, que porventura apareçam. Aqui se retoma o debate de Olson (2011), que mostra que grupos pequenos podem promover benefícios coletivos que bastam por si só, sem que sejam necessárias coerções ou estímulos outros. Não que nesses grupos não existam conflitos e disputas internas, o que por vezes foi observado na pesquisa de campo, mas é que a possibilidade de se tratar olho a olho, e de incentivos outros, para além do econômico, gerar melhor eficiência organizativa que em grupos grandes.

6.3 Princípio III – Estratégias comerciais e de mercado diversificadas

Determinadas estratégias comerciais e/ou de mercado permitem autonomia relativa dos associados em relação ao mercado. Portanto, precisa evitar dependência de um único tipo de mercado ou, o que é pior, de um único canal de comercialização. É mister que essas estratégias da cooperativa permitam ao(à) cooperado(a) essa autonomia relativa, que é conseguida quando a cooperativa comercializa uma diversidade de produtos, refletindo a lógica dos sistemas de produção dos camponeses, valorizando a produção de autoconsumo para garantir a segurança alimentar. O resultado disso é a melhoria da renda, não necessariamente monetária, e qualidade de vida das famílias camponesas e, conseqüentemente, contribuindo para sua reprodução social. As principais estratégias que promovem isso são a participação em feiras locais e outros circuitos curtos de comercialização, bem como em mercados institucionais.

O sucesso de uma cooperativa camponesa deve, portanto, ser medido, dentre outras coisas, pelo aumento da renda dos sócios, incluindo a produção para autoconsumo, e não pelo resultado financeiro da organização (Chayanov, 2017). E, como forma particular de concentração vertical, as cooperativas camponesas devem passar por algumas fases de desenvolvimento, desde meios de produção coletivos, organizando e operando a comercialização, até o processamento de produtos, sempre em consonância com as unidades camponesas de produção, organizativa e politicamente (Chayanov, 2017).

O papel de uma cooperativa camponesa é de ser um elo entre os sócios e o mercado capitalista, permitindo, a depender da governança, estratégias comerciais/de mercado e estratégias sociais adotadas, a realização do projeto coletivo, garantindo melhoria da renda e sua relativa autonomia a esse mercado (FIGURA 09). Isso, em um processo que permita acesso à terra e recursos produtivos, integrando esse campesinato a sociedade em geral (Wanderley, 2009), sem se deixar dominar pelo mercado, mantendo certa autonomia (Ploeg, 2009; Wanderley, 2009).

Figura 09 – Relação sócio-cooperativa-mercado.

Fonte: Elaboração do autor, 2024.

Se a cooperativa é a representação coletiva da unidade camponesa (Chayanov, 2017), então sua estratégia comercial e de mercado deve refletir esse agroecossistema, e o mercado institucional, PNAE e PAA, tem se mostrado uma opção. Para Christoffoli (2016), o PAA e o PNAE, para além dessa questão da diversidade de produtos, induzem o processo de cooperação e fortalecem uma perspectiva político-organizativa do campesinato. Embora tais políticas fomentem a organização coletiva, a interrupção frequente dessas estratégias e as relações políticas municipais comprometem, por vezes, a estabilidade econômica da cooperativa e das famílias camponesas.

Sobre esses dois mercados recaem algumas reflexões que as cooperativas precisam levar em conta. No caso do PNAE, a operacionalização da política é municipal, portanto, depende da gestão e governo local, podendo ocasionar as mais diversas situações, como no caso da COOMAR, em que a cooperativa entregou os produtos, mas a prefeitura não realizou o pagamento. Este fato ocorreu em 2014, outras gestões se sucederam e a dívida não foi paga. Outra situação é a da CART, que atua no PNAE em três municípios, e os atrasos no pagamento dos produtos são constantes, chegando a seis meses e a valores de R\$ 80.000,00 a R\$ 100.000,00 por prefeitura, o que requer a necessidade de capital de giro alto por parte da cooperativa.

Quanto ao PAA, operacionalizado pela CONAB, não se nota o problema de o governo federal honrar os contratos, porém é importante lembrar o caso recente do Governo Bolsonaro, que notadamente não apoiava a agricultura familiar, com alterações no formato e quedas drásticas do orçamento ao reformular e substituir pelo programa *Alimenta Brasil* em 2021.

No que pese os benefícios do mercado institucional, mais especificamente essas duas políticas públicas, os casos apresentados devem servir de alerta para que a dependência de um canal de comercialização seja evitada. Ou seja, diversificar estratégias comerciais e de mercado possibilita autonomia relativa da cooperativa camponesa.

Nas cooperativas camponesas, a lógica das estratégias comerciais vai ao encontro do que Búrigo e Schneider defendem, quando afirmam que “os mercados deixam de ser pensados como os espaços abstratos de alocação ótima da oferta e da demanda, regulados pelos preços relativos”, passam a ser, como afirmam os autores, um “ambiente propício para reestruturar negócios em mercados alimentares, ampliando a participação das empresas cooperativas e os vínculos com as comunidades” (Búrigo; Schneider, 2025, p. 12).

Inseridas no mercado capitalista, e essa é uma contradição inerente a esse tipo de organização, que em sua origem surgiu para combater as mazelas desse modo de produção, as cooperativas camponesas correm o risco de degeneração, para utilizar o termo de Bretos, Errasti e Marcuello (2019). Principalmente quando

Para intensificar sua atuação nos mercados globais, nota-se também o surgimento de alianças mercantis entre cooperativas e grupos empresariais e financeiros tipicamente capitalistas, que obviamente não seguem princípios e valores e nem as mesmas preocupações com a preservação da imagem e identidade cooperativa (Búrigo; Schneider, 2025, p. 7).

Bijman (2016) explicita as consequências da opção pelos mercados convencionais, em detrimento a orientação comunitária, em termos de perda do caráter camponês do projeto coletivo.

A orientação comunitária pode não se adequar à orientação comercial atualmente necessária para o acesso ao mercado e à coordenação da cadeia de valor. O acesso ao mercado exige frequentemente o cumprimento de **requisitos rigorosos de qualidade e volume**, enquanto nem todos os produtores da comunidade podem ser capazes de entregar a qualidade e quantidade exigidas. Como resultado, as organizações de produtores tornam-se **mais seletivas na admissão de membros** e na aceitação de produtos. Além disso, os investimentos necessários para uma posição de mercado forte, por exemplo na construção de instalações de armazenamento, exigem que **os lucros sejam retidos em vez de serem utilizados para projetos comunitários**. Por fim, uma organização de produtores comercial pode rapidamente crescer para além da sua base geográfica original, enfraquecendo assim os laços com a comunidade local. (Bijman, 2016, p. 17, grifo próprio, tradução própria).

A título de exemplo, tem-se a relação com a empresa Natura que as três cooperativas, D'IRITUIA, CART e COOMAR estabelecem. Ao passo que essa relação comercial possibilita bons resultados financeiros, o que permite o desenvolvimento da

cooperativa, e em alguns dos casos a própria sobrevivência da cooperativa, dois cuidados são necessários. Primeiro, não ficar dependente desse canal de comercialização e, em segundo lugar, dar atenção ao projeto coletivo e as produções dos agroecossistemas familiares dos camponeses cooperados.

Essa situação foi explicitada e verbalizada, por dois sócios da D'IRITUIA, quando, em conversa informal, falaram da preocupação com a centralidade do comércio do tucumã, por parte da cooperativa, e da pouca atenção a comercialização dos outros produtos agrícolas. Os dois cooperados, em concordância, falaram que “a cooperativa está deixando de ser da agricultura para ser extrativista” (sócio V., da D'IRITUIA, conversa informal em agosto 2025), mas, por outro lado, se não fosse a empresa, “se não fosse essa relação com a Natura, tínhamos fechado as portas” (sócio E., da D'IRITUIA, conversa informal em agosto 2025). Portanto, se de forma racional, discutida em suas estruturas de governanças, essa estratégia comercial ajuda as cooperativas a se desenvolverem e se manterem viáveis economicamente, essa opção possibilita a oferta de serviços e estratégias sociais. Além do que, significa aumento da renda das famílias, função, está, fundamental para o sucesso de uma cooperativa camponesa, como afirmou Chayanov (2017).

Além do cuidado com a dependência econômica, também, no caso específico citado, é preciso o cuidado com possíveis interferências na gestão e governança da cooperativa, por mais que sejam sutis, já que a empresa realiza constantemente curso e formações. Rocha (2020) alertou para esse ponto, mostrando o modelo de gestão preconizado em um curso de formação, em que segue uma lógica empresarial.

Nesse ponto as três cooperativas têm estratégias comerciais e de mercado diversificadas, algumas dessas comum as três organizações, e outras diferenciadas. A D'IRITUIA, com as receitas dependente da cadeia do tucumã, mas com participação em feiras e com canais de comercialização no mercado convencional para produtos da agricultura familiar, que espera serem fortalecidos a partir da certificação orgânica. Desde 2023 com autorização do MAPA para funcionamento da OPAC/SPG, somente em 2025 os sócios receberam o certificado de produtores orgânicos. Há ainda a estratégia de acesso ao mercado institucional via PAA.

Já a CART, vem equilibrando as receitas entre o mercado institucional (PNAE e PAA) e o mercado da cadeia de sementes oleaginosas da sociobioeconomia com a Natura, variando entre as duas estratégias, de 40% a 60% da receita. Nos último cinco

anos, a cooperativa vem investindo na construção de uma agroindústria de beneficiamento dessas sementes, para extração de óleos e manteigas.

A COOMAR, no mercado convencional se relaciona com mais de uma empresa, sendo que comercializa o murumuru com a Natura, a malva com a CTC, e castanha de caju e pimenta-do-reino com grandes comerciantes da região. Diferenciando das demais, a cooperativa possui uma cantina solidária, que é um pequeno mercadinho onde vende produtos vindo dos cooperados, ao mesmo tempo que viabiliza acesso de produtos industrializados e insumos agrícolas para os sócios, a preço vantajoso.

Mesmo priorizando o ato cooperativo, as três organizações realizam ato não cooperativo, notadamente para garantir contrato na cadeia de sementes oleaginosas. Rocha, Assis e Sablayrolles (2023) pontuaram essa situação como um desafio para as cooperativas camponesas no Pará. Essa relação entre volume de negociação com sócio em relação a não sócio deve ser observada, e pensada estratégias de fortalecer a primeira, por essas cooperativas. Um desequilíbrio acentuado em prol de não sócios coloca em questão o projeto coletivo e o próprio modelo cooperativo, uma vez que o associado é o principal beneficiário da cooperativa, princípio que estrutura sua governança democrática interna.

Analisando o ato cooperativo a partir de uma fundamentação teórica de Karl Polanyi (2012), sobre os padrões de integração, Costa JR *et al.* (2024) mostraram que existe **reciprocidade**, na entrega do produto com confiança na sua entidade. Que existe **troca comercial**, o momento que a cooperativa organiza e/ou beneficia o produto, vendendo-o em qualquer tipo de mercado. E, no ato da socialização das sobras, ocorre a **redistribuição**.

Portanto, o ato cooperativo é a expressão máxima, direta, dessa terceira tese, pois abrange características econômicas em si, gerando renda, mas que irão desdobrar na realização dos projetos familiares dos camponeses cooperados e na reprodução social da família. E, enquanto reciprocidade, influi também no sentimento de pertencimento e na fidelidade cooperativa. A natureza do ato cooperativo é que o proprietário da organização comercializa seu produto mediante ela, sendo ele proprietário, gestor e beneficiário, dentro de um quadro social que coopera entre si.

“É salutar, entretanto, que as sociedades cooperativas não foquem apenas na sua atuação econômica, cometendo o erro de pensar o desenvolvimento da agricultura a partir da lógica da economia de mercado” (Costa JR *et al.*, 2024, p. 14).

Neste sentido, as estratégias sociais complementam a integralidade de uma cooperativa camponesa.

6.4 Princípio IV – Estratégias sociais para sócios e comunidade

As estratégias sociais, voltadas para os(as) sócios(as) e/ou para a comunidade em geral, se direcionam a ofertar diversos serviços, bem como incluem mulheres e jovens, além de ações solidárias ou de participação política. Podem ser divididas, portanto, em duas dimensões, uma interna, voltada para os(as) sócios(as) cooperados(as), e outra externa, voltada para a comunidade. Internamente, facilitam acesso a, ou mesmo viabilizam, crédito; fornecem insumos, ou oferecem a preços acessíveis, assumem questões previdenciárias (ex. notas e recibos que comprovem a condição de agricultor(a)); mediam emissão do Cadastro de Agricultura Familiar (CAF) ou do Cadastro Ambiental Rural (CAR); criam mecanismos de valorização do trabalho, quando possuem sócios(as) trabalhadores(as). Externamente, essas estratégias fazem valer o sétimo princípio clássico do cooperativismo, o *interesse pela comunidade*, realizando ações de solidariedade; estimulando e apoiando atividades produtivas nas comunidades; participando de conselhos municipais e órgãos do controle social.

Quanto às ações de solidariedade desenvolvidas por cooperativas, o estudo de Rocha, Assis e Sablayrolles (2023) apresenta a ausência dessas ações como um limite do cooperativismo camponês no nordeste do Pará, mesmo que os autores façam uma ressalva, com a possibilidade de que está lacuna existe, pois outras organizações camponesas, como associações e sindicatos, cumpram esse papel.

De modo genérico, Búrigo e Schneider (2025) afirmam que as cooperativas são uma possibilidade de enfrentamento da desigualdade, pois além da geração, aumento e distribuição equitativa da renda, por vezes oferecem serviços de que beneficiam o público, e produção de alimentos saudáveis.

As estratégias sociais das três cooperativas também são diversas entre si, em comum, elas mediam a emissão das CAF dos sócios junto a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER-PARÁ) ou STTR do município. D'IRITUÍIA e CART participam de conselhos municipais, sendo que a primeira, do de Saúde, o da Mulher e o de Desenvolvimento Rural, e a segunda dos

conselhos de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável e do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

A COOMAR é a única que criou e mantém fundos sociais não obrigatórios por lei. Atualmente são quatro fundos, o *microcrédito rotativo solidário*, para investimento dos sócios em seus estabelecimentos; o *microcrédito rotativo área mecanizada e insumos*, para mecanização no preparo de área dos sócios; o *fundo de gratificação por tempo de serviço*, para o sócios-trabalhadores da cantina e armazém, que podem retirar a cada três anos, e o *fundo de participação nas sobras para sócio-trabalhador*, uma vez que estes não estão em seus estabelecimentos agrícolas trabalhando na agricultura. Os fundos de microcréditos tiveram um aporte inicial a partir das sobras da cooperativa, mas se autossustentam financeiramente, com o pagamento de uma taxa de juros fixo 5%, sobre o valor retirado, que deve ser pago em dez parcelas iguais. Cada um dos outros dois fundos, relacionados aos sócios trabalhadores, têm o repasse de 3,75% da sobra anual, em decisão de AGO. Ainda há de ressaltar que o recolhimento para os fundos obrigatórios por lei é maior que o determinado na legislação, FR=15% e FATES=10%, ou seja, 5% a mais em cada fundo.

Por fim, e mais recente, desde 2024 a COOMAR está se organizando para concorrer ao edital para construir casa, para sócios e não sócios (na maioria), pelo programa Minha Casa, Minha Vida Rural.

Outro ponto que chama atenção sobre a três organizações é que elas já tiveram em momento anterior de suas histórias a realização frequente de mutirões, sendo que atualmente é raro acontecer. A COOMAR, inclusive, iniciou a partir de um mutirão, um plantio e colheita de feijão, que arrecadou fundos para sua fundação em 1996.

A manifestação de solidariedade mais característica em uma sociedade camponesa no Brasil é o mutirão, prática tradicional que abrange desde atividades agrícolas até domésticas, e que de fato é a materialização do trabalho associado na agricultura (Cândido, 2017). Portanto, esse deve ser um ponto observado quando se pretende caracterizar uma cooperativa camponesa.

6.5 Princípio V – O caráter camponês do projeto coletivo da cooperativa

O projeto coletivo cooperativo (camponês) deve possibilitar a reprodução social desse campesinato, em uma perspectiva de autonomia, com as famílias dos seus cooperados se mantendo na terra, aumentando renda e melhorando qualidade de

vida, diminuindo a penosidade do trabalho familiar, mantendo a base de recursos naturais e garantindo a reprodução geracional, que nesse caso deve ser, também, da cooperativa. Ressalta-se que não vai existir um projeto único, mas sim um projeto coletivo e específico para cada realidade do campesinato associado em cada cooperativa.

A manutenção, ou fortalecimento, da base de recursos naturais através da agroecologia, influencia quantitativa e qualitativamente essa base, que em última análise são os agroecossistemas familiares ou coletivos das comunidades camponesas. Ploeg (2008) denomina de coprodução e afirma que, amiúde, exige ação coletiva para controle de certos recursos, como, por exemplo, a água, ou disputa de preço com atravessadores. Nesse ponto a cooperativa parecer ser a opção mais contundente.

Sevilla-Guzmán e Molina (2005) utilizam o conceito de graus de campesinidade para analisar o campesinato, o qual mantém as bases de recursos que manejam de modo, pode-se dizer, sustentável. Para os autores,

desde a **perspectiva da agroecologia** que é a que utilizamos aqui, o campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, (...) gerando-se assim distintos **graus de ‘campesinidade’**”. (Sevilla-Guzmán; Molina, 2005, p. 78, grifo próprio).

Neste quesito, a D’IRITUIA se destaca, uma vez que desde sua criação prioriza e estimula os SAF como sistema de produção prioritário dos cooperados. Além disso, iniciou suas atividades em 2011 já com o *slogan* “produtos agroecológicos da Amazônia”, em 2018 iniciou o processo de discussão e burocrático para certificação orgânica, mas somente em 2023 conseguiu o credenciamento como OPAC/SPG.

A CART, tem sustentado o debate da manutenção da biodiversidade, porém mais restrito ao ecossistema de ilhas e várzea, onde se concentram os sócios e famílias cadastradas que trabalham na coleta e quebra das sementes oleaginosas. Além do que, a inserção no mercado do PNAE favoreceu os SAF de frutíferas em comunidades que enfrentaram a crise da pimenta-do-reino e da mandioca, como mostrou Farias (2025).

A COOMAR, no que pese a constância do discurso sobre agroecologia feito pela assessoria externa, somente em 2025 o conselho administrativo elaborou uma proposta de assistência técnica para os cooperados, em que se propunha desenvolver SAF agroecológicos. Contudo, essa proposta não foi aprovada pela AGO. Outrossim,

a comercialização da diversidade de produtos alimentares e do extrativismo murumuru e da malva permitiu, e ainda permite, resistir ao processo de pecuarização completa das comunidades, como mostrou Cristovão (2025).

6.6 Síntese: cooperativas agrícolas e graus de cooperativismo camponês.

Considerando os três estudos de caso, considerando também o trabalho de (Rocha, 2020), com outros três estudos de caso e uma pesquisa quantitativa com 14 cooperativas camponesas no nordeste do Pará, esses cinco princípios discutidos acima são uma chave de análise, possibilitando a avaliação do comportamento dessas organizações.

Outro achado da pesquisa é o que se pode chamar de **graus de cooperativismo camponês**. Fazendo um paralelo ao debate de Toledo, Alarcón-Chaires e Barón (1999) e de Sevilla-Guzmán e Molina (2005) sobre o campesinato que, a partir das características dos agroecossistemas e de uma perspectiva da família camponesa e seu agroecossistema, determinam graus de campesinidade.

Toledo, Alarcón-Chaires e Barón (1999) consideram nove características: 1) matriz energética, 2) escala da produção, 3) autossuficiência, 4) origem da força de trabalho, 5) diversidade (em perspectiva ampla), 6) produtividade (ecológica e energética), 7) produtividade do trabalho, 8) tipo de conhecimento e 9) visão de mundo. É notório que não dialogam com a parte organizativa, ou melhor dizendo, não permitem analisar organizações camponesas.

No caso das cooperativas, pode-se, também, atribuir graus, aqui denominado de grau de cooperativismo camponês, que toma uma perspectiva organizativa, uma dimensão da organização social. As características aqui consideradas são: (a) se a cooperativa é formada por uma base social de camponeses e engloba suas relações de parentesco; (b) como sua estrutura de governança está colocada, de centralizada a participativa; (c) as suas estratégias comerciais têm maior, ou menor, autonomia relativa frente ao mercado, conferindo ao associado também maior ou menor autonomia; (d) as suas estratégias sociais são mais amplas, ou limitadas; (e) a organização está se desenvolvendo mais, ou menos, alinhada ao caráter camponês projeto coletivo.

Uma cooperativa camponesa é, portanto, aquela que adequando sua governança, para a realidade de seu território e de seus associados(as), assume

estratégias comerciais/de mercado e sociais que priorizam o projeto coletivo de sua base social camponesa. Para Chayanov (2017) esse projeto coletivo é central, o autor considera traço característico de uma cooperativa camponesa o fato de que essa organização não pode existir para si mesma, se desenvolver a despeito dos interesses da sua base social, que a constitui, os quais são seus clientes, donos e gestores.

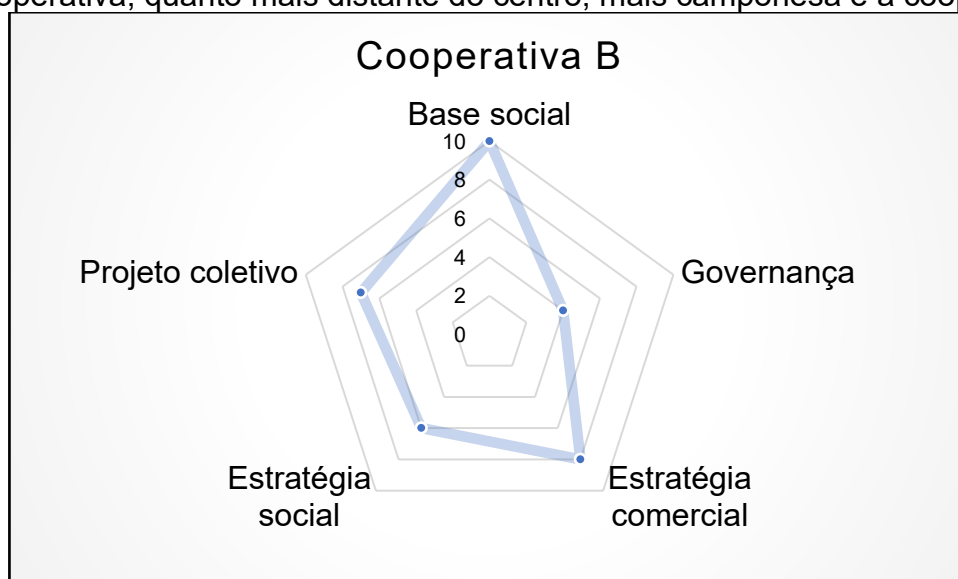
Retomando o debate de graus de cooperativismo camponês e as cinco características que permitem analisar as cooperativas, é possível atribuir valores quantitativos para cada uma dessas características e gerar tabelas e gráficos. Como esta pesquisa não se propôs a isso, portanto não foi construído um instrumental quantitativo, aqui será apresentado a tabela 01 e o gráfico 03 apenas como possibilidade e de modo ilustrativo para mostrar o potencial do conceito.

Tabela 01 – Modelo ilustrativo para quantificação do grau de campesinidade de uma cooperativa, em que o valor “0” é empresarial e “10” é camponês.

	Coop. A	Coop. B	Coop. C
Base social	10	10	10
Governança	8	4	9
Estratégia comercial	6	8	9
Estratégia social	8	6	9
Projeto coletivo	8	7	7

Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

Gráfico 03 – Modelo ilustrativo grau de cooperativismo camponês de uma cooperativa, quanto mais distante do centro, mais camponesa é a cooperativa.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2026.

A base social recebe pontuação a partir de ser constituída 100% por camponeses, ou se existe produtores rurais que não são camponeses no quadro social. Como exemplo real, todas as três cooperativas receberiam pontuação 10 (dez), pois 100% do quadro social é camponês. Como exemplo fictício, uma cooperativa com 50 sócios, em que dez fossem médios produtores rurais, receberia pontuação 8 (oito).

Igualmente pode-se pontuar as outras categorias, com seus respectivos indicadores, apresentados na figura 08, e retomados aqui:

a. Governança:

- Autonomia de gestão;
- Tomada de decisão;
- Conselho administrativo;
- Circulação de informação;

b. Estratégias comerciais:

- Mercados acessados;
- Relação Ato cooperativo / ato não cooperativo;
- Diversificação de produtos;

c. Estratégias sociais:

- Relação com a comunidade;
- Fundos não obrigatórios;
- ATER;
- Consolidação a base ecológica da agricultura
- Diversidade de serviços.

A última categoria seria o projeto coletivo com dois eixos a serem considerados. Primeiro, **a defesa dos interesses e bem-estar dos associados**, sua autonomia, que precisa ser perceptível. Em segundo lugar, a perspectiva política, que visa solucionar problemas de exclusão, de **defesa da identidade**, ausência e ineficiência de políticas públicas.

Com esse instrumental é possível fazer análises comparativas entre cooperativas, ou mesmo, avaliar o desenvolvimento de uma cooperativa, uma vez que isso representa uma fotografia, uma caracterização circunscrita no tempo e no espaço de uma cooperativa. A título de exemplo, utilizando a discussão de Bretos, Errasti e Marcuello (2019) sobre degeneração de uma cooperativa, pode considerar que

determinada cooperativa vai apresentar um gráfico mais cheio, distante do centro, nos momentos iniciais de seu desenvolvimento, passando para um gráfico mais “magro”, ou com os pontos mais centrais.

Outras questões específicas podem surgir, a partir da materialidade de determinadas cooperativas camponesas, como, por exemplo, cooperativas restritas a uma comunidade quilombola, em que a questão do território coletivo se impõe, ou o cooperativismo Sem Terra do MST, em que a estrutura organizativa do movimento social se impõe.

Em última análise, o que está sendo colocado, se insere em uma outra epistemologia, diferentemente da perspectiva e do entendimento de determinado grupo, como mostram Búrigo e Schneider (2025, p. 3), de que “há uma separação entre a teoria cooperativa e o movimento cooperativo”. O conceito de cooperativas camponesas funde, e só faz sentido dessa forma, doutrina cooperativista e prática das cooperativas, ou seja, teoria cooperativista e movimento cooperativo.

7 CONCLUSÃO

A presente tese analisou as cooperativas camponesas no nordeste paraense, a partir de mecanismos de governança, estratégias comerciais e de mercado, estratégias sociais e como vêm materializando e mantendo o projeto coletivo e cooperativo dos camponeses que formam sua base social.

Confirma-se a hipótese de que as cooperativas camponesas se desenvolvem em resposta ao mercado capitalista, que possui de lógicas e estratégias de mercado próprias. No entanto, elas estruturam suas estratégias comerciais e de mercado em paralelo a estratégias sociais, alinhando-se as necessidades materiais de sua base social camponesa. O caráter camponês do projeto coletivo é viabilizado, mesmo frente a hegemonia do mercado capitalista, por meio de uma governança que gera estabilidade organizativa e autonomia.

As estruturas de governança das cooperativas estudadas são diversas, indo de um padrão mais centralizado, a um mais participativo. Mesmo que, no primeiro caso, a diretoria esteja em sintonia com as demandas dos cooperados.

As estratégias comerciais das cooperativas camponesas têm abarcado diversos tipos de mercado, do local ao convencional, passando pelo institucional. De modo diverso buscam questões específicas, em consonância com sua base, seja certificação, agroindustrialização ou as cantinas solidárias. Essa sintonia com os sistemas produtivos dos sócios, o que eles estão produzindo e como isso se insere na estratégia da cooperativa, é fundamental para manter fidelidade, pertença e caráter camponês do projeto coletivo. Um ponto que precisa de cuidado, de estar consciente, é o risco de dependência de algum canal de comercialização.

A construção social de mercados deve estar em função das necessidades de comercialização camponesas (mercados diversos, valorizando o trabalho da mulher, produtos de qualidade diferenciada, como orgânicos, por exemplo). Na estratégia de comercialização, outros aspectos relevantes para as cooperativas camponesas é o caráter inclusivo dos canais escolhidos, colocando presente a possibilidade de melhorar a participação dos associados na comercialização com assistência técnica, preparo de área, acesso a insumos ou a crédito. Inclusive, isso gera fidelidade cooperativa.

As estratégias sociais das cooperativas estudadas também variam bastante, seja em uma dimensão interna, voltada para os sócios, seja em uma dimensão

externa, para as comunidades camponesas. Aqui inclusive abrangem uma dimensão de incidência política, quando participam de conselhos municipais, ou extrapolam o âmbito da agricultura, quando se inserem na construção de casas populares.

O caráter camponês do projeto coletivo substancia uma cooperativa camponesa. Com isso pode-se conceituar um grupo de cooperativas, de dentro do ramo agropecuário, que tem características peculiares e específicas. Isto posto, são um tipo de organização camponesa, de caráter econômico e social, por vezes também político, e que ajustando sua governança para a realidade de seu território e de seus(suas) cooperados(as), assume estratégias comerciais/de mercado e sociais alinhadas com o projeto coletivo da base social que lhe constitui.

Essa diferenciação é primordial para se avançar em três questões práticas, da vida cotidiana dessas organizações e do movimento cooperativo, a assessoria técnica organizacional, a elaboração de políticas públicas e a elaboração de leis e normativas jurídicas. A assessoria técnica deve atuar conforme o projeto coletivo de determinada cooperativa camponesa. As políticas públicas, pensadas e elaboradas adequadamente a esse grupo, pois tem sido um contrassenso inserir cooperativas camponesas nos mesmo programas e políticas das cooperativas empresariais e do agronegócio. Por fim, e esse é um debate atual, repensar o marco regulatório do cooperativismo incluindo essa especificidade das cooperativas camponesas, pois, primeiramente, é um anacronismo que o movimento cooperativista brasileiro seja orientado por uma lei criada por um Estado autoritário, por uma ditadura militar e, em segundo lugar, irremediavelmente, a lógica empresarial/agronegócio e a lógica camponesa são opostas.

Uma lacuna encontrada foi no campo epistemológico, uma vez que o cooperativismo não é considerado uma área de concentração do conhecimento, se estuda as cooperativas a partir outras áreas, como Administração, Ciências Contábeis etc., sendo as cooperativas, um objeto, e o cooperativismo, uma doutrina. Na tese houve o esforço de superar esse limite, a partir de uma perspectiva epistemológica mais sistêmica que considera as cooperativas como sujeitos dentro de uma realidade concreta, composta por classes e contradições, que produz idealmente conceitos e doutrinas, como no caso do estatuto cooperativista.

Apesar do limite da literatura sobre a conceituação de cooperativas camponesas, a tese é um avanço em realizar uma formulação atualizada, pautada pela elaboração de Chayanov, que data da década de 1920, mas também embasada

por uma pesquisa empírica de três anos, que acompanhou diretamente três cooperativas, e indiretamente outras seis cooperativas, no contexto amazônico do estado do Pará.

Futuras pesquisas podem ser desenvolvidas a partir desse trabalho, como, por exemplo, sobre as particularidades de tipos específicos de cooperativismo camponês, como o cooperativismo Sem Terra, quilombola e/ou indígena. Com diferentes estruturas de governança, estratégias de mercado e estratégias sociais, enfim diferentes projetos coletivos que esses tipos podem ter. No caso do MST ainda deve-se considerar o elemento de se ter uma organização coletiva supra cooperados, que orienta ações das cooperativas.

Desenvolver uma pesquisa que pense e elabore um instrumento quantitativo, que ajude na tipificação de cooperativas camponesas a partir do grau de cooperativismo camponês de uma cooperativa. E, um estudo quantitativo abrangendo as cooperativas camponesas do estado do Pará, que produza uma base de dados, visando construir alguns índices e coeficientes que ajudem na análise desse grupo. Além de outras pesquisas qualitativas que analisem questões pontuais ou gerais, mas que possibilitam o fortalecimento acadêmico do tema e, principalmente, a atuação dessas cooperativas. Neste caso, a método da pesquisa-ação, e metodologias participativas, se colocam como ferramentas indispensáveis.

Conhecer essas experiências e tendo os princípios do cooperativismo camponês como balizador de ações coletivas, pode contribuir para auxiliar na construção e desenvolvimento de novas cooperativas, em outras comunidades camponesas, em suas diversas matizes, quilombos, assentamentos etc., diminuindo riscos e aumentando as chances de sucesso organizativo. Sucesso esse que precisa ser medido nos aspectos da reprodução social da família camponesa, com melhoria da qualidade de vida, aumento da renda, permanência no campo, autonomia relativa ao mercado e manutenção das bases ecológicas dos agroecossistemas.

Por fim, espera-se que este trabalho possa ser usado para melhorar a atuação das cooperativas camponesas e, conseqüentemente a vida das famílias, em uma perspectiva de emancipação e seu potencial de transformação social. Como o filme dirigido por Giulio Manfredonia, *Si Può Fare (Dá Pra Fazer)*, o título brasileiro), de 2008, que seja um grito de otimismo e esperança de que é possível fazer de uma cooperativa, uma fagulha de certeza de que transformar o mundo é justo e necessário, e acima de tudo, urgente.

REFERÊNCIAS

- ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. 127 p.
- ALMEIDA, Luciano Leal. **O Centro Agroambiental do Tocantins (CAT)**: institucionalidade das relações entre universidade e o sindicalismo de trabalhadores rurais. Curitiba: editora Prismas, 2016. 376p.
- ANDRARE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986. 64p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.
- BARREIROS, Reginaldo Ferreira; PROTIL, Roberto Max; MOREIRA, Vilmar Rodrigues. Processo decisório nas cooperativas agroindustriais do paraná: uma análise comparativa utilizando o modelo racional e o modelo político de decisão. **Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP**, v. 2, n. 4, p. 3 – 22, set./dez. 2008.
- BECKER, Howard. Saul. Observação social e estudos de caso sociais. In: BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 117-133.
- BIJMAN, Joe. The changing nature of farmer collective action: introduction to the book. In: BIJMAN, Joe; SCHUURMAN, Jur; MURADIAN, Roldan. (Org.). **Cooperatives, Economic Democratization and Rural Development**. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2016. p. 1 – 29.
- BIJMAN, Joe; HANISCH, Markus.; VAN DER SANGEN, Ger. **Shifting control?** The changes of internal governance in agricultural cooperatives in the EU. *Annals of Public and Cooperative Economics*, v. 85, n. 1, p. 41-58, 2014.
- BIJMAN, Joe; WIJERS, Gea. Exploring the inclusiveness of producer cooperatives. **Rev. Current Opinion in Environmental Sustainability**. v. 41, p. 74-79, 2019.
- BORGES, G. R. Os princípios cooperativistas na lei e no estatuto. In: GEDIEL, José Ant nio (Org.). **Os caminhos do cooperativismo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001. p. 123-149.
- BOSCARDIN, Mariele *et. al.* Análise do perfil de g nero e geração nas cooperativas agropecuárias do estado do RS. **Revista Gestão e Organização Cooperativas**, Santa Maria, v. 11, n. 22, e87531, p. 1-19, 2024.
- BRASIL. Lei n  5.764, de 16 de dezembro de 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 16 dez. 1971. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5764.htm. Acesso em: 20 jan. 2026.

BRETOS; Ignacio; ERRASTI; Anjel; MARCUELLO, Carmen. is there life after degeneration? the organizational life cycle of cooperatives under a 'grow-or-die' dichotomy. **Annals of Public and Cooperative Economics**. p. 1-26, 2019.

BRUMER, Anita *et al.* A elaboração de projeto de pesquisa em Ciências Sociais. In: PINTO, C. R. J.; GUAZZELLI, C. A. B. (Orgs.) **Ciências Humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 125-146.

BÚRIGO, Fábio Luiz; SCHNEIDER, Sérgio. Produzir e compartilhar valor: identidade e sustentabilidade do cooperativismo em debate. **Caderno CRH**, Salvador, v. 38, p. 1-19, e025068, 2025.

CALDART, Roseli Salete. Reforma agrária popular e pesquisa: desafios de conteúdo e forma de produção científica. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (Orgs.). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 137-169.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do rio bonito**: estudo sobre o caipira paulista e as transformações dos seus meios de vida. 12ª ed. São Paulo: EdUSP, 2017. 334 p.

CART – Cooperativa Agrícola Resistência de Cametá. **Estatuto social**. Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA). Belém, 2024. Disponível em: <https://www.jucepa.pa.gov.br/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O campesinato do século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. 405 p.

CARVALHO, Horácio Martins de. As lutas sociais no campo: modelos de produção em confronto. In: CALDART, R. S.; ALENTEJANO, P. (Orgs.). **MST, universidade e pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 17-38.

CHAYANOV, Alexander V. Teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. 1924. In: CARVALHO, H. M. de (Org). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 99-137.

CHAYANOV, Alexander V. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. 291 p.

CHIARIELLO, Caio L. **Análise da gestão de cooperativas rurais tradicionais e populares**: estudo de casos na Cocamar e Copavi. 2008. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos, 2008.151 f.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. In: NOVAES, Henririque; MAZIN, Ângelo Diogo; SANTOS, Lais (Orgs). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. 2ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016. p. 169-187.

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil. **Sistema Cooperativista dos Assentados**. Caderno de Cooperação Agrícola nº 5. 2ª ed. São Paulo: Concrab, 1998. 76 p.

COOMAR – Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares entre os Rios Caeté e Gurupi. **Estatuto social**. Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA). Belém, 1996. Disponível em: <https://www.jucepa.pa.gov.br/>. Acesso em: 27 jan. 2026.

COOMAR – Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares entre os Rios Caeté e Gurupi. **Regimento Interno Cooperativa Mista dos Agricultores e Agricultoras Familiares entre os Rios Caeté e Gurupi**. Santa Luzia do Pará: COOMAR, [?]. (mimeo.).

COSTA, Francisco de Assis. Trajetórias tecnológicas como objeto de política de conhecimento para a amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro, v. 1 n. 8, p.35-86, jan./jun. 2009.

COSTA, Francisco de Assis. Economia camponesa referida ao bioma da Amazônia: atores, territórios e atributos. **Paper do NAEA**, v. 1, n. 2, série 476, p. 1-67, 2020.

COSTA, João Lucio Mazzini da. **A invasão de Parauassú: a chegada dos tapuitingas ou a formação do campesinato no Pará colonial (1616-1660)**. Belém-PA: Paka-Tatu, 2025. 128 p.

COSTA JR, Nereu Antonio de *et al.* O ato cooperativo analisado a partir do conceito de padrões de integração de Karl Polanyi. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, Santa Maria, v. 11, n. 21, e86073, 2024. DOI 10.5902/2359043286073.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2009. 296 p.

CRISTÓVÃO, Eduarda Emília Magalhães. **O cooperativismo e as trajetórias familiares: o papel da Coomar nos sistemas produtivos do Quilombo de Pimenteira**, Santa Luzia do Pará. 2025. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas). Universidade Federal do Pará, 2025. 81 f.

DE REYNAL, V.; MUCHAGATA, Márcia G.; TOPPAL, O.; HÉBETTE, Jean. **Agriculturas Familiares e desenvolvimento em frentes pioneiras**. França: Nouvele Imprimerie Laballery, 1995.

DESROCHE, Henri. Sobre o projeto cooperativo: democracia, animação e ética. In: THIOLLENT, M (Org.). **Pesquisa-ação e projeto cooperativo na perspectiva de Henri Desroche**. São Carlos: EdUFSCar, 2006. p. 131-154.

D'IRITUIA – Cooperativa Agropecuária dos Produtores Familiares Irituienses. **Estatuto social**. Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA). Belém, 2019. Disponível em: <https://www.jucepa.pa.gov.br/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

FACHIN, Odila. **Fundamentos de metodologia**. 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 209 p.

FAMA, Eugene F. Agency Problems and the Theory of the Firm. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v. 88, n. 2, p. 288-307, abr. 1980. Disponível em: < [https://josephmahoney.web.illinois.edu/BA549_Fall%202010/Session%205/Fama%20\(1980\).pdf](https://josephmahoney.web.illinois.edu/BA549_Fall%202010/Session%205/Fama%20(1980).pdf)>. Acesso em 11 fev. 2024.

FARIAS, Larissa Xavier de. **Cooperativismo e agroecologia na Amazônia paraense**: a influência da Cooperativa CART nas estratégias comerciais da comunidade de Bucubarana Pedra em Cametá – PA. 2025. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas). Universidade Federal do Pará, 2025. 94 f.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. 4 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. 345 p.

FERREIRA, Gabriel Murad Velloso; ARBAGE, Alessandro Porporatti. **Governança e sua relação com a fidelidade cooperativa**. Porto Alegre: Buqui, 2016. 272 p.

FONTES FILHO, Joaquim Rubens; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; OLIVEIRA, Mauro José de. Governança e participação no contexto das cooperativas de crédito. **Revista de administração FACES journal**. Belo Horizonte, v. 7, n. 3, p. 48-63, jul./set. 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Revista Bahia Análise & Dados**, v. 12, n. 1, p. 9–19, 2002.

FREITAS, Alair Ferreira de. Cooperativismo e seu papel na promoção de sistemas alimentares sustentáveis em países de língua portuguesa. **Anais 7º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo**, Brasília-DF, p. 1-20, out. 2023.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Izabel Vieira. “Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa. **Revista NERA**, n. 19, p. 44-58, jul.-dez., 2011.

GAMBINA, Julio C. **Crisis capitalista y desafíos para el cooperativismo**. 2009 Disponível em: https://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/gambina_301109.pdf. Aceso em: 05 nov. 2025.

GERRING, John. **Pesquisa de estudo de caso**: princípios e práticas. Petrópolis-RJ: Vozes, 2019. 359 p.

GOMES, Marcos *et al.* Desafios ao Cooperativismo da Agricultura Familiar para o Desenvolvimento Sustentável na Região Norte. **Anais 8º Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo**, Brasília-DF, p. 1-20, out. 2025.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira**: campesinato e sindicalismo no sudeste paraense. 2ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2013. 140 p.

HALL, Sidnei Strelow. **Mercados institucionais e as cooperativas: o caso da Cooperativa Sul Ecológica**. 2017. Trabalho de conclusão de curso (Graduação Bacharelado em Desenvolvimento Rural). São Lourenço do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2017. 54 f.

HEATH, Oscar Victor Sayer. **A estatística na pesquisa científica**. São Paulo: EPU: Edusp, 1981. 95 p.

HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; MANESCHY, Maria Cristina. Contemporaneidade do campesinato na Amazônia Oriental. In: _____ (ORGS). **No mar, nos rios e na terra**: faces do campesinato no Pará. Belém-PA: EDUFPA, 2002. p. 29-45.

HU, Zhanping; ZHANG, Qian Forrest; DONALDSON, John: Why do farmers' cooperatives fail in a market economy? Rediscovering Chayanov with the Chinese experience. **The Journal of Peasant Studies**, v. 50, n. 7, p. 2611-2641, 2022.

HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos cadernos NAEA**. v. 8, n. 1 - p. 19-71, jun. 2005.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 6a Edição. São Paulo, IBGC, 2023. 80 p.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006/2017**. Disponível em https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/cooperativas.pdf. Acesso em 17 fev. 2024.

ICA – International Co-operative Alliance. **History of the cooperative movement**. Disponível em https://www.ica.coop/en/cooperatives/history-cooperative-movement?_ga=2.218897498.215558626.1544033165-1904438143.1544033165. Acesso em 05 dez. 2018.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil**: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos. Relatório de pesquisa. Distrito Federal: IPEA, 2016. 48 p.

JENSEN, Michael C.; MECKLING, William H. The Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. **Journal of Financial Economics**. v. 3, n. 4, p. 305-360, out. 1976.

LIMA, Raimundo Pereira. **História da vila Tamancuoca**. Santa Luzia do Pará: edição própria, 2019. 39 p.

LOCATEL, Celso Donizete; LIMA, Leandro de Castro. Do cooperativismo à economia solidária: normatização e dinâmica econômica no campo brasileiro. **XV Colóquio Internacional de Geocrítica**, Barcelona, 7-12 mai. 2018.

MACHADO, Ismael. **Exemplo de cooperativismo dirigido por Lorenzetti está à beira da falência**. 2006. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/403916/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 16 mai. 2025

METEREAU, Renaud. Nicaraguan peasant cooperativismo in tension: adaptive strategy or counter-movement, **Third World Quarterly**, v. 41, n. 5, p. 801-821, mar. 2020.

METEREAU, Renaud. Construction d'une autonomie relative dans les territoires ruraux du Nicaragua: une lecture méso-économique du coopérativisme paysan. **Revue internationale de l'économie sociale**, n. 367, a. 102, p. 196-130, jan.-mar. 2023.

NAMORADO, Rui. **Horizonte cooperativo**: política e projecto. Coimbra: Almedina, 2001. 224p.

NICCOLI, Vittorio. **Cooperative rural**: di credito, di lavoro.... Milano: Ulrico Hoepli, 1909. 393 p.

NOVKOVIC, Sonja. Cooperative identity as a yardstick for transformative change. **Annals Public and Cooperative Economics**, DOI: 10.1111/apce.12362, n. especial, p. 1–24, 2021.

OCB – Sistema e Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuariocoop 2023**: dados do cooperativismo brasileiro. 2023. Disponível em <https://anuario.coop.br/>. Acesso em 11 jan. 2024

OCB – Sistema e Organização das Cooperativas Brasileiras. **Cooperativismo**. Disponível em <https://somoscooperativismo.coop.br/cooperativismo> . Acesso em 10 jan. 2024.

OCB/PA – Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado do Pará. **Diagnóstico do cooperativismo paraense 2018**. 2019. Disponível em: < <https://drive.google.com/file/d/1gtuWVzJLNDsuJV8WdRELnF0v4sM9qMds/view>>. Acesso em 19 jan. 2020.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: Editora da USP, 2011. 201p.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. O trabalho monográfico como iniciação à pesquisa científica. In: CARVALHO, M. C. M. de. **Construindo o saber**: metodologia científica – fundamentos e técnicas. 24ª ed. Campinas: Papirus, 2012. p. 185-213.

PINHO, Diva. Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004. 341 p.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. 376p.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS, 2016. 192p.

PLOEG, Jan Douwe Van der. Sete teses sobre agricultura camponesa. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-31.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro-RJ: Elsevier, 2012. 342 p.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 1998. 282 p.

RÊGO, Eduardo Ernesto; MOREIRA, Emília. Cooperativismo: uma breve discussão teórico-conceitual perpassando pelo socialismo utópico, marxista e anarquista. **Rev. OKARA: Geografia em debate**, v. 7, n. 1, p. 63-80, 2013.

RIBEIRO, Cleize Gonçalves Dias; SABLAYROLLES, Philippe Jean Louis. Cooperativas da agricultura familiar no Pará e beneficiamento agroindustrial: estratégias para o fortalecimento da participação nos mercados. **RAF - Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém **RAF - Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v.17, n. 02, p. 70-91, jul.-dez. 2023.

ROCHA, André Carlos de Oliveira Rocha. **Trajetórias e concepções das cooperativas camponesas no nordeste paraense**. 2020. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas). Universidade Federal do Pará, 2020.114 f.

ROCHA, André Carlos de Oliveira. O Movimento Sem Terra e o campesinato amazônico. **Revista Terceira Margem Amazônia**, v. 8, n. 2, p. 173-178, 2023.

ROCHA, André Carlos de Oliveira; ASSIS, William Santos de; SABLAYROLLES, Philippe Jean Louis. Caracterização e desafios do cooperativismo camponês no nordeste paraense. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. e66070, p. 1-33, 2023.

ROCHA, André Carlos de Oliveira; SABLAYROLLES, Philippe Jean Louis; ASSIS, William Santos de. Cooperativismo camponês entre a emancipação e a adaptação: o caso da cooperativa (COFRUTA) de Abaetetuba-PA. **RAF - Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v.18, n. 01, p. 61-89, jan-jun. 2024.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 336 p.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. 272 p.

SABOURIN, Eric. Acessos a mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e agricultura familiar. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 21-35, out./dez., 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa; RODRÍGUES, César. Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 21-77.

SCHNEIDER, José Odelson. **Democracia, participação e autonomia cooperativa**. 2. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999. 496 p.

SCHNEIDER, Sergio. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, Flávia Charão; CONTERATO, Marcelo Antônio; SCHEIDER, Sergio (ORGS). **Construção de mercados e agricultura familiar**: desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2016. p. 93-140.

SERIGATI, Felipe Cauê. **Fidelidade e governança corporativa em cooperativas**: um estudo empírico com as cooperativas paulistas. 2008. Dissertação de Mestrado em Economia – Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008. 121 f.

SERRA, Elpídio. A participação do Estado na formação e desenvolvimento das cooperativas agrícolas no Brasil. **Rev. de Geograf. Agr.**, v. 8, n. 16, p. 6-37, ago. 2013.

SETOR de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. **Programa de formação para a cooperação e organização dos assentamentos**. São Paulo: Secretaria Nacional, 2008. 96p.

SEVILLA-GUSMÁN, Eduardo; MOLINA, Manoel González de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista NERA**. Ano 8, n. 7, jul. – dez. 2005.

SILVA, Camila Marques Viana da; SCHULTZ, Glauco. Acesso a mercados e gestão de cooperativas da agricultura familiar no Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 44, p. 23-39, 2017

SILVA, Paula Francyneth Nascimento. **Mercado de produtos agroflorestais da agricultura familiar**: um estudo de caso na cooperativa D'IRITUIA. 2019.

Dissertação de mestrado (Programa de Pós-Graduação Ciências Florestais).
Universidade Federal Rural da Amazônia, Belém, 2019, 101 f.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1º ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2012. 127 p.

SOUZA, M. M. O. O movimento cooperativista no Brasil: uma reflexão sobre formação, desenvolvimento e perspectivas. **Rev. Cam. de Geograf.** Uberlândia, v. 10, n. 30, p. 65-78, jun., 2009.

STAATZ, J. M. The structural characteristics of farmer cooperatives and their behavioral consequences. **Rev. Cooperative theory: New approaches**, v. 18, p. 33–60, 1987.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18ª ed. São Paulo: Cortez, 2011 . 132 p.

TOLEDO, Víctor M; ALARCÓN-CHAIRES, Pablo; BARÓN, Lourdes. Estudiar lo rural desde la perspectiva interdisciplinaria: una aproximación al caso de México. **Estudios agrarios**, v. 12, P. 55-90, 1999.

UFPA – Universidade Federal do Pará. **Desenvolvimento organizacional das cooperativas da agricultura familiar no Pará**. Projeto Chamada CNPq / SESCOOP Nº 11/2022 – Pesquisa em Cooperativismo. Belém-PA. 2022. 35 p.

UNIVERSITY of Wisconsin. **Types of co-ops**. 2025. Disponível em: <https://uwcc.wisc.edu/about-co-ops/types-of-co-ops/> . Acesso em: 06 nov. 2025.

VARGAS, Alfonso. La identidad cooperativa y la cooperativa como empresa: luces y sombras. **REVESCO: Rev. de Est. Coop.**, España, n. 61, p. 179-194, 1995.

VEIGA, Sandra Mayrink; FONSECA, Isaque. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. 112 p.

VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira (Coord.). **Governança Cooperativa: diretrizes e mecanismos para fortalecimento da governança em cooperativas de crédito**. Brasília, BCB, 2009. 256 p.

WAACK, Roberto Silva. Gerenciamento de tecnologia e inovação em sistemas agroindustriais. In: ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Marcos Fava. **Economia e gestão de negócios agroalimentares**. São Paulo: Pioneira, 2000. P. 323-347.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. 2004. Disponível em < <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>> . Acesso em: 17 abr. 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 33-45.

WILKINSON, John. **O Estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo: Hucitec/CEPA-BA, 1986. 219p.

WOLF, Eric R. **Guerras camponesas no século XX**. São Paulo: Global Editora, 1984. 363 p.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976. 150p.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**: colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo: Brasília: HUCITEC, Ed. UnB, 1995. 336p.

APÊNDICES

Apêndice 01

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – SÓCIOS(AS)

I) IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Ano de filiação: _____
 número de membros na família: ____ Já fez parte da diretoria ou conselho fiscal: ____
 Tamanho do estabelecimento: _____ Faz manejo ecológico: _____
 Principais produtos que comercializa: _____

II) SOBRE A COOPERATIVA

- 1) Por que se associou à cooperativa?
- 2) O que comercializa com a cooperativa?
- 3) Comercializa fora da cooperativa? Se sim, por quê?
- 4) Como são tomadas as decisões da cooperativa?
- 5) Como você fica informado sobre as atividades da cooperativa?
- 6) Como é sua participação na cooperativa?
- 7) Quais as vantagens de ser associado à cooperativa? Como a cooperativa
 lhe ajuda a realizar seus projetos familiares?
- 8) Como você avalia a cooperativa?
- 9) O que você espera da cooperativa?
- 10) O que você mudaria na cooperativa?

Apêndice 02

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – DIRIGENTES

I) IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Ano de filiação: _____

Cargo na diretoria (ou é do conselho fiscal?)?: _____

Já participou de quantas gestões: _____

Pretende continuar na próxima gestão: _____

II) SOBRE A COOPERATIVA

- 1) O que a cooperativa comercializa? Com quem?
- 2) Comercializa com não sócios(as)? Se sim, por quê?
- 3) Possui trabalhadores não sócios(as)? Em que atividade? Qual o motivo?
- 4) Como são tomadas as decisões da cooperativa? Dar alguns exemplos.
- 5) Qual é a informação e como você circula a informação entre cooperativa e associados(as)?
- 6) Como é a participação dos(as) sócio(as)? Em quais tipos de atividades, em quais tipos de decisão?
- 7) Quais serviços a cooperativas oferece para os(as) sócios(as)?
- 8) Qual a destinação das sobras?
- 9) Possui fundos além dos obrigatórios?
- 10) Faz intercooperação? Com quais cooperativas? Em quais circunstâncias?

Apêndice 03

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA – SÓCIOS(AS)/FOCO NA
ESTRATÉGIA FAMILIAR E AGROECOSSITEMA DA FAMÍLIA CAMPONESA**

I) IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Ano de filiação: _____

número de membros na família: ____ Já fez parte da diretoria ou conselho fiscal: ____

Tem familiares cooperados(as)?: ____ Quantos?: _____

Parentesco: _____

Tamanho do estabelecimento: _____ Faz manejo ecológico: _____

Tempo no estabelecimento: _____

Principais produtos que comercializa: _____

II) SOBRE A FAMÍLIA E O AGROECOSSISTEMA**II.1) TRAJETÓRIA/HISTÓRICO**

1. Conte um pouco da trajetória desde chegou aqui?
2. Por que se associou à cooperativa?
3. O que comercializa com a cooperativa?
4. Comercializa fora da cooperativa? Se sim, por quê?
5. Quais canais são mais interessantes para a família? Por quê?
6. Houve mudanças na sua unidade de produção a partir de sua participação na cooperativa? Se sim. Quais?
7. Como a cooperativa poderia melhorar sua estratégia de comercialização?
8. Quais as vantagens de ser associado à cooperativa? Como a cooperativa lhe ajuda a realizar seus projetos familiares? Mudou ao longo do tempo?

II.2) RENDA E REPRODUÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA

9. Quais são as principais dificuldades ou desafios que a sua família enfrenta para garantir a reprodução do seu modo de vida?
10. Como a produção contribui para a geração de renda familiar? A família depende exclusivamente da produção agrícola ou tem outras fontes de rendimento?
11. De que forma a qualidade de vida da sua família tem mudado ao longo dos anos? O que melhorou e o que continua sendo um desafio para o bem-estar?
12. A sua família sente que a renda obtida com a produção é suficiente para cobrir todas as necessidades básicas e garantir um padrão de vida adequado?
Existem dificuldades financeiras que afetam o bem-estar da família?
13. Como as gerações mais jovens estão sendo preparadas para dar continuidade ao trabalho no campo e à vida no agroecossistema?

II.3) AUTONOMIA RELATIVA AO MERCADO

14. Vocês tentam manter alguma forma de independência em relação à compra de insumos ou alimentos?
15. Quais são as dificuldades que vocês encontram ao tentar comercializar seus produtos? Existem desafios relacionados a preços, intermediários, beneficiamento?

II.4) MANUTENÇÃO DA BASE DE RECURSOS NATURAIS

16. Quais práticas agroecológicas a sua família adota para preservar o solo, a água e a biodiversidade?
17. Utiliza, prática de coivara/corte-queima? Como tem sido o tempo de pousio?
Como vocês observam a quantidade de capoeirão(mata)?

18. Como vocês lidam com a questão do uso de agrotóxicos e fertilizantes

químicos? A sua família tem adotado práticas alternativas para o controle de pragas e fertilização do solo?

19. Quais desafios vocês enfrentam para manter e proteger os recursos naturais da sua propriedade (por exemplo, fontes de água, áreas de vegetação nativa, etc.)?

Apêndice 04

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DIRETA

O que ficar atento?

- 1) Participação dos(as) sócios(as) nas assembleias, reuniões e atividades da cooperativa.
- 2) Cobrança dos(as) sócio(as) à diretoria.
- 3) Tomadas de decisão.
- 4) Serviços prestados aos sócios.
- 5) Estratégias comerciais (mercados, selos e certificações, etc).
- 6) Fundos.
- 7) Finanças e contabilidade
- 8) Assessorias externas.
- 9) Estruturas.

Apêndice 05

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA PESQUISA ACADÊMICA**Esclarecimentos**

Esta é uma solicitação de autorização para pesquisa acadêmica e acesso a informações institucionais na pesquisa de doutorado intitulada **Governança de cooperativas camponesas no nordeste paraense e o projeto coletivo camponês** a ser realizada na **Nome da cooperativa (SIGLA)**, pelo(s) pesquisador(es) **André Carlos de Oliveira Rocha**, sob orientação do Prof. Dr. William Santos de Assis e coorientação do Prof. Dr. Philippe Jean Louis Sablayrolles.

O objetivo geral é **analisar como as cooperativas camponesas no nordeste paraense, a partir de mecanismos de governança e estratégias comerciais, contribuem na realização do projeto coletivo camponês**, e os objetivos específicos são: 1) Analisar a estrutura de governança das cooperativas camponesas; 2) Analisar as estratégias comerciais das cooperativas camponesas; 3) Caracterizar e conceituar as cooperativas camponesas no Pará.

Será uma pesquisa participativa e utilizará as seguintes ferramentas de coleta de dados: entrevistas com sócios(as) e diretores, observação participante das atividades, reuniões e assembleias das cooperativas (quando for permitido), linha do tempo, realização de fotografias (com a devida autorização) e pesquisa documental.

Assim sendo, solicitamos sua valiosa colaboração, no sentido de autorizar pesquisador responsável e sua equipe a realizar essa pesquisa junto a cooperativa.

Serão tomadas também precauções para que eventuais documentos analisados só divulgados com autorização da diretoria da cooperativa, respeito a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Os dados coletados serão guardados em arquivo, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) responsável e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes.

A instituição ficará com uma via deste documento, elaborado em duas vias, e toda dúvida que tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente ao Pesquisador responsável **André Carlos de Oliveira Rocha**, pelo telefone celular (91) (9.9986.6258) ou pelo e-mail (agro.andre@yahoo.com.br).

Assinatura do pesquisador
André Carlos de Oliveira Rocha
Doutorando do PPGAA/Ineaf/UFPa

Consentimento para uso de documentos institucionais

Por ter sido informado verbalmente e por escrito sobre os objetivos e metodologia desta pesquisa, concordo em autorizar o manuseio e a utilização dos documentos institucionais supracitados.

A autorização foi aprovada pela diretoria e pela assembleia geral ordinária da cooperativa.

O descumprimento desses condicionamentos assegura-me o direito de retirar a anuência a qualquer momento da pesquisa.

_____, ____/____/____.

Assinatura do responsável pela instituição

Nome completo do responsável pela Instituição:

Carimbo ou CPF do responsável da Instituição:

Número do CNPJ da Instituição:

ANEXOS

Anexo 01: Portfólio de produtos da Cart



PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Produtos da floresta, manejados de forma sustentável pelas comunidades agroextrativistas dos municípios de Cametá e Mocajuba, Amazônia, PA.

 Andiroba(semente) -Um dos óleos essenciais mais vendidos da Amazônia; -Anti-inflamatório e cicatrizante; -Fortalece e embeleza os cabelos; sabonete é um remédio milagroso no combate às acne e espinhas; -É comercializado a semente seca da andiroba.	 Ucuuba (semente) -Produção de sabonetes finos; -Indústrias de cosméticos obtêm a manteiga de ucuuba para produção de sabonetes, hidratantes, etc. -É comercializado a semente seca da ucuuba	 Cupuaçu (semente) -Indústria cosméticos obtêm a manteiga do cupuaçu; -A manteiga tem propriedades anti-inflamatórias, hidratantes, antioxidantes, emolientes e lubrificantes do composto. -É comercializado a amêndoas seca da semente do cupuaçu
--	--	--

PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Produtos da floresta, manejados de forma sustentável pelas comunidades agroextrativistas dos municípios de Cametá e Mocajuba, PA.

 murumuru (amendoa) -Indústria de cosméticos obtêm a manteiga de murumuru; -combinação de manteiga de murumuru e ucuuba propicia um tratamento excelente para peles ressecadas e cansadas; -É comercializado a amêndoas seca da semente do murumuru	 Tucumã (in natura congelado) -A indústria de cosméticos obtêm o óleo e manteiga de tucumã; -polpa é altamente nutritiva, óleo que é rico em propriedades funcionais, em carotenóides, em antioxidantes, rico nas chamadas gorduras boas; -É comercializado o fruto do tucumã congelado)	 Pataú (in natura congelado) -A indústria de cosméticos obtêm o óleo de pataú empregado como tônico no tratamento da queda de cabelos; -entra na formulação de produtos anticapa e revitalizante para os cabelos e na confecção de sabões e cremes hidratantes. -É comercializado o fruto do pataú congelado
--	---	--

PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Produtos da floresta

 azeite de andiroba -Uso medicinal -propriedades anti-inflamatórias, analgésicas, antissépticas, cicatrizantes e emolientes.	 óleo de copaiba - Uso medicinal -Estimula a cicatrização -Auxilia na expectoração -melhora o funcionamento dos rins - etc.	 Mel de abelha -uso medicinal e cosméticos ; -Faz bem para pele e cabelo; -melhora a imunidade; -tem propriedades antissépticas; -auxilia no combate a diabetes, etc.;
--	--	--

PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Produtos da agricultura familiar

 Farinha de mandioca -Produto alimentício dentro dos padrões de qualidade e consumo; -Produção 100% local; -Produto certificado; -comercializado em quilogramas.	 Farinha de tapioca -Produto alimentício dentro dos padrões de qualidade e consumo; -Produção 100% local; -Produto certificado; -comercializado em quilogramas.	 Polpas de frutas -Produto alimentício dentro dos padrões de qualidade e consumo; -Produção 100% local; -Produto certificado; -comercializado em quilogramas.
--	---	--